

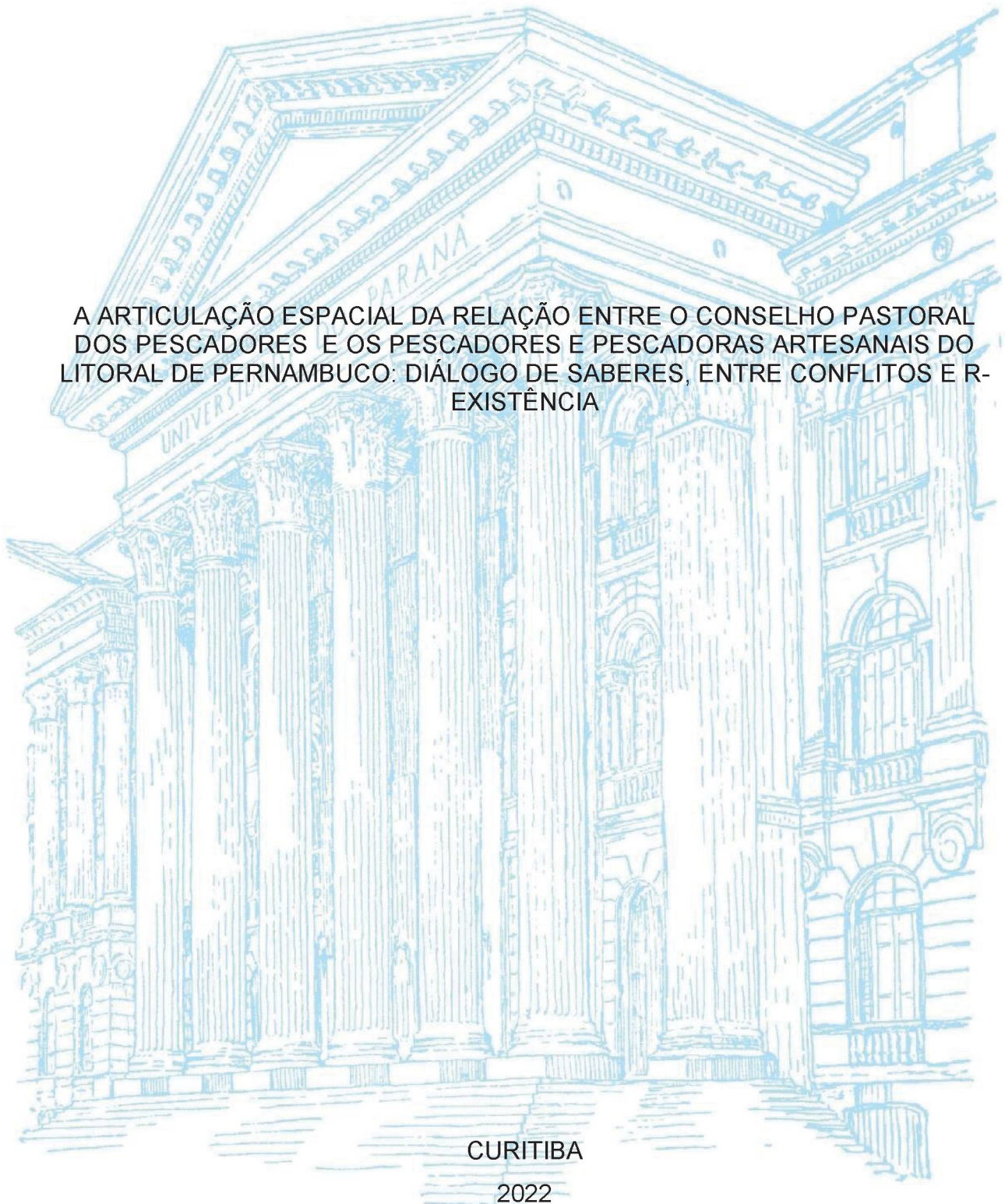
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

JOANNA AMARANTE SILVA CAVALCANTI

A ARTICULAÇÃO ESPACIAL DA RELAÇÃO ENTRE O CONSELHO PASTORAL
DOS PESCADORES E OS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO
LITORAL DE PERNAMBUCO: DIÁLOGO DE SABERES, ENTRE CONFLITOS E R-
EXISTÊNCIA

CURITIBA

2022



JOANNA AMARANTE SILVA CAVALCANTI

A ARTICULAÇÃO ESPACIAL DA RELAÇÃO ENTRE O CONSELHO PASTORAL
DOS PESCADORES E OS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO
LITORAL DE PERNAMBUCO: DIÁLOGO DE SABERES, ENTRE CONFLITOS E R-
EXISTÊNCIA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez.

CURITIBA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Cavalcanti, Joanna Amarante Silva

A articulação espacial da relação entre o Conselho Pastoral dos Pescadores e os pescadores e pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco: diálogo de saberes, entre conflitos e reexistência / Joanna Amarante Silva Cavalcanti. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientador: Jorge Ramón Montenegro Gómez

1. Colônias de pescadores – Pernambuco. 2. Conselhos paroquiais. 3. Administração de conflitos. 4. Análise do diálogo. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Gómez, Jorge Ramón Montenegro. IV. Título.

Bibliotecário: Elías Barbosa da Silva CRB-9/1894

FOLHA DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA -
40001016035P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **JOANNA AMARANTE SILVA CAVALCANTI** intitulada: **A ARTICULAÇÃO ESPACIAL DA RELAÇÃO ENTRE O CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES E OS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO LITORAL DE PERNAMBUCO: DIÁLOGO DE SABERES ENTRE CONFLITOS E R-EXISTÊNCIAS.**, sob orientação do Prof. Dr. JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 03 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

07/03/2022 11:36:08.0

JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

07/03/2022 11:42:52.0

CRISTIANO WELLINGTON NORBERTO RAMALHO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO)

Assinatura Eletrônica

07/03/2022 12:04:40.0

MERCEDES SOLÁ PÉREZ

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE)

Av. Cel. Francisco H dos Santos, 100 - Ed. João José Bigarella - 1º andar - sala 108 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 81531-980 - Tel: (41) 3361-3450 - E-mail: ufprposgeografia@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 159484

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 159484

AGRADECIMENTOS

À Deus, que se manifestou em diversos momentos e de diversas formas durante esse processo.

Aos meus pais, Robson e Sheila, que estão comigo desde sempre e pra tudo. Agradeço o amor e apoio de cada dia que me fez ser quem sou hoje.

À minha irmã, Beatriz, a pessoa com quem pude contar mais do que qualquer outra durante todo esse processo. Meu porto seguro.

Às minhas avós, Maria de Lourdes e Isabel, duas mulheres pretas que são minha maior inspiração de força e vida.

Aos meus avôs, Renato e Francisco de Assis, que apesar de não estarem mais aqui não tenho dúvidas de que olham por mim.

Às minhas tias, Geane, Gilka, Gilza, Isabel e Lilia, que sempre me cercaram de amor, carinho, apoio e boas risadas. O mundo é melhor com vocês.

Aos meus tios, que mesmo não tão próximos sempre torcem por mim.

Aos meus inúmeros primos e primas que foram meus primeiros irmãos e sei vibram com minhas conquistas.

À Ana Luísa, que embarcou no momento mais tempestuoso desse processo e deixou as coisas mais leves e amorosas. Você mudou a minha vida e compartilha-lá contigo é o meu maior presente. Como diz Emerica, "Amor é espiritualidade, latente, potente, PRETO e poesia!"

À Dante, que me ensinou tanto sobre amor sem dizer sequer uma palavra mas estando sempre ao meu lado lambendo minhas lágrimas e proporcionando momentos que revolucionaram esse processo.

Aos meus amigos de sempre, Arthur, Andreza e Carolaine, que as diferenças que nos separam sejam menores que o amor que nos une. Já são mais de 12 anos hein?!

Aos meus amigos da faculdade, Matheus, Dezinha e Bia, que acompanharam o nascer desse processo de perto em meio a histórias que só nós sabemos contar.

Ao meu primeiro orientador, Cristiano. Meu pai acadêmico que me apresentou à pesca artesanal e um mundo cheio de possibilidades para sonhar. Em tudo que escrevo tem muito do senhor, que é minha inspiração como profissional e quem hoje posso chamar de amigo.

Ao meu amigo, Severo, minha pareia de trabalho na graduação e quem eu arrastei pra Curitiba. Obrigado por sempre torcer pela minha felicidade da mesma forma que eu torço pela tua e pelas palavras sempre amorosas que você me deu quando precisei.

Ao meu parça, Bruno, meu otimista favorito e sofredor tão fiel quanto eu do Santa Cruz. Você sabe tudo que eu passei de uma forma muito particular.

Ao meu casal favorito, Marina e João. Mari, que sempre me incentivou a voar e sair da UFPE porque sempre soube que eu poderia voar mais longe por outros ares e João que compartilha tantas paixões comigo: Futebol, F1 e sempre foi um amigo atento.

As minhas amigas, Cláudia e Bárbara, que de formas diferentes estiveram presentes nessa etapa sempre com ótimos conselhos.

...Dito isto e agradecendo a quem me fez chegar aqui, agora agradeço a quem esteve comigo por causa disso...

À minha metade da laranja, Janaína. Dividimos quase tudo que era possível em Curitiba. Lembro de quando você chegou, a gente se grudou e não soltou mais! Joanaína foi e é cura. Parte de mim anda com você sempre.

À minha mainha curitibana, Adri, minha benzedeira particular que emana cuidado no seu jeito de ser. Você me proporcionou algo precioso demais: o sorriso. Miga até teu jeito de andar é engraçado!

À minha pernambucana de coração, Thiara, a gente se conectou muito antes de se falar e até de se conhecer. O universo não dá ponto sem nó, bruxona. Tu é exemplo de força, Irmã! A gente sente na pele, e, em qualquer lugar do mundo que eu estiver, você tá também e onde tem lugar pra mim, tem pra ti! Minha casa em Recife está de coração aberto pra tu, sempre! É perceptível.

À minha amiga-irmã Aline, que me acolheu e acolheu minhas angústias de maneira doce e atenciosa.

Ao buné véio, Ralph, que sempre foi muito prestativo e foi quem abriu as portas do ENCONTTRA.

À Danny, a pessoa que talvez mais se pareça comigo nesse processo todo. Tuas palavras foram fundamentais para iluminar minha trajetória.

Ao meu orientador, Jorge, pelos ensinamentos durante o caminho.

Aos meus colegas de ENCONTTRA, que me acolheram e com quem tive diálogos incríveis e boas risadas nesse tempo.

Ao Maracatu Aroeira, que sempre foi um elo forte de ligação com a minha cidade, Recife.

À minha amiga, Geovanna, com quem aprendi o significado de ressignificar.

À minha psi, Taísa, que me aturou surtando nos piores momentos e sei que deu boas risadas das minhas histórias.

Ao CPP, especialmente ao Bill, por ter me aberto às portas desde o primeiro dia.

Aos pescadores e pescadoras artesanais que conheci, conversei e troquei durante esse período.

E a todas as pessoas que me atravessaram durante esse processo denso e intenso, de renascimento pessoal e profissional. OBRIGADA!

“Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver dedico
com saudosa lembrança estas memórias póstumas.”

Memórias Póstumas de Brás Cubas,
Machado de Assis

“Exú matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje.”

Ditado Iorubá

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a espacialidade da relação CPP-Pescadores e pescadoras artesanais no litoral de Pernambuco. Para isso, faz necessário contextualizar o que é o CPP, como, quando e porque surgiu, como atua nos territórios pesqueiros em conflito na busca por justiça ambiental e da defesa dos comuns, assim como, se faz importante evidenciar a diversidade desses conflitos que atravessam os territórios das comunidades pesqueiras no litoral pernambucano, para que então seja possível entender os arranjos da relação do CPP junto às comunidades pesqueiras contra a colonialidade e a favor das identidades, do diálogo de saberes e das r-existências. O trabalho se justifica por abordar, de forma central, essa relação cinquentenária ainda pouco explorada em teses e dissertações, assim como, por evidenciar o contexto de luta e r-existência de pescadores e pescadoras artesanais que foram invisibilizados em detrimento de uma ideia de desenvolvimento que os excluí apesar de sua importância social e ambiental. Diante disso, a estratégia metodológica utilizada foi a realização de trabalhos de campos no CPP e em algumas comunidades pesqueiras do litoral norte e sul de Pernambuco, área de maior atuação do CPP, com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas até quando foi possível devido ao isolamento social imposto em decorrência da COVID-19. A partir disso, utilizamos a ferramenta de r-existência em tempos de pandemia criada e utilizada pelo CPP para seguir dialogando com as comunidades as *lives* do 'diálogos de marés' transmitidas via facebook da Pastoral. Além dele, utilizamos também outras fontes secundárias criadas e alimentadas durante a pandemia como *podcasts* e *sites*, bem como um estado da arte diverso e interdisciplinar composto por artigos, teses e dissertações. Com isso, o trabalho entende a importância da relação CPP-pescadores e pescadoras artesanais como um importante diálogo de saberes, historicamente construído, para a luta contra as injustiças ambientais e territoriais presentes nas comunidades pesqueiras.

Palavras-chave: Conselho Pastoral dos Pescadores; Conflitos; Diálogo de saberes.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the spatiality of the CPP-Fishermen and artisanal fishermen relationship on the coast of Pernambuco. To do this, it is necessary to contextualize what the CPP is, how, when and why it emerged, how it operates in fishing territories in conflict in the search for environmental justice and the defense of the commons, as well as, it is important to highlight the diversity of these conflicts that cross the territories of fishing communities on the coast of Pernambuco, so that it is possible to understand the arrangements of the CPP's relationship with fishing communities against coloniality and in favor of identities, dialogue of knowledge and r-existences. The work is justified by addressing, in a central way, this fifty-year-old relationship that is still little explored in theses and dissertations, as well as by highlighting the context of struggle and r-existence of artisanal fishermen and women who have been made invisible to the detriment of an idea of development which excluded them despite their social and environmental importance. In view of this, the methodological strategy used was to carry out field work in the CPP and in some fishing communities on the north and south coast of Pernambuco, the CPP's area of greatest activity, with the application of semi-structured interviews until when possible due to the social isolation imposed as a result of COVID-19. From this, we used the r-existence in times of pandemic tool created and used by the CPP to continue dialoguing with the communities through the 'tidal dialogues' broadcast via Pastoral's Facebook. In addition, we also use other secondary sources created and fed during the pandemic, such as podcasts and websites, as well as a diverse and interdisciplinary state of the art made up of articles, theses and dissertations. With this, the work understands the importance of the relationship between CPP and artisanal fishermen as an important dialogue of knowledge, historically constructed, for the fight against environmental and territorial injustices present in fishing communities.

Keywords: Conselho Pastoral dos Pescadores; Conflicts; dialogue of knowledge.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - LINHA DO TEMPO ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES DO CPP JUNTO ÀS COMUNIDADES PESQUEIRAS EM PERNAMBUCO.....	35
FIGURA 2 - CONGRESSO DE 50 ANOS DO CPP.....	36
FIGURA 3 - IMAGEM DE SÃO PEDRO EM MEIO À MÍSTICA DO EVENTO.....	41
FIGURA 4 - CÚPULA DA IGREJA CATÓLICA DE PERNAMBUCO EM VISITA A SUAPE (2019).....	44
FIGURA 5 - MOVIMENTOS QUE IMPULSIONARAM A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.....	46
FIGURA 6 - CPP NA LUTA PELA IMPLANTAÇÃO DA RESEX RIO FORMOSO.....	58
FIGURA 7 - ENTREGA DO TAUS À COMUNIDADE DE ITAPISSUMA	60
FIGURA 8 - SLOGAN DA CAMPANHA "MAR DE LUTA"	63
FIGURA 9 - FAIXA DE PROTESTO CONTRA O DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NO LITORAL NORDESTINO DURANTE O SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA ÁGRARIA (SINGA).....	66
FIGURA 10 - MANCHAS DE PETRÓLEO EM PRAIA DE SERGIPE EM 25/09/2019.....	67
FIGURA 11 - MANCHA DE PETRÓLEO ENCONTRADA NA PRAIA DE SUAPE, CABO DE SANTO AGOSTINHO, PE EM 20/10/2019.....	67
FIGURA 12 - VOLUNTÁRIOS FAZENDO A RETIRADA DO PETRÓLEO NA PRAIA DE XARÉU, CABO DE SANTO AGOSTINHO, PE (22/10/2019).....	69
FIGURA 13 - HOMEM EXIBE AS MÃOS SUJAS DE PETRÓLEO DURANTE A REMOÇÃO DO MATERIAL NAS PRAIAS DO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO (21/10/2019).....	71
FIGURA 14 - MENINO DE 13 ANOS COLABORANDO COM A RETIRADA DO PETRÓLEO EM ITAPUAMA, CABO DE SANTO AGOSTINHO, PE EM 21/10/2019.....	71
FIGURA 15 - AÇIONAMENTO OFICIAL DO PLANO NACIONAL DE CONTINGÊNCIA PELO GOVERNO FEDERAL.....	78
FIGURA 16 - PESCADORAS COBRAM SOLUÇÕES AO GOVERNO ESTADUAL DE PERNAMBUCO FRENTE A CRISE DO PETRÓLEO.....	81
FIGURA 17 - RESERVA DO PAIVA, CABO DE SANTO AGOSTINHO, PE.....	89
FIGURA 18 - FLUXO DE EMISSÕES DE RGP.....	96
FIGURA 19 - PESCADORES OCUPANDO A SEDE DOS MINISTÉRIOS EM 2017.....	103
FIGURA 20 - LOCALIZAÇÃO DA ANTIGA VILA DOS PESCADORES EM SUAPE.....	110
FIGURA 21 - ÚNICA CAIÇARA EXISTENTE NA COMUNIDADE DE SUAPE.....	111
FIGURA 22 - MONOCULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA BEIRA DO RIO GOIANA.....	113

FIGURA 23 - CAPAS DOS RELATÓRIOS DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E VIOLAÇÕES EM DIREITOS HUMANOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS NO BRASIL.....	130
FIGURA 24 - CARTAZES EXPOSTOS COM OS RESULTADOS DAS REFLEXÕES EM GRUPO.....	135
FIGURA 25 - APRESENTAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS DAS MATRIZES ENERGÉTICAS EM COMUNIDADES PESQUEIRAS.....	136
FIGURA 26 - SÍMBOLO E LEMA DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS PESCADORAS (ANP).....	142

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – MUNICÍPIOS DO LITORAL DE PERNAMBUCO.....	22
MAPA 2 – CONFLITOS NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO E NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE QUE INCIDEM SOBRE AS COMUNIDADES PESQUEIRAS.....	84
MAPA 3 – CONFLITO NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO QUE INCIDEM SOBRE AS COMUNIDADES PESQUEIRAS.....	85
MAPA 4 – FAZENDAS DE CAMARÃO DENTRO DA RESEX ACAÚ-GOIANA.....	115
MAPA 5 – ÁREA DA RESERVA EXTRATIVISTA ACAÚ-GOIANA.....	117

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – TEMPOS DA PESCADORA PÓS CHEGADA DO PETRÓLEO EM PERNAMBUCO.....	75
QUADRO 2 – REDUÇÃO NA VENDA DE PESCADOS POR ESPÉCIE EM PERNAMBUCO.....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. “DA LAMA AO CAOS”: O CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES E A BUSCA POR JUSTIÇA AMBIENTAL NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS.....	28
1.1 “EU DESORGANIZANDO POSSO ME ORGANIZAR”: O CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES (CPP).....	28
1.1.1 “Sigam-me, e eu os farei pescadores de homens”: O conselho pastoral e a espiritualidade.....	40
1.2 “UM CARANGUEJO ANDANDO PRO SUL”: CAMINHOS PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL PESQUEIRA.....	54
2.“DORIVAL VAI NÃO, TÁ CHEIO DE ÓLEO NO MAR”: IMPACTOS DO PETRÓLEO E A ATUAÇÃO DO CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES..	65
2.1 O PETRÓLEO EM PERNAMBUCO E O PAPEL DO CPP JUNTO ÀS COMUNIDADES PESQUEIRAS: ATENUANDO INJUSTIÇAS.....	66
2.2 O LITORAL DE PERNAMBUCO A PARTIR DE CONFLITOS CRÔNICOS: MAPEANDO A DIVERSIDADE.....	83
2.2.1 Conflito por direito: o registro geral da pesca.....	100
2.2.2 Conflitos por território: injustiças ambientais no litoral de Pernambuco.....	104
3. DA COLONIALIDADE ÀS EPISTEMOLOGIAS DO SUL: ESTRATÉGIAS PARA R-EXISTIR NO LITORAL DE PERNAMBUCO.....	119
3.1 A COLONIALIDADE NO CONTEXTO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DO LITORAL DE PERNAMBUCO.....	120
3.2 R-EXISTÊNCIAS: TECENDO CAMINHOS PARA O DIÁLOGO DE SABERE.....	128
CONSIDERAÇÕES PARA ABRIR CAMINHOS.....	148
REFERÊNCIAS.....	152

INTRODUÇÃO

“Minha jangada vai sair pro mar, vou trabalhar, meu bem querer, Se Deus quiser quando eu voltar do mar, Um peixe bom eu vou trazer, Meus companheiros também vão voltar, E a Deus do céu vamos agradecer...”
Dorival Caymmi

O trecho acima foi retirado da música ‘Suíte do pescador’, onde o compositor, Dorival Caymmi, narra a ida de um pescador à pescaria em alto-mar. A música vai trilhando os caminhos do sujeito desde sua saída da praia até o sucesso da pescaria e a fé na volta segura. Nesse embalo, antes de puxar o barco rumo ao mar, apresento-lhes uma parte do caminho trilhado até a praia em que me encontro agora.

Nasci e cresci às margens do Rio Tejió, na beira de maré da comunidade da Vila São Miguel em Afogados, zona Oeste do Recife, no entanto, apesar da proximidade geográfica com as águas, nunca enxerguei essa realidade até ingressar na graduação em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com 17 anos recém feitos e sem ter a dimensão do que queria e do que me esperava. Não tardou muito para que algumas disciplinas, professores e temas me despertassem maiores atenções. Durante o segundo semestre na Universidade tive o prazer de ter como professores dois mestres que me abriram as portas para a geografia agrária e para a realidade dos pescadores e pescadoras artesanais nas disciplinas de: (1) Formação econômica e territorial do Brasil e (2) Introdução à Sociologia.

A partir disso, minha primeira aproximação com a pesca artesanal foi durante um trabalho de campo pela disciplina de Sociologia, onde tive a oportunidade de conversar e conhecer pescadores de Carne de Vaca, comunidade localizada no Litoral Norte de Pernambuco no município de Goiana. O campo e a disciplina através de leituras como “O mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2004); “Mestres e mares: espaço e divisão social na pesca” (MALDONADO, 1994) despertaram meu interesse para uma realidade distinta e complexa.

Nesse contexto, meu interesse pela temática só cresceu e, ao final do terceiro semestre junto ao prof. Cristiano Ramalho, do departamento de Sociologia da UFPE, comecei a minha trajetória de pesquisa através de um projeto de Iniciação Científica sobre mestres de pesca em Suape, comunidade do Litoral Sul de

Pernambuco, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho e que desde o século passado vem enfrentando uma realidade de injustiças ambientais em seu território. Os mestres são personagens presentes na pesca artesanal embarcada, além disso, são os responsáveis por passar os saberes tradicionais para os mais jovens e são os que conduzem os barcos para o alto-mar nas pescarias, quase que como uma espécie de capitão da tripulação.

No caso de Suape, a pesca vem sendo impactada por grandes empreendimentos que se instalaram na região e modificaram as dinâmicas locais. Os territórios tradicionais da pesca artesanal foram ignorados, assim como esses sujeitos subalternizados. Diante disso, percebeu-se que os mestres suapenses estavam envelhecendo e o conhecimento pesqueiro estava ameaçado de desaparecer.

Assim como o conhecimento, durante a primeira Iniciação Científica pudemos perceber outras problemáticas que motivaram um segundo projeto de pesquisa sobre a noção de pertencimento entre mestres de pesca na comunidade de Suape apesar das novas dinâmicas impostas pelos empreendimentos. Durante esse segundo ano tivemos uma dimensão ainda maior dos impactos desses conflitos sob o território pesqueiro.

Os dois anos de Iniciação Científica me aproximaram das comunidades pesqueiras, especialmente a de Suape, por isso, optei por seguir nessa temática no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), visto que, além do tema, os dois anos de pesquisa me apresentaram uma ferramenta potente de trabalho: a interdisciplinaridade.

Apesar de estar na graduação em Geografia, sempre tive como leituras referenciais, autores e autoras da Sociologia e da Antropologia, por isso, durante o último ano, além das pesquisas de campo, entrevistas, etc., me aprofundi em aproximar minha vivência e as problemáticas vistas em campo às questões pertinentes e conceituais da Geografia.

Nesse sentido, meu TCC teve como foco as territorialidades da pesca impactadas pelos grandes empreendimentos em Suape e possuiu como base as entrevistas e observações participantes dos dois anos de Iniciação Científica junto à comunidade. O trabalho foi revelador no sentido de mostrar como as relações e práticas que ocorrem no território pesqueiro, tanto no âmbito continental quanto no

âmbito marítimo, foram afetadas pelas mudanças trazidas pelo Complexo de Suape para a pesca. Ainda no TCC busquei explorar, junto à questão da pesca artesanal, um lado que confere sentido à minha vida: a música, associando a letra de uma canção da banda Academia da Berlinda, Dorival, ao contexto da pesca artesanal embarcada.

É importante ressaltar também que durante os primeiros passos da minha trajetória de pesquisa, além da aproximação com os pescadores e pescadoras de Suape, participei de outros ambientes e eventos comuns à realidade da pesca artesanal em Pernambuco organizados pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Caranguejo Uçá, organização comunitária da Ilha de Deus, e Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP), onde pude trocar vivências e ouvir diversos sujeitos e sujeitas (pescadores, pescadoras, agentes pastorais, colaboradores) sobre as pautas que tocam à pesca em Pernambuco, bem como, de enxergar a realidade que me cerca como moradora de margem de rio no Recife.

Diante desse caminho trilhado durante a graduação, ingressei no mestrado em Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), longe dos mares que me cercaram durante a vida, mas ainda com muitas inquietações com relação à pesca artesanal em Pernambuco, por isso, optei em dar continuidade a essa jornada.

Com relação ao presente trabalho de dissertação, algumas dessas inquietações se relacionam diretamente com o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), que vem atuando em Pernambuco desde a sua fundação, na década de 1960, e que sempre me acompanhou em leituras e práticas. Nesse sentido, durante o meu caminho como pesquisadora tive alguns questionamentos como: qual a diferença entre a pastoral e o MPP? Qual a relação do CPP com a igreja católica nos dias de hoje? Onde eles atuam e por quê? e, principalmente, quem são eles? Com isso, vi no mestrado uma oportunidade de desvelar e registrar a história e a geografia dessa instituição tão atuante nas comunidades pesqueiras de Pernambuco sob a óptica da relação CPP e pescadores e pescadoras artesanais.

Junto a isso, outras questões passaram a permear meus pensamentos, entre eles: será que a realidade conflituosa de Suape pode ser vista em outras comunidades pesqueiras do estado? O que vem ameaçando os pescadores e pescadoras artesanais?

É importante entender que, esse trabalho não é sobre trazer as respostas para as questões até aqui levantadas, mas, expor os primeiros passos que nortearam a problemática e os objetivos da presente dissertação, ou seja, a base que, em grande parte, confere sentido a esse movimento do mestrado em Geografia. Antes de apresentar as questões mais específicas da dissertação, acredito ser importante para entender de onde parto e para onde pretendo ir, principalmente depois de um ano vivendo na cidade de Curitiba e voltando para Recife em meio à pandemia, refletir sobre o imaginário do ser Nordestino e como isso está ligado à pesca artesanal.

Costumo parafrasear e ampliar a conhecida frase de Euclides da Cunha em “Os Sertões” publicada em 1902, onde o autor afirma que “O sertanejo é, antes de tudo, um forte!” ao dizer que “o Nordestino, do litoral ao sertão é, antes de tudo, um forte”. Sinto a necessidade de ampliar a escala geográfica da frase original a fim de quebrar o arquétipo de que o problema do Nordeste é a seca.

O referido estereótipo foi construído no imaginário social a partir de literaturas, composições musicais, cinema e novelas brasileiras que foram se baseando em um Nordeste sofredor, castigado e seco. É válido pontuar que essa questão foi e ainda é, um importante formador do imaginário social a respeito dessa região e de seu povo. Além de “Os sertões”, “Vidas Secas” de Graciliano Ramos de 1938 e “Morte e Vida Severina” de João Cabral de Melo Neto de 1955, são exemplos de importantes obras¹ literárias que contam, sem dúvidas, uma parte da história de um povo castigado pela terra, pela natureza, pela pobreza, pela fome.

Luiz Gonzaga, rei do baião, e aquele que até hoje é tido como um dos maiores precursores e divulgadores da música nordestina, um dos primeiros a cantar o nordeste em bom ‘*nordestinês*’² para o Brasil, em uma das suas canções mais famosas levanta essa face do ser nordestino como um castigado:

ASA BRANCA³

Quando olhei a terra ardendo

¹ Tanto *Vidas Secas* (1938) quanto *Morte e Vida Severina* (1955) conta diferentes histórias de sertanejos que saem da seca em busca de condições melhores de vida. A máxima de que a arte imita a vida, nesse caso, é real, com a ida de muitos nordestinos a São Paulo e Brasília.

² Composições ricas em um vocabulário cheio de neologismos nordestinos

³ Composição: Humberto Teixeira / Luiz Gonzaga

Qual fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Porque tamanha judiação
[...]
Que braseiro, que fornalha
Nem um pé de plantação
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão
[...]
Até mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Entonce eu disse, adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração

Diante de uma faceta muito explorada, a canção de Gonzaga também carrega uma outra característica marcante atribuída ao nordestino, historicamente, e que caminha junto a ideia de povo castigado: a fé. Para além da religiosidade, *O Auto da Compadecida*, obra de Ariano Suassuna que ganhou as telas de cinema por todo o Brasil, é outro exemplo da perseverança que se criou em torno da figura do ser nordestino. A fé em dias melhores.

Por outro lado, entre o castigo e a fé existe a luta e a resistência. Não se pode negar que a história de luta é inerente ao nordestino tanto na arte quanto na vida. Conflitos internos e cotidianos sobre migrar ou não em busca de uma vida melhor, conflitos por terras, conflitos por emancipação e liberdade, historicamente, sempre fizeram parte do Nordeste, afinal, para além da arte e da ficção, o nordeste foi palco de revoltas, entre elas, a Revolução Pernambucana (1817); Revolta dos Malês (1835) e Sabinada (1837) na Bahia; Balaiada (1838) no Maranhão; Insurreição Praieira (1848) em Pernambuco e Canudos (1896) também na Bahia, são exemplos de disputas que marcaram o Nordeste e o Brasil.

Pode-se dizer então que o imaginário social que se criou acerca do Nordeste foi de uma região castigada pela seca, pela pobreza e pela fome, mas feita de um povo que não perde a fé e que não foge à luta. Parte dessa questão, extrapola o imaginário e são verdadeiramente elementos que constituem parte de uma identidade nordestina, porém, o que me proponho neste primeiro momento não é questionar ou traçar uma identidade do povo nordestino, mas ir além do que foi colocado até aqui.

Por isso, é fundamental pontuar que o Nordeste é multifacetado e vai muito além de uma essência de seca, sofrimento e fé. É uma região formada por nove estados com distintos climas, paisagens, sotaques, culinárias e tradições. Exemplo disso é que só no Nordeste você consegue encontrar a capital do frevo, a capital do forró, a capital do reggae, a capital do maracatu, a capital do axé, entre outros.

Ainda com relação ao imaginário social que se criou do Nordeste, mais recentemente, a visão de sofrimento do ser nordestino e de seca da região foi contraposta com a ideia de paraíso em decorrência das belezas naturais das praias nordestinas.

Todavia, é importante destacar que, uma visão da realidade não anula a outra: o Nordeste das belas praias vendidas pelas agências de turismo é também o Nordeste de sofrimento, fé e luta, assim como é o Nordeste das festas do sagrado. A região é multifacetada, tanto quanto sua cultura e seu povo. Outro ponto fundamental é que essas realidades estão mais próximas do que também aparentam estar, elas interagem e mais do que isso, elas formam o Nordeste tal como ele é: diverso porém tido como inferior, atrasado e subalterno. Toda essa questão ganha sentido à medida que, ao longo dos capítulos, vamos explorando essa diversidade de realidades articuladas à pesca artesanal no litoral.

Aproximando essa reflexão do contexto da pesca artesanal, pode-se dizer que as mesmas praias que ilustram os cartões-postais do Nordeste são as praias das lutas e resistências cotidianas de Josés, Marias e tantos outros pescadores e pescadoras artesanais que vivem da pesca na região.

No caso dos pescadores e pescadoras artesanais de Pernambuco, além dos conflitos que atravessam os territórios e que marcam o cotidiano desse grupo social,

posto como subalterno, existe uma importante e central, para o nosso texto, relação com o CPP que atua como um mediador dessas lutas e conflitos. Essa relação acaba se tornando central na medida em que o CPP vai acompanhando e ajudando na construção de caminhos possíveis através de diferentes ferramentas, tão diversas quanto os conflitos nos territórios pesqueiros, que vão desde a poluição, turismo, especulação imobiliária, conflitos para gestão de Unidade de Conservação e implantação de grandes empreendimentos

Nesse jogo de poder que forma a espacialidade dos conflitos, os sujeitos e sujeitas da pesca artesanal estão no lugar de ausentes, invisíveis, atrasados, não-modernos. Enquanto que o outro lado desses conflitos é visto como o único caminho para o progresso. Nesse sentido está a relação que o CPP, desde a sua origem, buscou estabelecer com pescadores e pescadoras artesanais.

Para mediar esses caminhos nos deparamos com alguns conceitos importantes para a análise, como é o caso dos comuns. A partir da carta encíclica, apresentada no capítulo 1, começamos a entender o movimento feito pelo CPP para a defesa da 'casa comum'. Arraigado em uma perspectiva mais latino-americana, entendemos os comuns aqui como central dentro dos conflitos que as comunidades enfrentam, visto que, em muitos casos é o que se está em disputa. Para além de bens, a defesa dos comuns é também uma reivindicação da defesa da vida de comunidades como a dos pescadores e pescadoras artesanais (NAVARRO, 2012) é sinônimo de natureza e de comunidade, é todo o ecossistema que caracteriza os territórios pesqueiros.

Nesse aspecto também é válido pontuar que as lutas do CPP junto às comunidades pesqueiras se baseiam em uma busca por justiça ambiental, visto que acreditamos, com base em Herculano (2002), Solá Pérez (2012) e Acselrad (2010), que há uma desproporcionalidade na forma como pescadores e pescadoras artesanais são submetidos aos impactos ambientais, isso por estarem em uma condição de invisíveis e não desenvolvidos. Como veremos no capítulo 3 essa invisibilidade é produzida de maneira consciente pela colonialidade a partir de uma ideia de desenvolvimento que exclui essas comunidades pesqueiras. Para essa reflexão, autores como Quijano (2005); Lander (2005) e Barcelos (2017) são fundamentais.

O contra ataque à colonialidade, a defesa das identidades, as estratégias para r-existir vão ser analisadas a partir das ecologias de Boaventura de Sousa Santos (2006) e do diálogo de saberes (CRUZ, 2017; SANTOS, 2006), pontos fundamentais na relação do CPP com os pescadores e pescadoras artesanais e que dão o tom de um elo importante diante dos conflitos.

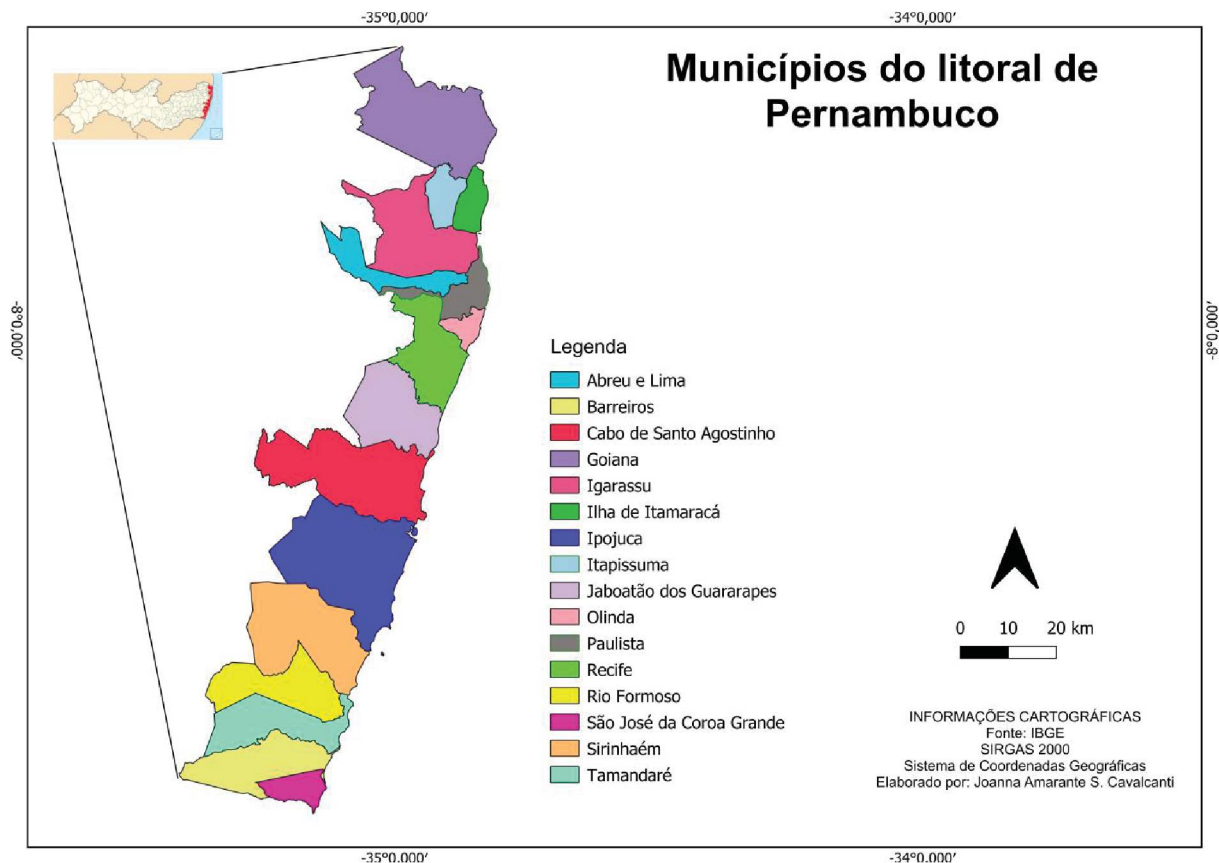
Por outro lado, no caso deste trabalho, dois conceitos serão importantes: o de espaço/espacialidade e o de território/territorialidade. Eles vão nos servir de apoio para entender a relação do CPP junto às comunidades pesqueiras através, principalmente, da compreensão de ações desses sujeitos ao longo da construção desse diálogo. Para entender a questão da espacialidade, vamos guiar nossa reflexão através dos trabalhos de Santos (2006), Fernandes (2001) e Fernandes e Silva (2005). Já no entendimento da territorialidade, utilizaremos Haesbaert (1999).

Nesse sentido, pensar a relação e as ações do CPP desde um olhar geográfico é pensar a espacialidade desde:

as múltiplas dimensões espaciais que regulam, condicionam, são inerentes, oferecem possibilidades, orientam as ações elaboradas (ou não) como estratégias de intervenção dos/nos movimentos. Isto implica, necessariamente, um exercício de “imaginação geográfica” (ou, imaginação espacial) através de um tensionamento dos aspectos observados [...] Tal exercício requererá uma apreciação dos processos de construção cotidiana de um movimento, seus embates, valores, as intervenções, os sujeitos, etc. Ou seja, um exercício de reconstituições espaço-temporais quase que etnográficas. (SANTOS, 2006, p. 15-16)

A história e as histórias que pretendemos contar estão no âmbito da realidade e da vida. Diante de tantas facetas, assumimos como recorte espacial deste trabalho o litoral de Pernambuco, em especial as áreas de maior atuação do CPP: litoral norte e litoral sul. O mapa abaixo localiza esse recorte, que é ocupado por diversas comunidades pesqueiras que se diferenciam entre si dentro do universo da pesca artesanal e é importante pontuar algumas diferenças a fim de caracterizar as comunidades do litoral norte e sul com o objetivo de que, mais a frente, essas características possam ajudar a ser compreender os processos em que essas comunidades estão inseridas.

MAPA 1 – MUNICÍPIOS DOLITORAL DE PERNAMBUCO



Fonte: Joanna Amarante. 2022.

Sobre as diferenças que formam a diversa identidade pesqueira, é válido ressaltar que no litoral Sul de Pernambuco, no município de São José da Coroa Grande, ainda se faz presente a pesca de jangada, algo que já não é mais visto em outros municípios do litoral. Por outro lado, no Cabo de Santo Agostinho, vemos a predominância da pesca de mergulho e de rede, onde os pescadores não necessitam passar dias em alto mar. Já no litoral Norte, a pesca em alto mar e a necessidade de passar dias na embarcação se faz presente. Em meios às distinções de técnicas no universo pesqueiro de Pernambuco, a pesca de rios e estuários é comum em quase todas as localidades do nosso recorte espacial através da pesca com linha, armadilhas e/ou as mãos.

Já com relação ao recorte temporal, a realidade dos pescadores e pescadoras artesanais que será aprofundada está alocada entre o crime do petróleo, material que impactou a costa do Nordeste e parte do Sudeste em 2019, e a pandemia da COVID-19, até fins de 2021.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo central analisar a espacialidade das relações do CPP junto às comunidades pesqueiras do litoral de Pernambuco. Para isso, faz-se importante entender a formação do CPP enquanto instituição pastoral, suas bases para ação e como atuam, assim como, através do caso do petróleo, evidenciar através de um mapeamento os conflitos crônicos mediados pelo CPP e que ajudam a entender a formação territorial do litoral pernambucano. Por fim, o texto se encaminhará para a análise dos impactos da colonialidade na pesca artesanal de Pernambuco e como as r-existências emergem nesse contexto, entre elas, o diálogo de saberes e outras ecologias que nos ajudam a entender a relação CPP-Pescadores e pescadoras artesanais.

A fim de cumprir os objetivos propostos, torna-se fundamental discorrer sobre a estratégia metodológica, que, vale ressaltar, foi consideravelmente impactada pela pandemia do COVID-19 a partir de março de 2020. Primeiramente, é indispensável alinhar a pesquisa à relação que estabeleço com o mundo, com a ciência e com a academia. Nesse sentido, o presente trabalho vai no sentido oposto ao que, historicamente, o fazer ciência impôs aos pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento e tipos de fazer pesquisa: a falsa neutralidade, que, cada vez mais vem sendo rompida. Esse texto possui uma perspectiva crítica, emancipatória e política, também por isso iniciamos esse trabalho realçando a importância histórica do CPP e seu impacto nos territórios pesqueiros. A postura investigativa apresentada é a forma que o pesquisador se coloca frente ao fazer pesquisa acadêmica, sua relação com a pesquisa e como este produz o conhecimento científico a partir disso. Simões (2015) mostra a necessidade de problematizar essa relação, que para ele é indissociável, entre pesquisador-postura investigativa-sujeitos. Por isso, reafirmo minha postura frente ao tipo de pesquisa que escolhi realizar, estabelecendo uma relação de diálogo, respeito e horizontalidade com os sujeitos envolvidos.

No que concerne ao fazer pesquisa, a opção inicial era por fazer uma pesquisa qualitativa com base na pesquisa ação participante, com o trabalho de campo e a inserção nos debates da pastoral do CPP. Essa estratégia foi possível de ser executada durante o ano de 2019 e os dois primeiros meses de 2020, antes da pandemia começar de fato no Brasil. Durante esse período tive a oportunidade de

visitar cinco comunidades do Litoral Norte e Sul de Pernambuco - Carne de Vaca, Ponta de Pedras, Itapissuma, São José da Coroa Grande e Suape - após o crime do petróleo e conversar com alguns pescadores e pescadoras junto ao Núcleo de Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR) da UFPE. Os depoimentos coletados durante esse período se encontram ao longo do texto.

Além disso, durante a segunda semana de fevereiro/2020, estive envolvida no Seminário Regional do CPP Nordeste 02, em Olinda, onde foram traçadas as problemáticas, rumos e desafios para o ano de 2020 junto à secretaria nacional da pastoral, a parceiros da UFPE e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), e aos pescadores e pescadoras de quatro estados: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Foi um momento de extrema importância para fincar raízes com esse grupo e diversificar as conexões, além de observar e contribuir com o grupo. Foi a partir desse encontro que tive a oportunidade de realizar entrevistas semi-estruturadas com Ormetiza Barbosa, da secretaria nacional do CPP, e com Severino, também conhecido como Bill, secretário da regional NE 2, que abrange o litoral pernambucano. A entrevista teve como base a relação do CPP com outros movimentos sociais da pesca e com as comunidades pesqueiras e constitui parte importante, principalmente, no capítulo 1, que versa sobre o CPP.

Com a chegada da COVID-19 ao Brasil todas as atividades de campo foram suspensas e o período de isolamento fez com que as atenções se voltassem para a pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática, o que me fez também perceber a importância do presente trabalho, visto que, poucos autores conferem centralidade ao CPP em suas discussões. Ramalho (2013) é um raro exemplo de protagonismo e registro da pastoral em artigos científicos. Por isso também, no segundo capítulo, abordamos as mediações do CPP e suas pautas diante das diversas injustiças ambientais que versam sobre a pesca artesanal.

Com isso, a pandemia foi se alongando e o desafio estava claro: como fazer pesquisa em tempos de isolamento social? Paralelamente a isso, uma das ferramentas amplamente difundidas durante esse período e também adotada pelo CPP foi a de utilizar-se de *lives* para se mobilizar e mobilizar debates referentes às questões da pesca artesanal. Os programas organizados pelo CPP e que se tornaram semanais, foram batizados como “diálogos de maré” e estão disponíveis na

página do facebook da pastoral⁴. Até o fim de 2020 a pastoral realizou 12 *lives* no formato do diálogo de marés sob a perspectiva dos mais diversos temas. São alguns deles: a questão da política ambiental no Brasil, as Unidades de Conservação e a defesa dos territórios pesqueiros, ações de solidariedade, análise de conjuntura, a questão das mulheres pescadoras e a espiritualidade. Foi com base nessas *lives*, que evidenciam a relação e o diálogo da pastoral com pescadores e pescadoras, assim como com outros grupos, que se fez possível seguir de perto a realidade das comunidades pesqueiras e do CPP mesmo em tempos pandêmicos.

Assim como a pastoral dos pescadores, outros grupos envolvidos com a pesca artesanal em Pernambuco adotaram a mesma estratégia para resistir a esses tempos. Foi o caso do *podcast* "vozes da pesca artesanal" do coletivo NUHUMAR com colaboração do CPP e da UFPE que abriu espaços para as vozes, diálogos e problemáticas dos pescadores e pescadoras artesanais. Nesse sentido, o trabalho ganhou um novo fôlego, visto que, na impossibilidade de ir a campo, as vozes que ecoavam na internet foram dando sentido ao objetivo da dissertação.

Do ponto de vista social, o trabalho justifica-se por contribuir com o CPP na atualização do mapa de conflitos em comunidades pesqueiras de Pernambuco, assim como, por registrar a história e geografia desses sujeitos que são fundamentais nas lutas e resistências dos pescadores e pescadoras artesanais. O trabalho busca cooperar para exposição de denúncias sobre injustiças e conflitos ambientais assim como de anúncios e estratégias de *r-existências*.

Para a ciência geográfica esse trabalho se faz importante por ser uma temática ligada à produção do espaço a partir de implicações oriundas das relações que sujeitos diversos, com interesses diferentes, estabelecem em um mesmo território, além de contribuir para a consolidação de uma geografia agrária decolonial.

Além disso, a questão das mulheres na pesca artesanal também justifica esse trabalho, já que, através de um estado da arte de teses e dissertações, percebemos que na realidade de Pernambuco, elas não têm sua importância representada como

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/cppnacional>

central, dada a importância que tiveram, por exemplo, para a formação da relação entre CPP e Comunidades pesqueiras.

Com relação à estrutura do texto, a organização se deu por meio de uma divisão em três capítulos. No primeiro momento optamos por aproximar o leitor do CPP, aprofundando na história e geografia da instituição através da Teologia da Libertação, fundamental para sua origem, das áreas onde o CPP vêm atuando, das motivações para agitar as estruturas da pesca artesanal junto às comunidades pesqueiras e da relação dessa instituição com a defesa dos comuns e com a busca por justiça ambiental nos territórios pesqueiros.

A partir disso, no segundo capítulo torna-se fundamental seguir o fio da defesa dos comuns e das injustiças ambientais mediadas pelo CPP. Para isso, através da chegada do petróleo nas praias do Nordeste em 2019, marco importante dentro do recorte temporal deste texto, discorreremos sobre esse evento específico em Pernambuco, que teve forte mobilização da pastoral, e como, apesar de ser um evento isolado de grandes proporções, ele nos ajuda a entender e analisar conflitos crônicos presentes nos territórios pesqueiros do litoral pernambucano. Nesse sentido, mapeamos e descrevemos os conflitos que atravessam as comunidades pesqueiras do nosso recorte espacial a fim de evidenciar as ausências e presenças da pastoral nesses territórios, bem como, apresentar algumas das ferramentas de r-existências que surgem a partir dessas relações e que auxiliam na busca por justiça ambiental e na defesa dos comuns.

O último capítulo começa se dedicando a uma análise e reflexão acerca da colonialidade, visto que ela vem ocupando um espaço cada vez maior nas pautas do CPP e no diálogo que a instituição vem estabelecendo com as comunidades pesqueiras. A partir da raça, do desenvolvimento e dos saberes, discorreremos e debatemos sobre alguns dos conflitos apresentados no capítulo 2 e como a condição de subalterno foi imposta aos pescadores e pescadoras artesanais pela colonialidade. Além disso, analisaremos a importância da r-existência indo além das ferramentas já apresentadas e aprofundando nas estratégias por trás dela como a questão do diálogo de saberes, das identidades pesqueiras para que, por fim, possamos refletir sobre as epistemologias do Sul de Boaventura de Souza Santos e como essa aposta teórico-política nos ajuda a analisar a relação CPP-Pescadores e

pescadoras artesanais através das monoculturas e ecologias, onde as mulheres aparecem como sujeitas-chave dessa relação.

1. “DA LAMA AO CAOS”: O CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES E A BUSCA POR JUSTIÇA AMBIENTAL NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS

Neste capítulo analisaremos o CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores), tanto no que concerne a sua história (como se formou, onde se formou e quem o formou), quanto ao estabelecer diálogos com a questão da espiritualidade e da Teologia da Libertação, já que a mesma é uma importante faceta para o entendimento do funcionamento do CPP.

A continuação, o foco será analisar a questão dos comuns associados à espiritualidade e o caminho para o combate das injustiças ambientais e territoriais nos territórios pesqueiros de Pernambuco a partir das ferramentas utilizadas pelo CPP, junto aos pescadores e pescadoras artesanais. É importante ressaltar que, as injustiças ambientais e a espiritualidade que defende os comuns formam parte importante para compreensão da espacialidade da relação do CPP com as comunidades pesqueiras, por isso, ir além da história da pastoral é relevante para o presente trabalho.

Em todo caso, antes de analisar o papel do CPP e suas formas de atuação na articulação com pescadores e pescadoras artesanais, faz-se importante contextualizar as escolhas dos nomes que compõem o título e os subtítulos deste capítulo, todos eles dialogando com a música “Da lama ao Caos” de do cantor pernambucano Chico Science e da banda contrerrânea Nação Zumbi. O movimento Manguebit, a partir da música, se manifestou contra a realidade marginalizada dos povos das águas e das injustiças contra a pesca artesanal em Pernambuco, especialmente no contexto urbano.

1.1 “EU DESORGANIZANDO POSSO ME ORGANIZAR”: O CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES (CPP)

Como já mencionado, o trabalho em questão irá dedicar-se agora a fazer uma análise sobre o CPP desde a sua formação, suas primeiras e significativas atuações junto aos pescadores e pescadoras artesanais, bem como a relação da Pastoral com a espiritualidade, com a igreja católica e com a Teologia da Libertação.

Nesse sentido, em meados da década de 1960, uma vertente progressista da igreja católica em Pernambuco começou a realizar ações e trabalhos com grupos

de pescadores e pescadoras artesanais nas praias de Olinda (PE), região metropolitana do Recife, sob a liderança do Frei Alfredo Schnuettgen. Com o apoio do arcebispo de Recife e Olinda à época, Dom Helder Câmara, e da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o trabalho avançou para o litoral paraibano, alagoano e potiguar, até que em 1976 - quase dez anos após o seu início - foi reconhecido pela CNBB de maneira nacional, o que permitiu o crescimento da instituição para outras regiões do Brasil.

Além de Frei Alfredo, o outro grande nome que impulsionou as ações da Pastoral em Pernambuco foi o da irmã Nilza Montenegro, que expandiu o trabalho do CPP de Recife para o Litoral Norte de Pernambuco, mais especificamente, para o município de Itapissuma. Diante disso, antes de entrar nos meandros das primeiras missões da Pastoral, é importante pontuar que o CPP surge e se consolida no período da Ditadura Militar no Brasil, dessa forma, em um contexto totalmente adverso às manifestações e lutas coletivas pensadas pelo grupo.

É nessa esfera que o CPP começa a organizar politicamente a categoria, tentando fazer com que os pescadores conquistassem sua entidade representativa (a Colônia), que se encontrava entregue - como gostavam de dizer as lideranças comprometidas - a *pelegos* e outras pessoas que não os representavam, e que muitas vezes nem eram pescadores. [...] A estreita e histórica ligação com o poder público resultou na falta de identidade das Colônias enquanto algo pertencente aos pescadores. Criadas em 1919 pela Marinha e depois subordinadas também aos ditames da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) em 1962 até 1989 as Colônias foram espaços de construção de uma cultura política de subordinação dos trabalhadores (As) da pesca artesanal ao Poder Público e suas vontades (RAMALHO, 2013, p. 155)

A princípio, como revela o trecho de Ramalho (2013) às atividades da pastoral consistiam em organização política, devido à questão histórica de “tutela” do Poder Público nas colônias. Por isso, prontamente essa questão tornou-se uma missão central do CPP para com os pescadores e pescadoras, porém é essencial ressaltar a atuação da pastoral com relação à organização social básica do grupo de pescadores e pescadoras artesanais, visto que muitos não possuíam sequer Registro Geral (RG) nem Cadastro de Pessoa Física (CPF). Com isso, antes da luta política, foi necessário reconhecer essas pessoas como cidadãos.

Nessa perspectiva, um dos primeiros trabalhos da Pastoral com essas características foi liderado pela irmã Nilza, em Itapissuma. Nessa experiência viu-se a necessidade de investir em ações que, em primeira instância, reconhecessem

esses sujeitos e sujeitas como cidadãos, para aí começar a luta política em busca de autonomia nas colônias e nas questões trabalhistas, pelo reconhecimento da profissão de pescador/pescadora que também é uma luta pelo modo de vida das comunidades pesqueiras. A forma de atuação nessas comunidades consistia em duas etapas iniciais: (1) se inserir e observar a realidade local; (2) construir laços de confiança com pescadores e pescadoras da comunidade. A via de aproximação da Irmã Nilza se deu através da relação com as mulheres. Logo, a primeira articulação entre o CPP e as comunidades pesqueiras se dá através das mulheres pescadoras. Elas abriram os caminhos para o início desse elo.

Além da esfera política, social e de gênero, o CPP também teve atuação pioneira e significativa no âmbito trabalhista, como mencionado. Visto que até então a pesca artesanal não era considerada uma profissão. Com base nisso, pode-se apontar o surgimento do CPP como um marco político na história das comunidades pesqueiras no Brasil, especialmente pelo pioneirismo com relação à organização e à luta por direitos dos pescadores e pescadoras artesanais (RAMALHO, 2013; DIEGUES, 1995)

Passado esses primeiros momentos de ação/consolidação da Pastoral e conforme os objetivos/conquistas dos direitos foram sendo alcançados, o CPP foi mudando seu foco e suas missões. Na década de 1980, por exemplo, suas atuações estiveram mais direcionadas ao combate à poluição dos territórios pesqueiros e saíram da escala local para a escala estadual⁵ (CALLOU, 1986; RAMALHO, 2013). É importante pontuar que nesta mesma década o contexto de redemocratização do Brasil também foi pauta do CPP junto aos pescadores e pescadoras artesanais, mas nacionalmente dessa vez. Essas mobilizações nacionais, que aconteceram entre 1984 e 1988, foram nomeadas de ‘seminários da pesca’, e tiveram como objetivo “a grande conquista”, que hoje é tida como o marco na história dos pescadores e pescadoras artesanais: a Constituinte da Pesca em 1988.

Na história recente do movimento de pescadores, a Constituinte da Pesca pode ser considerado um marco que deu visibilidade à categoria e alavancou os processos recentes da organização de pescadores. Surgida como decorrência da IV Assembléia Nacional dos Pescadores, em 1984,

⁵ “Como a poluição não foi um fato que ocorreu isoladamente, apenas em Itapissuma, o CPP conseguiu mobilizar pescadores e pescadoras de outros municípios do estado de Pernambuco para participarem de um grande ato público, ocorrido em agosto de 1983, em Boa Viagem, na cidade do Recife, no qual estiveram presentes cerca de 10.000 pessoas entre trabalhadores e trabalhadoras da pesca, intelectuais, entidades classistas, ONGs e lideranças políticas da época (Diário de Pernambuco, 22/agosto/1983).” (RAMALHO, 2013, p. 165)

onde pescadores, agentes pastorais vinculados à Comissão Pastoral de Pescadores e técnicos do Centro Josué de Castro, discutiram a necessidade de transformação do Sistema de Representação da Categoria, este movimento mobilizou pescadores de todo o país, visando incluir seus direitos na nova Constituição que estava em elaboração nos anos 80 [...] À época de lançamento da Constituinte da Pesca, o presidente da Confederação Nacional de Pescadores, como nos anos precedentes, era indicado pelo Ministro da Agricultura. Ocorre que nos “ventos” da Nova República este presidente, ainda que nomeado pelo Ministro, foi indicado pelos pescadores, sendo comprometido com os anseios da categoria, formalizando o processo de convocação da Comissão Nacional Constituinte da Pesca em meados de 1985 (CARDOSO, 2005, p. 2825-2826)

Nesse contexto, é importante ressaltar a presença da Pastoral como elo fundamental de mobilização dos pescadores e pescadoras, do Norte e Nordeste, com os de outras regiões para o processo de luta pela constituinte que alcançou dois importantes objetivos: a autonomia política das Colônias⁶ de pescadores e o direito à aposentadoria como tais.

Se, na década de 1990, os movimentos sociais relacionados à pesca enxergavam esperanças de fortalecimento com a consolidação da constituinte, por outro lado, o contexto político travou as mobilizações sociais da época e, nesse cenário, o CPP passou pelo seu momento mais tempestuoso.

Nos anos 1990, o neoliberalismo avança e, junto com ele, vêm fortes ameaças aos direitos conquistados. Por outro lado, as organizações populares dos pescadores se reestruturam e se fortalecem. Nesse período, morre Frei Alfredo e o CPP passa por um dos momentos mais difíceis de sua história. Mas, não perde as esperanças e enfrenta o desafio de perceber, sentir e agir o balizador cuidado pastoral. (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2019)

O início dos anos de 1990, como é possível perceber pelo depoimento, foi marcado por uma fase de reestruturação interna da pastoral dos pescadores frente aos novos desafios políticos e ambientais que estavam se apresentando à época. O cenário político evoluiu da redemocratização ao neoliberalismo, que, através da figura do arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho, sucessor de Dom Helder Câmara⁷ Na Arquidiocese de Recife e Olinda, perseguiu trabalhos ligados à teologia da libertação dentro da igreja católica, o que, em certa medida, breou algumas ações do CPP.

⁶ “Apesar das dificuldades o movimento da Constituinte da Pesca logrou expandir às Colônias de Pescadores os mesmos princípios que regem os sindicatos urbanos, a partir da inclusão do parágrafo único, do Artigo 8º da Constituição Federal aprovada em 1988. Dentre eles: a livre associação, não interferência do poder público, autonomia, unicidade sindical, entre outros, marcando legalmente o fim da tutela sobre as Colônias de Pescadores.” (CARDOSO, 2005, p. 2827)

⁷ Importante figura para o estabelecimento e avanço da igreja progressista e libertadora no Brasil e, principalmente, em Pernambuco.

Além disso, com territórios pesqueiros, especialmente no Nordeste, sendo invadidos e ocupados por fazendas privadas de carcinicultura e o debate ambiental efervescente no Brasil, a luta contra a poluição dos territórios evoluiu também para a luta pela necessidade de preservação do meio ambiente.

Com base nesse contexto, pode-se dizer que no fim da década de 1990 as mobilizações da pastoral foram direcionadas a debater a ideia de preservação *versus* conservação⁸, em efervescência no Brasil, e que impactaria de forma direta as comunidades pesqueiras:

Os novos desafios presentes na década de 1990 e, especialmente, existentes na primeira década do século XXI vão ver ressurgir novas mobilizações e lutas das comunidades locais em Pernambuco, onde a defesa dos territórios de pesca por meio da luta pela instituição das UCs [Unidades de Conservação] de Uso Sustentável estarão no horizonte [...] Ou seja, passou-se a defender a criação de UCs, com especial atenção para as Reservas Extrativistas (RESEX) e de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Marinhas, enquanto estratégia central em vários municípios litorâneos de Pernambuco, e aqui - mais uma vez - o CPP teve papel decisivo no direcionamento dessa luta. (RAMALHO, 2013, p. 172-173)

O debate com foco nos territórios permaneceu durante os anos 2000, como anunciado por Ramalho, além disso, o foco nas conquistas de novos direitos diante das ameaças da pesca industrial, principalmente no Sul e Sudeste, e da carcinicultura no Nordeste foi fundamental para que, entre os anos de 2000 e 2010, os pescadores e pescadoras artesanais, junto ao CPP e a outros movimentos sociais da pesca, obtivessem conquistas significativas para o grupo. Nesse contexto também fundou-se a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e entre outras conquistas desse período, é válido pontuar a produção de novos dados sobre a pesca artesanal no Brasil a partir do governo do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; a fundação do Ministério da Pesca e Aquicultura (2009) efetivado pela lei 11.958, de 26 de junho de 2009⁹; e, a criação da primeira RESEX Marinha em Pernambuco, a RESEX Bi-estadual (PE-PB) de Acaú-Goiana criada em 2007, onde o CPP esteve na linha de frente da iniciativa junto com as comunidades pesqueiras de Goiana/PE e de Acaú/PB.

Ao aproximar-se dos dias atuais, na década que compreende os anos entre 2010 e 2020, torna-se necessário dividir em duas fases para melhor compreender os marcos de atuação do CPP na espacialidade. Para isso, faremos uma primeira

⁸ Ver DIEGUES, 1994.

⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L11958.htm. Acesso em março/2021.

análise dos anos de 2010-2016, pré-impeachment da Ex-presidenta Dilma Rousseff, e uma segunda dos anos de 2016 a 2020, Pós-Dilma.

Assim como nos anos 2000, o período entre 2010 e 2020 como um todo tem sua preocupação na atuação do CPP voltada ainda para os territórios pesqueiros, porém é importante separá-los em antes e depois do Impeachment, porque no início da década, ainda sob o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), os movimentos sociais da pesca e a Pastoral tinham como pauta central a luta e a busca por novos direitos sob seus territórios tradicionais. Exemplo disso é a Campanha pela Regulamentação dos Territórios Pesqueiros¹⁰ lançada em junho/2012 pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), que contou e ainda conta com forte apoio do CPP.

No entanto, não tardou para que, ainda no governo petista, o contexto político pressionasse as pastorais e outros movimentos sociais a darem um passo para trás. Na pesca, isso foi materializado com a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura em outubro de 2015, e com a suspensão da emissão de Registros Gerais da Pesca em 2012. A partir disso, e com o impeachment da então presidenta, os movimentos ligados à pesca concentraram suas pautas na garantia dos direitos até então conquistados, visto os ataques e retrocessos que o novo cenário político apresentava.

Na segunda fase, entre 2016-2020, pode-se destacar, além dos recuos já mencionados, dois momentos de maiores tensões para as comunidades pesqueiras e, conseqüentemente, para o CPP que se mobilizou ativamente frente a esses impactos. O primeiro deles é a questão do petróleo em 2019, no Governo Jair Bolsonaro, que, como já destrinchado, atingiu os pescadores e pescadoras de todo o Nordeste e parte do Sudeste do Brasil e que teve o CPP como um dos principais atores e mediadores na luta por melhores condições diante da dinâmica que o petróleo estabeleceu na e para as comunidades pesqueiras. A outra problemática que teve a pastoral como uma das protagonistas na luta junto aos pescadores e pescadoras foi a Pandemia da covid-19, durante o período de isolamento o CPP lutou pelo direito dos sujeitos e sujeitas da pesca receberem o auxílio emergencial, ainda facilitou processos formativos pela internet sobre importantes pautas do universo pesqueiro.

¹⁰ Mais adiante analisaremos esse projeto de lei, sua importância e o papel do CPP nele.

FIGURA 1 - LINHA DO TEMPO ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES DO CPP JUNTO ÀS
COMUNIDADES PESQUEIRAS EM PERNAMBUCO

O CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES E A LUTA DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS EM PERNAMBUCO

1968

Fundação do Conselho Pastoral dos pescadores em Olinda (PE)

1970-1980

Reconhecimento pelo CNBB

Expansão das ações para o litoral de PE

Luta pelos direitos básicos à cidadania

Luta pelo reconhecimento da profissão de pescador e pescadora



CPP

Conselho Pastoral dos Pescadores

1980-1990

Combate à poluição dos territórios pesqueiros em PE

Seminários da pesca

Constituinte da pesca

Criação do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE)

1990-2000

Período de reestruturação interna

Luta pela preservação dos territórios pesqueiros



2000-2010

Enfrentamento as ameaças sociais e territoriais da pesca industrial e da carcinicultura

Criação do RESEX Marinha

Acaú-Goiana

Desarticulação do MONAPE

Criação do Ministério da Pesca e Aquicultura

2010-2020

Campanha pela regulamentação dos territórios pesqueiros

50 anos do CPP

Combate aos impactos do Petróleo

Luta por direitos frente a COVID-19

Elaborado por: Joanna Amarante

Fonte: Joanna Amarante (2021).

Por outro lado, antes das crises que impactaram as comunidades pesqueiras na última década, é possível perceber na linha do tempo acima (ver figura 1) um importante marco na história do CPP: a comemoração dos seus 50 anos de luta e resistência junto aos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil. Em 2018, as comemorações iniciaram de forma isolada em algumas regionais, que foram se incorporando como sedes regionais a partir da demanda de pescadores e pescadoras artesanais ao longo da história de luta da pastoral¹¹, (CPP Ceará, CPP Minas Gerais, CPP Pará, CPP Bahia/Sergipe, CPP NE 2) e culminaram no Congresso do CPP, em maio/2019, na Universidade Federal do Pará (UFPA) em Belém e que reuniu cerca de quinhentas pessoas.

FIGURA 2 - CONGRESSO DE 50 ANOS DO CPP



Fonte: Conselho Pastoral dos Pescadores (2018)

O tema do congresso foi “Celebrar a resistência, profetizar a esperança” e como lema, inspirado no evangelho de Lucas, a seguinte frase: “Avance para as águas mais profundas e lance as redes para pesca”. O principal objetivo, além da celebração dos cinquenta anos de luta e resistência do CPP, foi também apontar possíveis caminhos para o futuro frente a uma nova e totalmente adversa conjuntura

¹¹ Mais adiante, quando debateremos a formação dos agentes pastorais, vamos discorrer também sobre como se forma uma sede do CPP em determinado território.

política e social com a presidência da república sendo ocupada por Jair Messias Bolsonaro. O congresso esteve dividido em três momentos, o primeiro dedicado a um resgate das memórias e personagens da criação da entidade; o segundo com foco na igreja e em seu comprometimento com a luta dos pobres; e o terceiro com o olhar para o futuro através de desafios e perspectivas (CONSOLE, 2019).

Por fim, o evento encerrou com a publicação da carta final¹², que aborda as reflexões levantadas durante o congresso nesses três momentos. Cabe destaque à seguinte passagem:

[...] Nossa história é atravessada pelos processos de colonização, pautados na máxima exploração da natureza e da vida humana, sobretudo dos povos originários e do povo negro. Nesse momento, navegamos em águas ainda mais turbulentas, onde o desmonte de todas as políticas ligadas às áreas mais essenciais à vida da população, aprofunda o processo de exploração, perseguição, criminalização e morte. [...] Todas essas medidas aprofundam a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, as desigualdades de gênero e geram extermínio da diversidade e dos povos e comunidades tradicionais do nosso país. A Casa Comum está sob ameaça pela ganância dos ricos. Seus grandes projetos provocam a morte das nossas matas, dos nossos rios e dos povos das águas, transformando esses territórios em zonas de sacrifícios em nome do lucro. [...] (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2019)

O trecho tem como base os desafios ao diálogo de saberes que a pastoral, junto aos pescadores e pescadoras artesanais, enfrentou e vem enfrentando diante de processos que antecedem sua existência, mas que seguem presentes nas relações de poder no território: a colonialidade, a exploração do trabalho e violência concentrada em certos territórios. Sobre como contrapor essa lógica em vigência na modernidade, a pastoral se posiciona:

[...] Acreditamos que a sabedoria ancestral possibilita encontrar novos caminhos para a terra sem males. É missão do CPP contribuir na escrita coletiva da liberdade, sendo a educação popular parte da nossa pedagogia e do nosso fazer cotidiano. Os saberes, a cultura e a cosmovisão dos povos e comunidades tradicionais apontam caminhos para processos coletivos de descolonização e de retomada dos diversos conhecimentos produzidos no chão das comunidades. O nosso modo de ser e fazer pastoral passa pela conversa e a escuta atenta nas praias, barrancos, açudes, lagoas e barragens, enquanto geografias que desafiam os projetos de morte. Nossa fé se renova no trabalho de base, nas celebrações e canções de liberdade. [...] Renovamos o nosso compromisso para enfrentar a colonialidade do poder, saber e ser; de construir uma ação pastoral que garanta a equidade de gênero e respeite a diversidade afetiva; combater as diversas violações de direitos humanos e socioambientais e a defesa do território tradicional; perceber o rosto jovem que pulsa em nossos territórios na defesa das comunidades pesqueiras; aprimorar os processos de autogestão dos territórios junto com as comunidades, articulando as lutas urbanas numa

¹² Disponível em: <http://cppnacional.org.br/noticia/em-carta-final-do-congresso-o-cpp-se-compromete-enfrentar-colonialidade-do-poder>

aliança campo e cidade; fortalecer a economia solidária na construção do Bem Viver para a garantia dos meios de vida (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2019)

Diante disso, o enfrentamento à colonialidade do poder, do ser e do saber, como bem mencionado, passa pelo fortalecimento da educação popular, do diálogo de saberes, do conhecimento tradicional, da defesa dos territórios pesqueiros, dos comuns, da equidade de gênero, da liberdade, da juventude, e da coletividade.

Esse apanhado histórico e atual do CPP em diálogo com pescadores e pescadoras artesanais nos permite perceber o papel fundamental desse mediador sócio político (RAMALHO, 2013) junto às comunidades pesqueiras na luta por direitos historicamente negados, trabalhando com base na igreja católica e funcionando como articulador. Contudo, é fundamental ressaltar o que entendemos como mediador e como esse conceito está associado às funções do CPP. Se recorremos ao significado de mediador presente em dicionários da língua portuguesa, e, como é corriqueiramente utilizado na literatura, o mediador é algo ou alguém que intermedeia conflitos, no entanto, é preciso ir além e entender a mediação da pastoral como ação transformadora (VELHO, 2016) de territórios, realidades e políticas junto aos movimentos sociais da pesca artesanal. Para RAMALHO (2020, p. 3):

Sem dúvida, a história da Pastoral dos Pescadores e de seus integrantes - com base no recrutamento de quadros, no papel de formação e mobilização de pessoas, na capacidade de intermediar junto aos mecanismos institucionais demandas históricas e cotidianas das comunidades pesqueiras, articulando também redes de apoio para combater diversas formas de injustiças sociais - anunciam a importância desse mediador enquanto artífice e partícipe de uma nova pedagogia política e revela a “razão pela qual eles se vêem como portadores da função (ou missão) pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo” (Neves, 2008, p. 36), e de “levar as boas novas aos excluídos não só por palavras”, segundo argumentaram os dirigentes do CPP.

Atualmente, essa relação também foi fundamental, para a questão do petróleo e, mais recentemente, na questão da pandemia da covid-19, onde, por exemplo, o CPP esteve à frente de diversas mobilizações para garantir o direito dos pescadores e pescadoras artesanais ao Auxílio Emergencial do Governo Federal, bem como, proporcionando diálogos e debates das pautas pesqueiras de maneira *on-line* durante o isolamento social.

É importante pontuar também que a Pastoral não pode ser considerada uma instância de representação dos pescadores e pescadoras artesanais, porque,

diferente dos movimentos sociais, é uma entidade associada à igreja católica para trabalhar junto com as comunidades pesqueiras e junto ao MPP, porém difere deste último por não ser formado por pescadores e pescadoras. Sobre isso:

O MPP é uma organização dos pescadores, uma organização formal com estatuto, com CNPJ, é um movimento de luta como é o MST, o MTST, é organização e articulação, que aí pode ter colônia, pode ter associação, mas o foco são os pescadores na organização. O CPP é uma organização da igreja católica para trabalhar com os pescadores, para dar assessoria e não para ser representação. (BILL, secretário do CPP NE 2, 2020)

Diante disso, torna-se válido apontar também que o CPP é formado por agentes pastorais que, na maioria dos casos, são pessoas ligadas à igreja e recebem uma formação do CPP para atuar junto ao grupo de pescadores e pescadoras local. As formações acontecem com base nas demandas de uma determinada paróquia ou comunidade, e realizam-se com base em três linhas de ações: questão ambiental e territorial das comunidades pesqueiras, direitos sociais e previdenciários e a questão de renda. Além da mística e religiosidade que é algo transversal aos três pilares da formação do agente pastoral.

Nesse contexto, os agentes pastorais se dividem em contratados e voluntários. Com relação à CPP Nordeste 02, são apenas três contratados para atuar na área de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, os demais agentes são voluntários. Tal cenário explicita um dos maiores problemas do CPP: dar conta das diversas demandas sendo tão poucos.

Com o olhar voltado para Pernambuco e para a geografia de ação da pastoral, apesar de a entidade ter sua origem na Região Metropolitana do Recife, desde o início dos anos 2000 o CPP não possui um projeto atuante nesta região. Sobre isso:

A pastoral não tem uma ação direta na área metropolitana de Recife e Olinda porque assim, a gente trabalha de acordo com os projetos que são aprovados. A gente teve atuação no centro de Recife até 1996, um pouquinho até 2001/2002 com o foco na Ilha de Deus, no entanto, nos outros projetos que a gente fez a gente não conseguiu capilaridade das comunidades locais com os projetos, então os projetos foram aprovados para a área do litoral sul, do litoral norte e do sertão, tá? e aí ficou esse buraco e aí hoje a nossa atuação em Recife é muito mais tipo: ah fulano liga pra cá e diz que quer uma reunião com a gente, aí a gente vai lá pra aquela reunião pontual. (BILL, secretário do CPP NE 2, 2020)

Como evidenciado na fala de Bill, as ações na RMR são baseadas em demandas pontuais, enquanto que a atuação recorrente do CPP através de projetos está espalhada pelo litoral Norte e Sul e pelo sertão de Pernambuco. A pastoral é

dividida em três linhas de ação, similares aos pilares de formação do agente pastoral: Território e Meio Ambiente, Renda e economia solidária, e direitos sociais e organização.

Ao avançar sobre a organicidade do CPP, é importante também entender como está estruturada essa instituição. Além das instâncias regionais já mencionadas, a Pastoral também é composta por uma diretoria nacional, atualmente composta por Dom José Valdeci Mendes, presidente e vice, respectivamente, mais um secretariado nacional. Este conta com uma secretária executiva, um economista e três secretários responsáveis por cada uma das linhas de ações. Os membros que compõem essa gestão se reúnem três vezes ao ano durante o conselho regional para tomadas de decisões e encaminhamentos. É importante pontuar também que a gestão dos cargos têm mandato de três anos, e uma nova eleição é feita a cada Assembleia Geral.

Nesse sentido, depois de analisar o CPP a partir de diferentes perspectivas (histórica, geográfica e estrutural), faz-se fundamental encaminhar o debate para uma face que atravessa todas elas: a relação da Pastoral com a espiritualidade. Por isso, a partir de agora o trabalho debaterá a questão da espiritualidade e como esta se relaciona com a Teologia da Libertação e com a natureza.

1.1.1 “SIGAM-ME, E EU OS FAREI PESCADORES DE HOMENS”¹³: O CONSELHO PASTORAL E A ESPIRITUALIDADE

A espiritualidade é um dos princípios basilares da Pastoral e que ajuda a entender como o CPP se relaciona com a religiosidade, que é base de suas ações. Além disso, esse tópico é justificado também a partir de uma experiência pessoal que tive junto ao CPP em 2020, quando na época pude ver e vivenciar a força dessa espiritualidade entre os pescadores e pescadoras artesanais e nas práticas da pastoral, que nesse caso aconteceram durante a Assembleia CPP Regional Nordeste 02, realizada em Olinda entre os dias 11/02 e 13/02 do ano de 2020.

Naquele momento, a espiritualidade estava posta, em grande parte, pela religiosidade católica materializada na presença de um padre e de uma imagem de São Pedro (ver figura 3) padroeiro dos pescadores, que foi batizada e esteve

¹³ Mateus 4:19

presente durante todo o evento, assim como as rodas de orações e outros momentos dedicado à espiritualidade.

FIGURA 3 - IMAGEM DE SÃO PEDRO EM MEIO À MÍSTICA DO EVENTO



Fonte: Joanna Amarante (2020)

Nesse sentido, abordar a espiritualidade torna-se essencial. Para esse subtópico, nos acercamos da noção de espiritualidade e da espiritualidade libertadora com base nos debates propostos pelo CPP através dos 'diálogos de

marés', realizados durante a pandemia e já apontados na introdução, bem como, trataremos da relação da Pastoral com a igreja católica através da teologia da libertação para então finalizarmos com a espiritualidade e a relação homem-natureza.

A palavra espiritualidade está associada ao que vem do espírito, ou seja, a um princípio imaterial, a algo incorpóreo que, segundo Guimarães e Avezum (2007, p. 89) “poderia ser definida como uma propensão humana a buscar significado para a vida por meio de conceitos que transcendem o tangível”.

No caso do CPP, esse sentimento não tangível perpassa a alma e se materializa em ações, especialmente associadas à libertação. Sob essa temática a agente pastoral e também mestre em desenvolvimento social, Letícia Rocha ao diálogo de marés, afirma que a espiritualidade é libertadora,

(...) é um projeto de vida e de vida em abundância para todos... E essa vida em abundância acontece quando as pessoas não estão nas periferias da sociedade, elas são incluídas, elas tem espaço no grande banquete da vida, e, quando isso não acontece, há uma situação de opressão e aí a libertação ela se faz necessária né? Uma espiritualidade atenta às pessoas que estão ficando na periferia da nossa sociedade, as pessoas que não estão incluídas na convivência com os bens da criação, que tem isso negados. Ao ver o mundo amado e criado por Deus desfigurado, destroçado por uma desigualdade escandalosa, nasce em nós essa santa indignação que nos faz assumir esse compromisso da libertação. [...] Então pra gente pensar em uma espiritualidade libertadora requer, obrigatoriamente, a gente pensar no compromisso que a gente tem com o divino de fazer deste mundo um lugar bom de se viver para todos e todas, onde a natureza e os bens da criação são resguardados para as gerações futuras.

Libertar as marginalidades produzidas pelo sistema-mundo, eis o ponto de intersecção entre a espiritualidade libertadora, o cristianismo e a pastoral dos pescadores. Com base nisso, o trecho que dá nome a esse subtópico nos fala, além da espiritualidade envolvida na trajetória de Jesus, sobre resgate e libertação de homens e mulheres marginalizados, como é o caso de comunidades pesqueiras historicamente. Sobre a espiritualidade que movimenta o CPP à luta junto aos pescadores e pescadoras, Dom Valdeci, atual presidente da pastoral (2020-2023) tem a nos dizer que:

Essa espiritualidade é força viva, que nos move para lutar, que nos move para caminhar, que nos move para nos comprometer-nos com a vida. [...] Esse espírito que também nos impulsiona para sairmos do nosso lugar fechado, do nosso grupinho, e nos colocarmos nessa inteira disponibilidade de serviço, de missão, no engajamento da luta por dignidade [...] Eu diria também que a nossa missão é comunitária, que a nossa missão é uma missão de comunhão, que a nossa espiritualidade é uma espiritualidade de

solidariedade [...] A solidariedade deve ser constante e com empenho na luta pela vida.

A fala de Dom Valdeci complementa o dito por Letícia, e vai além quando afirma que a espiritualidade é comunitária e solidária, assim como deve ser a luta pela dignidade e pela vida exercida pelas pastorais.

A espiritualidade que move o CPP é pautada na libertação, no amor, na solidariedade, na busca por igualdade e no olhar para os pobres, valores semelhantes ao que basearam a missão de Jesus Cristo na terra.

Na leitura inevitavelmente ideológica do Evangelho, mas iluminada pelo espírito da fé, vê-se a maneira pela qual Jesus de Nazaré assumia a sua posição de homem no mundo (sistema de atitudes) e anunciou o Reino de justiça e amor (sistema de idéias) [...] Jesus condenou tudo aquilo que oprime e aliena a pessoa humana (BETTO, 1981, p. 13)

A pastoral então assume essa práxis, porém, por ser uma organização ligada à igreja, estabelece uma relação de dependência com ela e com seus líderes locais e internacionais. Visto que, são eles que liberam recursos e encabeçam a instituição, como é o caso de Dom José Valdeci, atual presidente do CPP, e de Dom José Altevir da Silva, atual vice-presidente da pastoral. Além disso, as regionais do CPP, em sua equipe, possuem um bispo de referência, o que reitera essa relação tênue entre a Pastoral e a Igreja Católica. No caso da Regional Nordeste 02, que abrange o estado de Pernambuco, o atual bispo de referência é Dom José Luiz Ferreira Salles.

Essa relação, historicamente, passou por momentos de oscilação em Pernambuco, ora com o distanciamento de alguns arcebispos de Recife e Olinda das atividades realizadas pela entidade, ora de apoio e respeito, como acontece atualmente.

Uma situação que ilustra o bom relacionamento entre as partes é a visita recente (ver figura 4) realizada por Dom Fernando Saburido e Dom Limacêdo Antonio, respectivamente arcebispo da Arquidiocese e bispo auxiliar de Recife e Olinda, à comunidade pesqueira de Suape na época do derramamento de petróleo.

FIGURA 4 - CÚPULA DA IGREJA CATÓLICA DE PERNAMBUCO EM VISITA A
SUAPE (2019)



Fonte: CPP. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/noticia/bispos-visitam-comunidades-pesqueiras-atingidas-pelo-B3leo-e-cobram-a%C3%A7%C3%A3o-do-estado>

Torna-se importante posicionar essa boa relação entre CPP e líderes da igreja, pois a igreja católica possui divergentes correntes de pensamentos sobre como atuar ou não ao lado dos historicamente subalternos. Nesse sentido, o presente trabalho vai se ater a discutir a corrente que atua junto aos marginalizados e através da Pastoral dos pescadores. Com relação a esse modelo de igreja, Mitidieiro (2009) afirma que:

No caso da Igreja Libertadora, que tem um caráter teológico/político e não predominantemente científico, a ação social se faz por meio da práxis libertadora, por isso, transformadora da realidade. [...] não se trata de tirar o papel da fé e da simbologia religiosa na motivação da vida, mas de incentivá-las a que sejam uma práxis transformadora da realidade. (p. 45)

Dado isso, é preciso considerar que esse tipo de prática religiosa a que o autor refere-se e que o CPP se insere e beneficia, com ações direcionadas aos que se encontram à margem da sociedade moderna, não é unânime dentro da instituição¹⁴ e é nomeada como Teologia da Libertação.

¹⁴ No caso do Brasil, essa divisão interna da igreja se mantém, isso porque, segundo Burneau (1979, p. 29): “Com o advento da república em 1889, ocorreu a separação entre a Igreja e Estado e com isso a subordinação da Igreja do Brasil à Roma. Esse processo de romanização foi bastante fértil para o fortalecimento institucional da Igreja do Brasil, que obteve da Igreja Católica o seu modelo

Sobre o vínculo do evangelho com a Teologia da Libertação, ele ocorre na medida em que:

A leitura do Evangelho passou a conter elementos que serviam para a ruptura com a ordem social vigente. Um exemplo singular da Bíblia, impulsionada pela Teologia da Libertação, está no sentido da eucaristia. A partilha do pão e do vinho era tida como o momento máximo da liturgia católica e como um símbolo de adoração para os cristãos, mas o verdadeiro significado da eucaristia não é a simbologia, mas a partilha e a solidariedade no mundo real. A partilha não é algo que se venera, mas um evento que se pratica. (MITIDIERO, 2009, p. 96)

Nesse sentido, a Teologia da Libertação será entendida aqui como uma vertente da Igreja Católica que encara o evangelho como uma práxis emancipatória e coletiva com o intuito de subversão da lógica social moderno-colonial que produz a marginalidade de alguns grupos sociais, como é o caso dos pescadores e pescadoras artesanais.

Ainda sobre o sentido da Teologia da Libertação:

[...] A teologia da libertação nos propõe talvez não tanto um novo tema para a reflexão quanto um novo modo de fazer teologia. A teologia como reflexão crítica da práxis histórica é assim uma teologia libertadora, teologia da transformação libertadora da história da humanidade [...] Teologia que não se limita a pensar o mundo, mas procura situar-se como um movimento do processo através do qual o mundo é transformado, abrindo-se - no protesto ante a dignidade humana pisoteada, na luta contra a espoliação da imensa maioria dos homens, no amor que liberta, na construção de nova sociedade, justa e fraterna - ao dom do reino de Deus. (GUTIÉRREZ, 1986, p. 27)

Com isso, pode-se afirmar também que a origem desse movimento de aproximar a fé da vida cotidiana e, conseqüentemente, dos problemas sociais, tem como base a necessidade de territorializar/materializar a igreja e suas ações (MITIDIERO, 2009). Diante disso, em um primeiro momento torna-se importante desvelar os movimentos dentro da igreja que deram origem a essa Teologia, para então compreender sua relação com a realidade da América Latina, e como isso se manifesta na relação homem-natureza.

Historicamente e geograficamente, a Teologia da Libertação se fez carne na América Latina, como afirma Mitidiero (2009, p. 77)

A América Latina, mergulhada em um ambiente de miséria e exploração, foi o centro geográfico para o encaminhamento dessa nova teologia. Foi nesse continente que perguntas indigestas mexeram com os dogmas de muitos

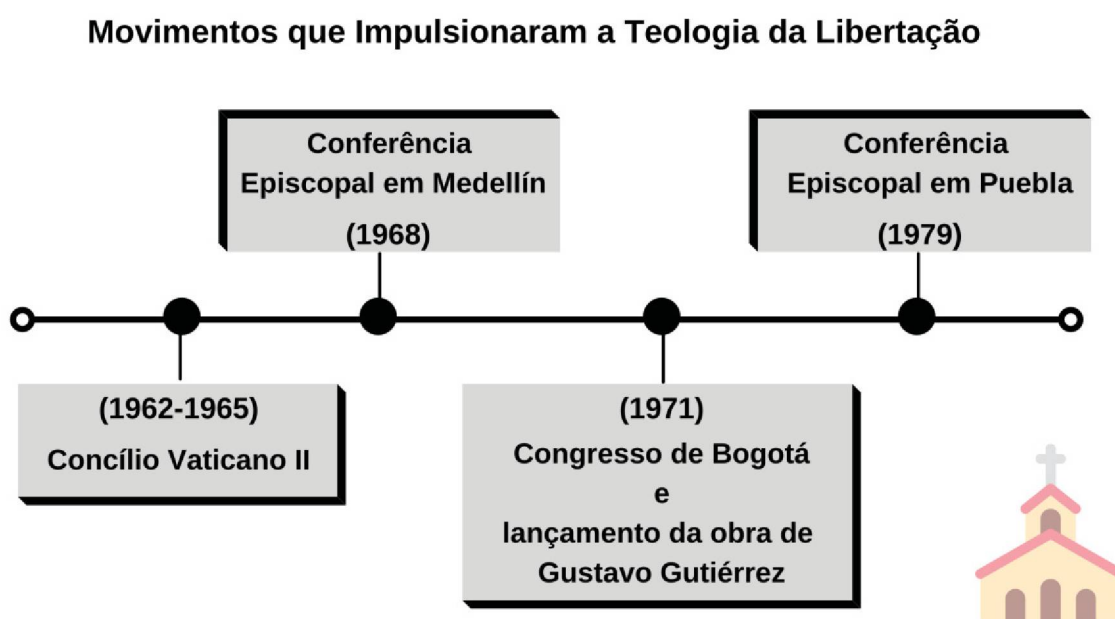
organizacional. O vínculo ao modelo europeu reforçou o distanciamento das peculiaridades nacionais, reforçando a ruptura entre a religiosidade popular e a instituição católica” (apud NOME, ano, p. 24)

religiosos. A questão fundamental foi constatar que aquela organização social marcada pela pobreza não estava nos projetos de Deus e que a Igreja mostrava-se inerte e, muitas vezes, colaborava com a realidade injusta presente no cotidiano dos latino-americanos.

Pode-se dizer também, a partir desse trecho, que essa centralidade ocupada pela América Latina na impulsão desse novo fazer teológico tem base em feridas, ainda não cicatrizadas, deixadas pela colonização da região, que propiciaram esse ambiente de miséria e exploração apontado pelo autor.

Além do contexto imposto pela colonialidade à sociedade latino-americana, alguns movimentos históricos ajudam a explicar a centralidade da América Latina no surgimento da Teologia da Libertação. A figura 5 esboça esses marcos da sua gênese e seu fortalecimento que afirmaram esse novo fazer teológico.

FIGURA 5 - MOVIMENTOS QUE IMPULSIONARAM A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO



Fonte: SOARES (2000). Elaborado por: Joanna Amarante.

Com base na linha do tempo apresentada (ver figura 5), o Concílio Vaticano II foi o movimento inicial para que fosse possível pensar acerca de uma nova teologia, que mais tarde se chamaria Teologia da Libertação.

O Concílio teve início em 1962 e foi conduzido, inicialmente, pelo papa João XXIII e, após sua morte, pelo papa Paulo VI com o objetivo de aproximar a Igreja Católica aos homens e à realidade social da época. O seguinte trecho da Constituição Pastoral de *Gaudium Et Spes* sobre o Concílio, reafirma tal perspectiva:

Por isso, o Concílio Vaticano II, tendo investigado mais profundamente o mistério da Igreja, não hesita agora em dirigir a sua palavra, não já apenas aos filhos da Igreja e a quantos invocam o nome de Cristo, mas a todos os homens. Deseja expor-lhes o seu modo de conceber a presença e actividade da Igreja no mundo de hoje. [...] Tem, portanto, diante dos olhos o mundo dos homens, ou seja a inteira família humana, com todas as realidades no meio das quais vive; esse mundo que é teatro da história da humanidade, marcado pelo seu engenho, pelas suas derrotas e vitórias; mundo, que os cristãos acreditam ser criado e conservado pelo amor do Criador; caído, sem dúvida, sob a escravidão do pecado, mas libertado pela cruz e ressurreição de Cristo, vencedor do poder do maligno; mundo, finalmente, destinado, segundo o desígnio de Deus, a ser transformado e alcançar a própria realização. (VATICANO, 1965, não paginado)

Além de pregar ação e reflexão para transformar a realidade, a Igreja se enunciou para todos, cristãos ou não, mas também e principalmente aos pobres/marginalizados. A *Gaudium Et Spes* também fala sobre isso ao dizer que:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, **sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem**, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. (VATICANO, 1965, não paginado) [grifos nossos]

Diante disso, foi plantada a semente que daria origem a Teologia da Libertação a partir das inquietações de representantes religiosos latino-americanos presentes no Concílio. Segundo Soares (2000, p. 27):

[...] a Igreja dos pobres, não recebeu a mesma ênfase [...], no entanto, foi uma abertura para que a América Latina pensasse a sua prática com base nesse referencial. Embora a presença numérica de representantes dos países subdesenvolvidos, latino-americanos e africanos, tenha sido bastante expressiva para uma instituição como a Igreja Católica, dominada pelo modelo europeu de fé e religiosidade, esses representantes não conseguiram ampliar a discussão do Concílio sobre o ponto de vista de suas realidades.

O trecho acima torna-se importante para pontuar também que a realidade/mundo para o qual a Igreja Católica se abria naquele Concílio estava inserida em um contexto de vida Europeia que não contemplava as problemáticas da América Latina.

Foi frente a essas inquietações que aconteceu a Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín, na Colômbia, no ano de 1968. Se por um lado o Vaticano II foi uma ruptura eclesial com a Igreja se dispondo a dialogar com a realidade do mundo terreno, por outro, a conferência em Medellín foi a ruptura social que a Teologia da Libertação precisava para nascer:

Da mesma forma que não haveria Medellín sem o Vaticano II, não teria havido a Teologia da Libertação sem Medellín. Historicamente, ambos têm em comum um contexto social e eclesial marcado por profundas transformações, desafiando os cristãos a se somarem na busca de alternativas à situação de uma sociedade marcada pela injustiça institucionalizada e a exclusão. [...] (BRIGHENTI, 2018, p. 545)

Medellín é considerada como o marco da Teologia da Libertação porque é nela, e a partir dela, que a palavra e a noção de libertação, desde a vida na Terra, é associada à questão teológica. Além do posto, é nesta conferência que os contornos mais marcantes dessa Teologia começam a ser traçados. Sobre isso:

É Medellín que vai dar à “nova teologia” suas categorias fundamentais, tais como: opção pelos pobres, pecado social, libertação integral; a unidade da história da humanidade e da salvação, a relação intrínseca entre evangelização e promoção humana; a salvação como passagem de situações menos humanas para mais humanas; a evangelização como processo de humanização; em resumo, a missão da Igreja é tornar presente a transcendência na imanência, a exemplo de Jesus Cristo que sendo rico se fez pobre para nos enriquecer com sua pobreza. (BRIGHENTI, 2018, p. 546)

Além disso, faz-se importante também apreender o contexto social e geográfico do encontro, já que estes são pilares fundamentais para o entendimento do surgimento da Teologia da Libertação. No âmbito social, destaca-se a efervescência dos debates acerca do desenvolvimento, opressão, exclusão, e é nesse sentido também que o contexto geográfico ganha centralidade. Visto que, com a realidade da América Latina em foco, suas problemáticas e marginalizados frente a realidade europeia ficam evidentes. Com relação a isso:

Toma-se consciência que o então denominado “terceiro mundo” ou os países do hemisfério Sul, ainda sob mecanismos neocolonizadores, tinham ficado à margem das benesses do desenvolvimento ocorrido no hemisfério Norte. Daí a “irrupção dos pobres”, fruto da consciência de sua marginalidade e dependência em relação ao centro de um sistema excludente das maiorias, particularmente na América Latina (TAMAYO-ACOSTA, 1990, p. 31-33).

Diante disso, é importante pontuar que a Igreja já reconhecia tal desigualdade desde a época do Concílio Vaticano II:

João XXIII, de modo particular através de duas encíclicas sociais – *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), põe a descoberto as desigualdades entre hemisfério Norte e hemisfério Sul, não como uma fatalidade histórica, mas fruto de uma injustiça estrutural, que precisa ser urgentemente reparada [...] (BRIGHENTI, 2018, p. 551)

E, já na conferência de Medellín, impulsionado pelo movimento que hoje nomeamos de Anticolonial, a instituição é reconhecida como uma extensão desse

movimento colonizador e admite que este já não cabe mais à realidade que se apresenta na América Latina (BRIGHENTI, 2018).

Sobre Medellín é fundamental destacar também a participação da Juventude, que já vinha mobilizando-se nessa perspectiva libertária,

[...] a começar pela Ação Católica especializada, particularmente a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), que já havia incidido sobre o Concílio Vaticano II [...] Na América Latina, foram os jovens da Ação Católica que tematizaram as principais questões relativas à vivência da fé no seio de uma sociedade marcada pela injustiça institucionalizada e a exclusão. Também foi dos quadros dos assistentes eclesiais da Ação Católica que veio grande parte dos bispos e teólogos da “geração-Medellín”, que se destacariam pelo seu preparo teológico-pastoral, liderança, testemunho de pobreza e presença pública da Igreja. Ao lado da Ação Católica, estavam também iniciativas como as comunidades eclesiais de base, os círculos bíblicos e o engajamento de cristãos na organização dos trabalhadores rurais, dos operários e na educação popular, na política, entre outros. (BRIGHENTI, 2018, p. 547-548).

A ideia semeada no Concílio começava a desabrochar seus frutos à luz dos jovens, porém não só à luz deles. A conferência de Medellín possibilitou que teólogos trabalhassem com essa ideia de libertação e práxis cada vez mais latente na América Latina junto à fé e ao Evangelho:

A conjuntura tanto da Igreja como da América Latina forneceram as condições para que um grupo de teólogos, entre eles Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff e Clodovis Boff, elaborasse um novo pensar teológico tomando por base a realidade latino-americana. Esses teólogos entenderam que a teologia produzida na Europa, tendo como eixo problematizador uma realidade diferente, não era válida para Igreja desse continente. Para os teólogos europeus, uma das principais questões era a relação entre fé e ciência, já na América Latina, a relação entre a opressão e libertação apresentava-se como principal problema para a nova teologia. (SOARES, 2000, p. 38)

É com esse movimento focado na libertação da América Latina e na ideia de descolonização dela (MITIDIERO, 2008), em diversos sentidos, que a conferência se encerra. O fim do evento marca o início da sistematização e consolidação desse novo fazer teológico, que ganhou seu evento próprio em março de 1970 em Bogotá, também na Colômbia, desta vez já batizada como Teologia da Libertação.

As ideias e perspectivas maturadas durante esses movimentos e, especialmente em Bogotá, foram materializadas pelo teólogo e sacerdote Gustavo Gutiérrez no ano de 1971 com a obra pioneira sobre a Teologia da Libertação intitulada como: “Teologia da Libertação - perspectivas”.

[...] sem sombra de dúvida, Gustavo Gutiérrez quem apresenta a primeira proposta orgânica de uma Teologia da Libertação e quem encontra para ela uma formulação definitiva (SCANNONE, 1987, p. 25). A sua obra - Teologia da Libertação, Perspectivas - tem o mérito de transformar o conceito de libertação numa categoria fundante de um sistema teológico [...] Ela se autocompreende como uma omniteologia ou uma teologia completa. É neste sentido que G. Gutiérrez fala de "uma teologia nova" e de "um novo modo de fazer teologia", uma vez que a práxis libertadora é tomada como uma nova perspectiva hermenêutica. Trata-se de uma teologia não somente com função crítica da ação pastoral da Igreja, mas como "*a reflexão crítica da práxis histórica à luz da Palavra*". (BRIGHENTI, 2018, p. 559)

Além disso, a década de 1970 não só consolidou como também testou a força dessa nova teologia, isso porque a década começa com a explosão de golpes militares por todo o continente latino-americano. O período dominado pelos militares afetou diretamente o trabalho de padres e de bispos inclinados à Teologia da Libertação, que, por serem tachados de comunistas, foram em grande parte perseguidos e censurados. Exemplo disso foi Dom Helder Câmara, um dos mais emblemáticos arcebispos de Recife e Olinda, que trabalhava em prol dos pobres e oprimidos, o mesmo foi censurado pelos militares. Sobre isso, ele manifestava que:

E se até a bispos da Santa Igreja, entregues à missão cristianíssima de defender pessoas humanas esmagadas, se tem a audácia de chamar de comunistas, o que ocorreria a nossos padres e, sobretudo, a nossos leigos, se os abandonássemos à própria sorte? (CÂMARA, 1968)

A mensagem de Dom Helder é só mais uma demonstração da força que essa vertente passou a ter apesar dos crimes do Governo Militar. Seu período de consolidação foi também de reinvenção e de demonstração do porquê, até hoje, a teologia da libertação é presente e necessária.

Nesse mesmo sentido de resistência e fortalecimento, no Brasil, a Teologia da Libertação foi base para a constituição de diversos grupos que lutaram e lutam em prol e junto a grupos subalternos na América Latina, e, sem perder de vista o CPP, é fundamental pontuar que seu surgimento está atrelado a esse movimento que formou também a CPT e o CIMI, como pontua Soares (2000, p. 37):

Na década de 1970, vários organismos foram criados com o objetivo de fazer a Igreja mais presente entre os setores populares, especialmente nas regiões de conflito. Entre esses organismo estão o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) criado em 1972, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, bem como uma ampliação e uma nova concepção das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que já existiam.

Diante desse embate de forças, a década de 1970 se encerra com a conferência de Puebla, no México, em 1979. Diferentemente do que aconteceu em

Medellín, a Igreja ao fim dos anos de 1970 estava dividida entre conservadores e a resistência libertadora. Tal divisão resultou em uma busca pelo poder para comandar e direcionar que seria debatido em Puebla, esse cenário fica explícito nos documentos da conferência (MITIDIERO, 2008). A ala conservadora tentou, de diversas formas, minar a efervescência da Teologia da Libertação, porém, ao final da conferência o saldo foi bem mais positivo do que a organização do encontro prévia e articulada. Brighenti (2008) reforça a ideia de que a conferência foi um marco positivo para a nova Teologia:

Sem dúvida é a Conferência de Puebla o evento maior na linha de consolidação da epistemologia e do método da Teologia da Libertação, apesar das tensões em seu processo de preparação e realização. De maneira explícita, as conclusões finais reafirmam que todo compromisso pastoral brota de um discernimento da realidade (CELAM, 1979, n. 28-30) e que, a missão da Igreja é evangelizar em perspectiva libertadora, em vista da construção de uma nova sociedade pluralista (CELAM, 1979, n. 1206), a partir dos pobres (CELAM, 1979, n. 190), sacramento do Reino definitivo na história. (p. 564)

Assim como Soares (2000, p. 41)

Não obstante, importa registrar que os setores progressistas tendem a utilizar a conferência de Puebla como mais um aval à Igreja Popular e portanto como um reforço à visão de religião desenvolvida pelos teólogos latino-americanos. Embora os setores conservadores tenham intentado através da conferência de Puebla colocar fim a experiência da Igreja popular, que ganhara força com Medellín, Puebla efetivou-se como mais um acontecimento no interior da Igreja Católica à favor da tentativa de renovação do catolicismo na América Latina.

Nos anos que se seguem, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, as fortes críticas acompanharam uma Teologia da Libertação que buscou se concretizar ainda mais através da expansão das reflexões e consolidação no campo epistemológico e do método, além de, no âmbito da práxis, enfrentar os desafios postos por um mundo cada vez mais globalizado e desigual.

Atualmente, pode-se dizer que a Teologia da Libertação faz-se tão fundamental quanto na época de seu surgimento, isso porque o ritmo da modernidade impôs novos e diversos mecanismos de opressão às populações marginalizadas. Sua contemporaneidade se comprova à medida que instituições ligadas à Igreja Católica como o CPP e o CPT estão presentes nos territórios resistindo e com atuações de maneira incisiva em processos de luta junto aos grupos sociais protagonistas.

A importância da vertente libertadora nos dias de hoje também se percebe quando a pastoral dos pescadores propõem o debate sobre espiritualidade libertadora com seus líderes, agentes pastorais e comunidades pesqueiras, principalmente em um momento sociopolítico¹⁵ onde o nome de Deus vem sendo carregado de ódio e opressão.

Infelizmente, nem todo mundo que diz Deus, dizem justiça e amor. Hoje em dia no Brasil há muitos cristãos, católicos e evangélicos, que dizem 'Deus acima de todos' mas o Deus não é esse Deus-amor fonte de vida, esse Deus é o Deus de direita [...] A espiritualidade da libertação é a gente testemunhar o Deus do êxodo na Bíblia, o Deus do povo, o Deus que está na luta dos pescadores, na resistência de todos os irmãos e irmãs que estão contra as hidrelétricas, que tãõ contra as usinas nucleares, que estão contra essas represas que explodem a cada momento, então o Deus da gente, o Deus que está conosco é o Deus que é amor. (Marcelo Barros ao Diálogos de Maré)

O depoimento do teólogo e monge beneditino, Marcelo Barros, além de relacionar a luta dos pescadores ao Deus da Teologia da Libertação, que é amor, justiça, paz e liberdade, também chama a atenção por associar a espiritualidade libertadora com a natureza, ao citar as questões das hidrelétricas e represas.

Nesse sentido, é válido ressaltar que essa preocupação com a natureza é algo pregado pela mais alta cúpula da Igreja católica, fato que fica evidente com a publicação da Carta Encíclica *Laudato Si'* pelo Papa Francisco em 2015. Esse contexto é importante porque reforça o papel da Igreja junto aos grupos sociais na defesa dos bens comuns da Terra, fortalecendo a luta dos pescadores e pescadoras artesanais, por exemplo.

Sobre a Encíclica papal, ela foi publicada em maio de 2015 com o título “Carta Encíclica *LAUDATO SI'* do Santo Padre FRANCISCO **sobre o cuidado da casa comum**” [grifos nossos] em referência ao planeta Terra e ao diálogo com os fiéis através de uma espacialidade do evangelho que busca a defesa da natureza. A carta coloca que, no contexto de crise ambiental em que vivemos, a Igreja não pode ser indiferente à problemática, por isso ela estrutura-se para a discussão ambiental da seguinte maneira: (1) Diagnóstico - destrinchar o panorama da diversidade de crises atuais que culminam na deterioração do meio ambiente (poluição, mudanças

¹⁵ O momento sociopolítico atual teve como marco, para nós, a ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República. Essa ascensão teve como uma de suas bases o forte viés religioso-conservador, explícito inclusive no slogan de campanha durante o período eleitoral: “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”.

climáticas, a questão da água, da perda da biodiversidade) sem perder de vista a desigualdade social; (2) Como a questão ambiental se manifesta no Evangelho e porque os cristãos devem se preocupar com o meio ambiente; (3) As causas humanas que levaram à crise; e, (4) os caminhos para sair da crise: Integração, Ação, Educação e Espiritualidade.

Através da encíclica é possível fazer diversos paralelos com a realidade da pesca artesanal, entretanto destacamos dois pontos que nos permitem dialogar com o que já foi visto até aqui e com o que está por vir nesta dissertação. A primeira delas faz menção direta ao caso da pesca e como a degradação ambiental está associada aos mais marginalizados histórica e geograficamente.

O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social. De facto, a deterioração do meio ambiente e a da sociedade afectam de modo especial os mais frágeis do planeta: “Tanto a experiência comum da vida quotidiana como a investigação científica demonstram que os efeitos mais graves de todas as agressões ambientais recaem sobre as pessoas mais pobres”. Por exemplo, o esgotamento das reservas ictícas prejudica especialmente as pessoas que vivem da pesca artesanal e não possuem qualquer maneira de a substituir [...] (Carta enc. *Laudato Si'*)

Além disso, o texto também enfatiza um ponto importante da luta das comunidades pesqueiras e, especialmente do CPP, que é a defesa da natureza e do território como um bem comum, independente da crença. Sobre isso:

Hoje, crentes e não-crentes estão de acordo que a terra é, essencialmente, uma herança comum, cujos frutos devem beneficiar a todos. Para os crentes, isto torna-se uma questão de fidelidade ao Criador, porque Deus criou o mundo para todos. Por conseguinte, toda a abordagem ecológica deve integrar uma perspectiva social que tenha em conta os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos. [...] São João Paulo II lembrou esta doutrina, com grande ênfase, dizendo que “Deus deu a terra a todo o género humano, para que ela sustente todos os seus membros, sem excluir nem privilegiar ninguém”. São palavras densas e fortes. Insistiu que “não seria verdadeiramente digno do homem, um tipo de desenvolvimento que não respeitasse e promovesse os direitos humanos, pessoais e sociais, económicos e políticos, incluindo os direitos das nações e dos povos” [...] O meio ambiente é um bem colectivo, património de toda a humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte é apenas para a administrar em benefício de todos. Se não o fizermos, carregamos na consciência o peso de negar a existência aos outros. Por isso, os bispos da Nova Zelândia perguntavam-se que significado possa ter o mandamento “não matarás”, quando “uns vinte por cento da população mundial consomem recursos numa medida tal que roubam às nações pobres, e às gerações futuras, aquilo de que necessitam para sobreviver”. (Carta enc. *Laudato Si'*)

No fragmento acima também é possível perceber uma crítica às explorações, históricas e atuais, dos países do Norte aos bens sociais e naturais dos países do Sul, quando afirma-se que “uns vinte por cento da população mundial consomem recursos numa medida tal que roubam as nações pobres, e as gerações futuras, aquilo que necessitam para sobreviver”.

No que diz respeito ao CPP, sua história e interação com a Igreja católica reforçam essa posição da Carta Encíclica com relação à necessidade de defesa dos bens comuns. Em carta lançada em 2019, em solidariedade às comunidades pesqueiras impactadas pelo petróleo, essa posição fica clara quando o CPP afirma que:

Estamos junto aos diversos povos e comunidades tradicionais no enfrentamento às injustiças ambientais e ao racismo ambiental que sacrificam as comunidades em nome de projetos econômicos que desconsideram os seus modos de ser, existir e fazer. A vida que acontece nos territórios tradicionais pesqueiros não está à venda e nem à disposição dos projetos de morte do capital. **Nossa ação pastoral é profundamente engajada e comprometida com o projeto de Jesus, que defende a vida em abundância (Jo. 10,10). Estamos em sintonia com nossa casa comum, a biodiversidade e vida que acontece nos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras.** Assumimos nosso compromisso profético de denunciar todas as formas de violência, violação de direitos e injustiças ambientais contra a vida e anunciar as resistências que acontecem entre nós na construção do Bem Viver. (CPP, 2019, grifos nossos)

O trecho acima consegue captar também a dimensão do que foi visto até aqui sobre o que é o CPP, sua luta e a importância do Evangelho e da Espiritualidade libertadora em suas ações junto aos pescadores e pescadoras artesanais, assim como abre os caminhos para destrinchar a justiça ambiental.

1.2 “UM CARANGUEJO ANDANDO PRO SUL”: CAMINHOS PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL PESQUEIRA

De volta ao ritmo Manguebeat, esse tópico pretende caminhar para o sul como o caranguejo da música “da lama ao caos”, desde baixo e com a terra, como propõe o caminho apontado pela Igreja - através Teologia da Libertação e da espiritualidade da natureza - e que é seguido pelo CPP de maneira mais prática nos territórios pesqueiros. Para isso, faz-se necessário aprofundar o debate acerca dos comuns, assim como relacioná-los aos conflitos no litoral de Pernambuco a partir das mobilizações do CPP e da busca por justiça ambiental.

A noção de casa comum destrinchada no tópico anterior através da Carta Encíclica *Laudato Si'* faz referência a uma visão da Igreja Católica acerca do que nós conhecemos como “bens comuns” ou “comuns”¹⁶. Essa temática faz-se necessária para discussão sobre a questão dos conflitos na pesca artesanal em Pernambuco, ponto importante da espacialidade da relação CPP-Pescadores e pescadoras artesanais, além de ser também uma raiz para a busca por justiça ambiental.

Buscando dar sentido ao que seriam esses “bens comuns”, nos aproximamos de Andrade A. (2019), quando afirma que:

[...] bens comuns são diferentes tipos de riquezas, recursos, espaços, valores, sistemas, processos e atividades que “pertencem” a grupos ou coletividades e que são ativamente reivindicados, criados, recriados, protegidos e restaurados para o bem e os propósitos coletivos, para gerações presentes e futuras. Os exemplos mais conhecidos de bens comuns estão na natureza: ar, água, terra, florestas e biodiversidade. (p. 141)

Através dessa definição entendemos semelhantemente que essa noção pode ir além do palpável/material, e que ela estabelece uma relação íntima com a questão dos territórios de Povos e Comunidades Tradicionais em toda sua complexidade material e simbólica.

Percebe-se que os territórios de uso comum possuem uma outra lógica de gestão, baseada na autorregulação, na cooperação, na reciprocidade e na confiança. São territórios constituídos principalmente a partir das práticas tradicionais sobre bens de uso comum como terra, campos, florestas, mar e lagoas. (DUMITH, 2017, p. 128)

Os pescadores e pescadoras artesanais têm sua identidade marcada pelo território, e, conseqüentemente, pelos comuns que nele estão inseridos, por isso, as territorialidades que se estabelecem nele, em muitos casos, possuem um caráter comunitário. É através dessas relações e práticas que essas comunidades vivem os comuns.

Em meio à crise civilizatória e ambiental imposta pela modernidade, e apontada pela Igreja Católica na encíclica, a defesa dos comuns, que é prática

¹⁶ No estado da arte que alicerça essa pesquisa, observamos que sempre que o debate sobre os comuns é levantado, o trabalho da “tragédia dos comuns” (1968), do ecologista Garret Hardin é mencionado. Apesar de não ser nossa finalidade aqui entrar nessa discussão, corroboramos com as críticas a ele compartilhadas por autoras como Silva (2017), Andrade (2019) e Dumith (2017). Para saber mais sobre essa temática, ver: Ostrom (1990); Vieira (2016); Duarte (2018).

central cotidiana na vida de comunidades tradicionais¹⁷, torna-se urgente e vem das margens:

(...) em meio ao debate sobre as alternativas para enfrentar a crise civilizatória e ante as falsas soluções que governos e corporações estão gerando dentro da chamada "economia verde", a resposta que se aponta de diferentes latitudes e de movimentos de baixo está orientada a fortalecer as redes coletivas e os esforços de recomposição comunitária em espacialidades urbanas e rurais para a produção, gestão e recreação dos comuns. A sobrevivência e a proteção dos bens comuns constituem uma condição fundamental para a continuidade da vida, que pode continuar e potencialmente pode estar nas mãos de sujeito comunitários a partir de formas de autorregulação social que incorporem entre seus princípios freios e controles ao mau uso dos recursos. Trata-se de experimentar modalidades comunitárias que, mediante a confiança, reciprocidade e cooperação, tornem possível manter a gestão dos comuns. (NAVARRO, 2012, p. 164-165)

Por outro lado, com relação aos movimentos sociais e ao CPP, essa pauta dos bens comuns voltou a ocupar uma centralidade quando se percebeu que a luta contra o sistema-mundo passava e passa pela defesa dos territórios e dos povos dos comuns, cada vez mais cercados.

Nesse sentido, o recente Congresso em comemoração aos cinquenta anos da pastoral dos pescadores, em 2018, através de sua carta final faz menção a essa questão quando afirma que:

A estagnação e o desmonte das políticas ambientais e de regularização dos territórios põe em risco os bens comuns, aumenta a violência contra as lideranças e as comunidades em conflito com grandes empreendimentos do agro e hidro negócio. O pensamento conservador ganha força, disseminando ódio e a violência contra mulheres, LGBTQI+, negros, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Sem propor projetos para enfrentamento das desigualdades estruturais, o governo libera porte de armas, num cenário de grilagens e intensos conflitos fundiários, estimulando mais violência e assassinatos de quem luta pelo direito à terra e ao território no campo, nas florestas e nas águas. Todas essas medidas aprofundam a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, as desigualdades de gênero e geram extermínio da diversidade e dos povos e comunidades tradicionais do nosso país. A Casa Comum está sob ameaça pela ganância dos ricos. Seus grandes projetos provocam a morte das nossas matas, dos nossos rios e dos povos das águas, transformando esses territórios em zonas de sacrifícios em nome do lucro. (CPP, 2018)

O trecho reproduzido, apesar de falar sobre a importância de defender a casa comum, expande a questão da defesa dos comuns proposta pela encíclica e dá outra dimensão a ela: a da realidade. O CPP, que conhece o território e suas particularidades, apresenta outra perspectiva sobre os comuns através dos conflitos,

¹⁷ Para saber mais sobre a relação das comunidades tradicionais com a conservação da natureza ver Diegues (1994).

das violências e extermínios que caracterizam a questão dos Povos e Comunidades Tradicionais na América Latina desde a colonização. Sobre isso, Andrade A. (2019) vai apontar que:

Autoras e autores latino-americanos como Raquel Gutiérrez, Mina Lorena Navarro Trujillo, Huáscar Salazar Lhoman, Lucía Linsalata, Raúl Zibechi e outros tantos têm colocado também a discussão dos comuns em pauta e relacionam essa emergência da discussão devido ao aumento dos conflitos socioambientais que percorrem toda a América-Latina. (p. 146)

Diante disso, é possível também colocar e entender a América Latina como sendo um epicentro de conflitos socioambientais, especialmente diante das políticas desenvolvimentistas impostas aos territórios.

O que é produzido em um canto do globo já, com muita frequência, é consumido em outro canto do mundo – sem os impactos socioambientais inerentes a essa produção. O modelo de economia capitalista estimula a naturalização e a aceleração desses fluxos, tendo sempre à frente “o argumento do desenvolvimento e do superávit da balança comercial de quem exporta. Esses fluxos, entretanto, acenam com uma distribuição desigual dos impactos ambientais e sociais, vincando cada vez mais as desigualdades entre países e fortalecendo o colonialismo interno” (DUMITH, 2017, p. 128)

Além disso, Porto-Gonçalves (2012) também corrobora com a ideia de que a dominação e mercantilização da natureza é um projeto civilizatório europeu.

Entendemos entonces el extractivismo como un largo proceso histórico espacial que cambia permaneciendo en América Latina y que tienen como su punto crucial fundante la colonización y el “descubrimiento” de América. De esta manera, la dominación y explotación de la naturaleza es concomitante con la dominación y la explotación de los seres-cuerpos humanos colonizados (MACHADO, 2014). Con la colonización de América nace la modernidad y se constituye la base del sistema mundo moderno/colonial y del patrón de poder mundial (QUIJANO, 2000), en el que se articulan en red una serie de jerarquías y relaciones de poder que hacen viable el extractivismo y la explotación de la naturaleza y de la vida. (ESCOBAR, 2017, p. 110)

Um dos epicentros de conflitos está localizado no Litoral Norte de Pernambuco, em Goiana, e tem como símbolo de resistência a RESEX marinha Acaú-Goiana, fruto da luta de pescadores e pescadoras artesanais junto ao CPP. A Reserva Extrativista representa a defesa e legalidade, perante o Estado, dos territórios comuns de comunidades subalternas (SILVA, 2017). Nessa relação, o CPP atuou, muitas vezes, mediando juridicamente a gestão a partir do desejo da comunidade.

A RESEX é a ferramenta de Uso Sustentável que dá menos espaços às manobras dos grandes empreendimentos, por isso sua implantação requer tempo,

burocracia, mobilização e luta, visto que enfrenta muita resistência. Apesar disso, ela continua sendo um importante instrumento de mobilização e luta do CPP. Mais recentemente, a Pastoral vem contribuindo na luta para a criação de mais uma RESEX marinha no Estado de Pernambuco, dessa vez, em Rio Formoso, Litoral Sul.

FIGURA 6 - CPP NA LUTA PELA IMPLANTAÇÃO DA RESEX RIO FORMOSO



Fonte: CPP. Disponível em: <http://cppnenordeste.blogspot.com/2021/03/comunidade-de-pescadores-e-pescadoras.html>

É importante ressaltar que parte da área pensada para a RESEX de Rio Formoso já é contemplada por uma Unidade de Conservação: a APA, mas ainda assim não contempla as necessidades da comunidade. Isso por ser uma unidade de

conservação flexível e sem a autonomia que a RESEX proporciona para os Povos e Comunidades tradicionais¹⁸. Sobre isso é válido frisar também que:

Ao afirmarmos que a reserva extrativista representa um território tradicional de uso comum, também afirmamos que a reserva extrativista que seja criada por reivindicação de comunidades tradicionais pesqueiras, é a institucionalização do território pesqueiro de uso comum. **No entanto, esse território não existe somente sob a forma de reserva extrativista; a RESEX é uma forma de institucionalizá-lo, o que significa que esses territórios existem espalhados por todo o país e que podem ser encontrados sob outro arranjo institucional que não seja a RESEX.** O território pesqueiro de uso comum é o mesmo território tradicional de uso comum, sendo que nele o compartilhamento dos bens naturais são fundamentados e direcionados pelo trabalho da pesca artesanal. Leia-se, nesse contexto, trabalho da pesca artesanal como um conjunto constituído de: técnicas e apetrechos; mapeamento comunitário do território e respeito mútuo às áreas de pescarias em execução; amplo saber sobre os movimentos da natureza e sobre o tempo e a época de reprodução de cada espécie pesqueira. Todos esses elementos estão, não obstante, relacionados com a ideologia e o regime de uso comum, onde o uso compartilhado da natureza e de tudo nela que diz respeito à pesca e à reprodução da vida, é utilizado com a consciência da necessidade dos limites e da renovação da mesma. (SILVA, 2017, p. 195) [grifos nossos]

Na busca de arranjos institucionais para além da RESEX e em prol da defesa dos territórios pesqueiros, enquanto não há a regulamentação do mesmo, o CPP tem se mobilizado junto às comunidades, e tem utilizado como estratégia o TAUS (Termo de Autorização de Uso Sustentável). Este foi criado em 2010 através da portaria nº 89 do SPU (Secretaria do Patrimônio da União). Segundo o art. 1º, o TAUS tem como objetivo:

Disciplinar a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS, a ser conferida em caráter transitório e precário pelos Superintendentes do Patrimônio da União. (SPU, 2010)

No caso de Pernambuco, em agosto de 2019 o TAUS foi concedido à comunidade pesqueira de Itapissuma (ver figura 7), dessa forma, 250 famílias de pescadores foram beneficiadas com a posse coletiva da área. A pastoral esteve presente em todos os processos, desde a solicitação até o recebimento de posse.

¹⁸ Sobre as Áreas de Proteção Ambiental (APA), segundo a lei 9.985 de julho de 2000, a APA é uma área extensa, que pode ou não ser ocupada por grupos humanos e que tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Diferentemente da RESEX, que tem como prioridade a ocupação, autonomia, gestão dos territórios e trabalho de grupos sociais. Na APA, as populações tradicionais não possuem o poder de decidir sobre a gestão da unidade, o oposto do que acontece nas RESEX.

FIGURA 7 - ENTREGA DO TAUS À COMUNIDADE DE ITAPISSUMA



Fonte: CPP (2019). Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/noticia/pescadores-artesanais-de-itapissuma-receberam-hoje-2608-o-termo-de-autoriza%C3%A7%C3%A3o-de-uso>

Os conflitos de terra em Itapissuma, como veremos adiante, permanecem apesar do TAUS, isso porque,

Esses espaços e seus bens naturais são os objetos de reivindicação dos territórios pesqueiros, são a base física – se somando a esta, toda a base simbólica já discutida no primeiro capítulo. A reivindicação é pela garantia do acesso a esses bens e portanto, ao uso comum dos mesmos, embora no entorno destes espaços convivam outras formas de apropriação da terra, como a privada. Como já foi dito, esse uso comum é absolutamente contrário à lógica da apropriação capitalista. Não obstante os espaços onde a pesca é praticada são espaços que vivem constantemente sob a mira do capital, seja para a prática da pesca industrial e/ou aquicultura, seja para a construção de portos ou empreendimentos turísticos – privados e/ou estatais –, ou ainda para a especulação imobiliária. Tudo isso significa gradativamente e cada vez mais intensamente, a privatização efetiva das águas e da terra e, conseqüentemente, a perda do acesso à praia e mar, aos estuários, aos manguezais, aos rios, aos corpos de água de forma geral. (SILVA, 2017, p. 193)

Apesar disso, é inegável que o termo é uma conquista imensa para os pescadores locais¹⁹ "É um reconhecimento do nosso direito ao território em que

¹⁹ Para ver mais sobre a aplicação do TAUS em outras comunidades pesqueira, consultar RIOS (2017).

vivemos e pescamos há décadas”, diz Joana Mousinho, presidente da Colônia de Pescadores Z-10, em Itapissuma.²⁰

Bill, secretário do CPP NE 2, reforça que o TAUS está cada vez mais solicitado, isso devido à facilidade burocrática, principalmente:

Olha, não é a principal ferramenta de resistência, mas é hoje a mais fácil de acessar junto aos órgãos governamentais, que a regulamentação de terra quem dá é o estado ou a união, então o TAUS é um primeiro instrumento com a facilidade que não precisa do antropólogo, de um monte de pesquisa, de um monte de estudo e reconhecimento, é um auto reconhecimento dos pescadores e uma solicitação direta, então é o mais fácil hoje de acesso (Bill, secretário do CPP NE 2).

A RESEX e o TAUS apesar de não garantirem a regulamentação plena do território pesqueiro da mesma forma que a Campanha proposta pelo MPP, são importantes ferramentas em busca da justiça ambiental historicamente negada.

Com relação ao termo “justiça ambiental”, este tem origem a partir das reflexões que versam sobre a realidade norte-americana, mais especificamente a realidade dos bairros negros nos Estados Unidos. Tal realidade passou a ser temática de debates, isso desde a concepção de que havia um quantitativo de lixo e poluentes desproporcional concentrados nessas comunidades. Com isso, a partir e integrado, a princípio, com o movimento negro e antirracista nos Estados Unidos, surgiu também a pauta voltada à Justiça Ambiental.

Com base nisso, uma definição importante de Justiça Ambiental é apresentada por Herculano (2002, p. 2):

o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (HERCULANO, 2002, p. 2).

Junto à isso, corroboramos com a definição de Solá Pérez (2012) ao dizer que:

A Justiça Ambiental, portanto, é uma corrente ecologista que dá ênfase à questão ambiental, mas tendo total clareza de que para além da natureza existe um conflito social em função do crescimento econômico e da marginalização das classes subalternas, do desenvolvimento como produto do modelo de produção capitalista. (p.106)

O trecho acima nos permite vislumbrar a realidade brasileira à medida em que explicita uma relação mais profunda do que a dicotomia sociedade/natureza nos

²⁰ Fala disponível em: <http://cppnenordeste.blogspot.com/2019/08/pescadores-artesanais-de-itapissuma.html>

permite enxergar, visto que ele nos fornece outras variantes à problemática da Justiça Ambiental: o poder e o desenvolvimento.

Condicionado a um modelo de desenvolvimento moderno-colonial²¹ Baseados na exploração da natureza, no Brasil, os Povos e Comunidades tradicionais resistem a uma desigualdade e à falta de protecionismo do seu patrimônio pelo Estado, que muitas vezes coloca o poder nas mãos dos interesses do capitalismo (ARRUDA, 2020; ESCOBAR, 2017).

[...] no Brasil, a Justiça Ambiental se amplifica à outro grupos Diferente do que acontece nos Estados Unidos, não são apenas os trabalhadores industriais e os moradores do entorno das fábricas que arcam com os custos das externalidades da produção das riquezas no Brasil, mas também os camponeses, envenenados pelos agrotóxicos, e as populações tradicionais extrativas, submetidas à expulsão de seus territórios de uso comunal (HERCULANO, 2002). Estes povos são vítimas de uma desigualdade ambiental, a qual pode manifestar-se sob a forma de proteção ambiental desigual ou por meio de desigualdade no acesso aos recursos ambientais. (ARRUDA, 2020, p. 73)

Dessa forma, os pescadores e pescadoras artesanais de Pernambuco carregam consigo um forte teor social e territorial marcado por uma assimetria de poder (LEAL, 2013) na disputa pelo território, e para essas comunidades também pela vida. Nesses territórios existe uma carga simbólica que não pode ser dimensionada, e que é impactada de maneira abrupta por projetos de desenvolvimento que não “envolvem” (ACSELRAD, 2010).

Atualmente existe uma Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) tão diversa quanto as injustiças ambientais presentes no Brasil, e especialmente no âmbito dos pescadores e pescadoras artesanais do Litoral de Pernambuco. Onde as injustiças vão desde a especulação imobiliária até a questão portuária.

Nesse sentido, ampliamos a noção de Ramalho (2013) de que o CPP é um mediador sociopolítico e passamos a considerar a Pastoral, a partir do visto nesse tópico, como um mediador sociopolítico e ambiental, dado que o CPP atua de maneira a mitigar/erradicar os efeitos e as injustiças ambientais nos territórios pesqueiros junto aos pescadores e pescadoras.

²¹ “La independencia fue un proceso que significo el fin del colonialismo, pero no el fin de la colonialidad, de manera que no se transformaron las relaciones de poder y de dominación base del proceso colonial, en una dinámica en la que las elites criollas se esforzaron en imitar los modelos de desarrollo del norte, mientras reproducían las antiguas formas de colonialismo (CASTRO-GOMEZ Y GROFOGUEL, 2007).” (ESCOBAR, 2017)

Um exemplo recente disso é o caso do petróleo em Pernambuco. Foi o CPP quem se mobilizou junto aos pescadores desde a limpeza das praias até os dias de hoje, uma vez que o crime ambiental continua impune. A mais recente atualização deu-se através da Campanha “Mar de Luta”, encabeçada pelo CPP junto a outros movimentos.

FIGURA 8 - SLOGAN DA CAMPANHA “MAR DE LUTA”



Fonte: CPP (2020). Disponível em: <http://cppnenordeste.blogspot.com/2020/08/lancamento-da-campanha-mar-de-luta.html>

A Campanha aconteceu em decorrência do aniversário de um ano da chegada do petróleo no Nordeste e teve por objetivo, além do lembrete para que o caso não caísse no esquecimento, cobrar a responsabilização pelo crime. Para além disso, ela visou ressaltar a ausência do Estado, a realização de pesquisas sobre a temática e o monitoramento da costa brasileira, especialmente no que diz respeito à questão petroleira.

Por fim, o presente capítulo começou percorrendo os mangues caóticos já anunciados pelo Manguebeat na década de 1990, ao fazer uma reflexão sobre o contexto histórico e geográfico do CPP, que pauta suas ações na Igreja Católica e

na Teologia da Libertação que permite a construção de um diálogo de saberes com os pescadores e pescadoras artesanais. É em sua práxis, que começou a se organizar para desorganizar a realidade colonial imposta para os pescadores e as pescadoras artesanais, que se faz evidente a importância do CPP como mediador sócio político e ambiental nos territórios junto às comunidades. Isso com intuito de alcançar justiça ambiental, como também de efetivar a defesa dos bens comuns. Esses foram os primeiros passos para entender a espacialidade da relação CPP-pescadores e pescadoras artesanais que tem como base um diálogo de saberes construídos através de um princípio de libertação proposto pela espiritualidade em questão. É importante resaltar que entendemos aqui a espacialidade de acordo com o que conceitua Fernandes (2001) e Fernandes e Silva (2005), ou seja, a espacialidade como a produção e reprodução concreta, através da ação, de espaços de luta nos territórios.

A partir disso, optamos por trabalhar agora com a realidade posta/imposta aos pescadores e pescadoras artesanais do Litoral de Pernambuco, para isso, vamos iniciar destrinchando um evento recente e significativo que facilitará o entendimento dos conflitos crônicos que permeiam e espacializam as ações do CPP no território pesqueiro em questão: o desastre-crime do petróleo. Após esse momento, nos dedicaremos a mapear a diversidade dos conflitos crônicos que atravessam as comunidades pesqueiras do Litoral de Pernambuco, desde as mais variadas épocas.

2. “DORIVAL VAI NÃO, TÁ CHEIO DE ÓLEO NO MAR”: IMPACTOS DO PETRÓLEO E A ATUAÇÃO DO CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES

No primeiro capítulo nos propomos a analisar a história de luta do CPP junto às comunidades pesqueiras em Pernambuco, bem como destrinchamos algumas das bases que sustentam essa luta: a espiritualidade e a teologia da libertação. Após isso, também buscamos compreender como as ferramentas da RESEX e do TAUS são fundamentais para o CPP e para as comunidades pesqueiras na luta por justiça ambiental e na defesa dos comuns.

Diante desse caminho percorrido, torna-se importante aprofundar na realidade dos conflitos enfrentados no território pesqueiro onde a Pastoral atua, e que exigem do CPP e das comunidades pesqueiras as ferramentas e mobilizações apresentadas. Para isso, em um primeiro momento, apresentaremos a questão do petróleo que, por um tempo, chamou despertou interesse da população para as problemáticas envolvendo as comunidades pesqueiras, que no entanto, não se resumem a um evento isolado. Por isso, além da questão do petróleo, vamos aprofundar nas questões crônicas através do mapeamento da diversidade dos conflitos que atravessam os territórios pesqueiros do Litoral de Pernambuco, onde o CPP está atuando de forma constante, o que contribui para a espacialidade dessa relação.

A frase que dá nome ao capítulo (figura 9) é uma adaptação de um trecho do refrão da música “*Dorival*”, *banda pernambucana* Academia da Berlinda. Na canção é contada a história do pescador Dorival²², e os perigos que envolvem a atividade da pesca: tubarões, grandes ondas e até o canto da sereia. Hoje, somado à narrativa musicalizada, está o petróleo que invadiu as praias do Nordeste no final de Agosto de 2019.

Os pescadores e as marisqueiras são, sem dúvida, o grupo social mais exposto aos impactos negativos causados pelos vazamentos [de petróleo], pois seus locais de trabalho foram os mais atingidos. (RAMALHO, p. 8, 2020)

Além dos locais de trabalho, bem pontuado por Ramalho, agrego a essa ideia os territórios de vida desses sujeitos. O petróleo invade a dimensão do trabalho e a dimensão da vida cotidiana dessas pessoas.

FIGURA 9 - FAIXA DE PROTESTO CONTRA O DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NO LITORAL NORDESTINO DURANTE O SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA ÁGRARIA (SINGA)

²² Dorival, vai não / Tá cheio de tubarão no mar / Val, vai não / Arranja um emprego no chão.
Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/academia-da-berlinda/dorival/>



Fonte: Adriane de Andrade (novembro/2019).

Antes de imergir na realidade proposta, considero de fundamental importância pontuar a escolha de nos referir ao material encontrado nas praias do Nordeste como petróleo e não mais como óleo. O motivo para isso decorre de uma fala proferida por uma pescadora que tive a oportunidade de ouvir durante um seminário no Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) em fevereiro de 2020. Ela corrigiu um pesquisador que uma fizera uma fala no centro da sala da seguinte maneira: “Você teria a coragem de assar sua carne com esse óleo? então não é óleo, é petróleo!”. O silêncio na sala após as suas palavras fez-nos refletir, respeitar e concordar com essa opinião/posicionamento. Nesse sentido, optamos neste escrito pela utilização do termo petróleo.

2.1 O PETRÓLEO EM PERNAMBUCO E O PAPEL DO CPP JUNTO ÀS COMUNIDADES PESQUEIRAS: ATENUANDO INJUSTIÇAS

Embarcando no objetivo proposto de refletir sobre a realidade dos pescadores artesanais, é quase impossível traçar a rotina de um pescador de forma geral. Afinal,

imagine-se como um profissional da pesca ao deparar-se com a seguinte paisagem:
(ver figuras 10 e 11).

FIGURA 10 – MANCHAS DE PETRÓLEO EM PRAIA DE SERGIPE EM 25/10/2019



Fonte: Governo de Sergipe via AFP. Disponível em:
<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/11/manchas-de-oleo-em-praias-do-nordeste-fotos.ghtml>. Acesso em: 03/01/2020 às 10:29.

FIGURA 11 - MANCHA DE PETRÓLEO ENCONTRADA NA PRAIA DE SUAPE, CABO DE SANTO AGOSTINHO, PE EM 20/10/2019



Fonte: Salve Maracáipe/Reprodução/WhatsApp. Disponível em:
<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/11/manchas-de-oleo-em-praias-do-nordeste-fotos.ghtml>. Acesso em: 03/01/2020 às 10:29.

Foi assim que muitos pescadores e pescadoras nordestinas encontraram seu ambiente de trabalho, e de vida, com a chegada de manchas de petróleo nas praias. Nas primeiras semanas da chegada do material, em setembro/2019, a presença do petróleo foi detectada de forma pontual em 5 estados da região (Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Paraíba) afetando diretamente 17 municípios e cerca de 27 praias, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)²³.

O IBAMA, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a Marinha do Brasil, foram os órgãos responsáveis pela força tarefa de combate ao petróleo. O material que chegou à costa brasileira tinha como característica a alta densidade e viscosidade, além de baixa concentração de compostos voláteis. Nesse contexto, previu-se que o petróleo se comportaria da seguinte maneira no ambiente: (1) com baixo nível de evaporação do composto e baixos níveis de hidrocarboneto no ar; (2) material de difícil degradação e (3) com alto risco de afundar no mar devido à densidade.²⁴

Com foco no estado de Pernambuco, é possível perceber que as manchas de petróleo foram detectadas em alto mar ainda no início de setembro em 8 municípios pelo IBAMA, apesar de só chegar à costa pernambucana em outubro do mesmo ano. É interessante observar que boa parte das praias com manchas detectadas naquele primeiro momento estavam na região metropolitana do Recife. Logo, são de grande fluxo de pessoas e, com isso, a reação da população foi imediata: mutirões de limpeza tomaram conta das praias de Pernambuco e do Nordeste; ONGs, empresas privadas, hotéis e restaurantes uniram-se junto à população que mais uma vez reafirmou o arquétipo nordestino de luta. Toneladas de petróleo foram retiradas das praias através do braço da população junto aos pescadores e pescadoras (ver figura 12).

FIGURA 12 - VOLUNTÁRIOS FAZENDO A RETIRADA DO PETRÓLEO NA PRAIA DE XARÉU, CABO DE SANTO AGOSTINHO, PE (22/10/2019)

²³ Dados disponíveis em: <https://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo>. Acessado em: abril/2020.

²⁴ https://www.ibama.gov.br/phocadownload/emergenciasambientais/2020/manchasdeoleo/ibama-manchasdeoleo-desmobilizacao-cartilha_v2.pdf



Fonte: Marlon Costa/Futura Press via Estadão Conteúdo. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/11/manchas-de-oleo-em-praias-do-nordeste-fotos.ghtml>. Acesso em: 03/01/2020 às 18:07.

Tal cenário foi fundamental para a limpeza das praias, os mais envolvidos com essa operação montaram uma logística de transporte, doação de alimentos e equipamentos de proteção para os voluntários. Os pescadores, que têm uma relação de pertencimento com a praia e o mar, estes, seus territórios de vida e onde exercem sua territorialidade pesqueira, não pensaram duas vezes antes de se lançar ao mar para pescar as manchas de petróleo. A fala da marisqueira Vanusa, do Cabo de Santo Agostinho (PE), é significativa nesse aspecto:

“Porque isso depende da gente. Se a gente não fizer, quem vai fazer?”
(Vanusa de Santana, marisqueira)²⁵

Apesar disso, o petróleo continuou chegando e se expandindo pelo litoral nordestino. Em meados de outubro, momento em que a crise do petróleo teve seu ápice, ganhando destaque em vários meios midiáticos, os nove estados do nordeste já tinham sido atingidos, e 94 municípios diretamente afetados, segundo informações

²⁵ Fonte: Greenpeace. Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/blog/mulheres-limpam-sozinhas-os-mangues-do-qual-dependem-para-sobreviver/?fbclid=IwAR3kBFDuqVJH9IHJJmQYimZEWKTyK32nbgMTFo2ItV5W59vmKd_m0rPN7L0. Acesso em: 03/01/2020 às 11:01.

disponibilizadas pelo IBAMA. Em Pernambuco, ao final de 2019, o petróleo havia atingido cerca de 37 praias. Diante disso, é fundamental destacar o caso de Rio Formoso, este, não consta no mapa, mas foi uma localidade atingida diretamente pelo petróleo. Bill, membro do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) Nordeste 02, explica que “Rio Formoso é um dos municípios onde quando foram fazer a vistoria na área, a comunidade já havia retirado o óleo da beira da praia.”. Essa questão explica-se justamente pela mobilização da população em torno da limpeza do petróleo nas praias. Quando o IBAMA chegou em Rio Formoso para o monitoramento do petróleo, já não havia material visível na beira mar. O caso da comunidade é simbólico e será retomado.

O panorama criado expõe diversas problemáticas, no entanto, algumas delas tornaram-se pauta central no debate dos pescadores artesanais. Segundo eles, os principais conflitos associados ao petróleo nas praias que impactaram e ainda impactam, quando debruçarmos-nos mais adiante, a vida e/ou o trabalho do pescador, são: (1) a mídia; (2) impactos na saúde e nos ecossistemas; (3) a comercialização do pescado; e (4) luta por direitos e resistência. Essas questões articulam-se e compõem as pautas norteadoras do debate dos pescadores artesanais com relação à questão do petróleo. Elas também são ferramentas importantes para entender e aproximar-se dessa realidade atual e histórica de injustiças ambientais que atravessam os territórios pesqueiros tanto em eventos específicos, como o caso do petróleo, como de maneira crônica, como veremos mais adiante.

As fotografias de pescadores e voluntários imersos e cobertos de petróleo sem nenhum tipo de proteção circularam pelas mídias e despertaram interesse (ver figuras 13 e 14).

FIGURA 13 - HOMEM EXIBE AS MÃOS SUJAS DE PETRÓLEO DURANTE A REMOÇÃO DO MATERIAL NAS PRAIAS DO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO (21/10/2019)



Fonte: Manoel Pedrosa/Prefeitura de Tamandaré/Divulgação. Disponível: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/11/manchas-de-oleo-em-praias-do-nordeste-fotos.ghtml>. Acesso em: 03/01/2020 às 18:16.

FIGURA 14 - MENINO DE 13 ANOS COLABORANDO COM A RETIRADA DO PETRÓLEO EM ITAPUAMA, CABO DE SANTO AGOSTINHO, PE EM 21/10/2019



Fonte: LEO MALAFAIA/AFP. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/foto-de-menino-coberto-de-oleo-viraliza-e-traduz-a-tragedia-do-litoral-nordestino/>. Acesso em: 03/01/2020 às 18:31.

Diante disso, histórias como a de Everton Miguel (Figura 14) ganharam as manchetes dos principais veículos de informação e levantaram um debate sobre saúde pública. Afinal, o petróleo que chegou nas praias possui um alto nível de toxicidade para os organismos. Depois de dois meses sem resposta do Governo Federal, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - junto ao Instituto Aggeu Magalhães (IAM) e ao Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (Lasat) - lançaram uma carta aberta²⁶ em 27/10/2019. Na carta foram destacadas, entre outras coisas, as consequências da exposição dos indivíduos ao material, já que haveria risco de intoxicações agudas e crônicas, além da ativação de células cancerígenas, nos casos mais graves:

A maioria desses produtos químicos é cancerígena, podendo ainda produzir malformação fetal, abortos, distúrbios neurológicos graves, alergias, doenças hepáticas, renais, de pele, dos pulmões, do sangue entre outras. A penetração desses produtos no corpo humano pode se dar por inalação, contato com a pele e ingestão de água ou alimento contaminado, e mesmo sendo em pequenas quantidades pode ser prejudicial à saúde.

Diante disso, como ficam os pescadores? Eles têm o mar como seu território de trabalho e de vida. Levando em conta ainda que, apesar dos mutirões de limpeza, os danos ambientais causados por esse crime ambiental estão para além da escala do visível. Os impactos do petróleo nos ecossistemas, que também são territórios pesqueiros, tendem a perdurar anos: "A contaminação química dura muito mais tempo do que aquilo que a poluição visual pode sugerir." foram as palavras da oceanógrafa Mariana Thevenin em entrevista concedida ao G1.²⁷

Passados seis meses da chegada do material em Pernambuco, os estudos mais relacionados à questão do impacto do petróleo no território pesqueiro começam a apresentar dados. Rio Formoso, município que não chegou a ser sinalizado/contabilizado como localidade atingida pelo IBAMA, foi o primeiro alvo de pesquisas desse teor:

Semana passada [início de março/2020] o departamento de oceanografia [UFPE] publicou e divulgou o resultado da pesquisa que foi feita em Rio Formoso com relação aos contaminantes com petróleo na área e aí os contaminantes são 574 acima do normal, na água, na areia da praia e no substrato do leito do rio, tá? Bill, secretário do CPP NE 2, 2020.

²⁶ Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/17CzEKRASqgz_bkfiEhcMsgS6hptdrbFD/view?fbclid=IwAR3aht7U_7iG8anzTU_YGOEmzqOMw6JPrApZQIX0w0NrxPEwOsayGOWPd8Y

²⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desastre-ambiental-petroleo-praias/noticia/2019/10/21/danos-do-oleo-no-litoral-do-nordeste-vao-durar-decadas-dizem-oceanografos.ghtml?fbclid=IwAR18jAey4QXLDt6ZDtAbJ7rQWZsyf98jp89uyfFIXvWjIPqJ7J0NmSKlM>

Os dados são iniciais, recentes e alarmantes. A grande mídia²⁸ chegou a noticiar o estudo, apesar de ter passado meses após a questão do petróleo; antes disso, no entanto, e fora das mídias, diversos vídeos circularam nas redes sociais acerca do pescado, mas em sua maioria eram *fake news*.

No ápice da crise do petróleo, dois vídeos, em especial, circularam nas redes sociais: no primeiro, um homem abriu um peixe e a barriga do pescado estava cheia de petróleo. No segundo, um caranguejo foi aberto e mais petróleo foi encontrado no seu estômago. Todavia, nos dois casos os vídeos eram falsos:

Gente sem responsabilidade que aí pra ganhar seguidores, pra ganhar isso e aquilo começaram a divulgar fatos que não eram reais, tá? a gente até fez uma discussão com uns amigos nossos professores e tudo mais, que trabalham na área e eles falavam assim: Bill, como é que eu abro o caranguejo aí eu mostro e dentro do dorso do caranguejo tudo melado de óleo e as brânquias ao redor limpas e sem nada? é impossível! Outra coisa, como é que eu abro um peixe que comeu, supostamente, óleo, aí o óleo tá na barriga do peixe, fora da víscera e na guelra não tem nenhum resquício de óleo? então assim, as mídias sociais, tipo, muitos blogs, muitos ativistas sociais divulgaram um monte de coisa que não era real. (Bill, Secretário do CPP NE 2, 2020).

No mundo moderno/colonial de hoje, o meio informacional e a comunicação atuam de maneira importante sobre o nosso cotidiano, a forma que a mídia e as redes sociais entram na nossa vida, muitas vezes é agressiva. Além disso, mais do que produzir a partir do que nos é mostrado, por vezes reproduzimos: informações, imagens, opiniões, notícias falsas e comportamentos torpes.

Por outro lado, as mídias alternativas (Marco Zero, Brasil de Fato, Jornalistas Livres, etc) foram importantes no papel de conferir visibilidade aos sujeitos mais impactados: os pescadores artesanais, à ciência e ao problema. Visto que essa temática continuou como pauta de tais mídias, mesmo após seu ápice. Diferentemente do que aconteceu com as grandes mídias, mais interessadas em mostrar a questão a partir do viés econômico e do turismo, elas não tardaram em mudar os holofotes de posição.

A mídia social alternativa que ajudou a manter a informação da problemática geral na mídia porque assim, se a gente pegar, tipo, Marco Zero, Brasil de Fato, a Mídia Ninja... esse pessoal conseguiu dar mais notícia que os grandes jornais, aí conseguiu manter isso por mais tempo na mídia. (Bill, Secretário do CPP NE 2, 2020).

²⁸ Matéria do jornal 'O Globo' disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/oleo/oleo-no-nordeste-municipio-tem-aumento-de-ate-570-de-toxina-cancerigena-ligada-petroleo-24297829>

Atrelado a esse contexto e à questão da saúde coletiva dos pescadores que entraram em contato direto com o petróleo, surge uma questão: durante as visitas que realizei nas comunidades pude observar que quando questionados, os pescadores evitavam ou não relacionavam o contato com o petróleo ao desencadeamento de outras doenças. A princípio, existem três razões que podem explicar isto: a primeira delas é a falta de monitoramento dos órgãos de saúde e uma subnotificação de casos relacionados ao petróleo. Houve, e há também, um negligenciamento do contexto de vida e trabalho de pescadores que procuraram profissionais de saúde. A segunda razão, é que muitos dos sintomas apresentados são comuns a outras doenças preexistentes. Bill, do Conselho Pastoral reitera essas hipóteses:

Esse é um dos problemas, porque assim, como é que a gente convence ao fulano a declarar que teve algum problema de saúde, né? A gente vê uma comunidade onde o pessoal se auto medica, né? Onde os sintomas iniciais do óleo é parecido com vários outros sintomas normais: tontura, febre alta, coceira na pele; como que vai associar isso ao óleo se não existe um monitoramento da saúde dessas pessoas? Os órgãos de saúde que são responsáveis por isso, pouco têm se envolvido, né?

Um outro exemplo disso expressa-se no seguinte depoimento:

O caso lá de Barra de Camaragibe, em Alagoas, a gente tava aqui quando ligaram: Bill, tem uma pescadora aqui que a pele dela tá toda estourada, aí eu disse: deixa eu falar com ela. Comecei a falar com ela pelo zap e disse: mostre os braços, aí ela mostrou, aí isso aqui (aponta pro braço) tudo vermelho com uma crosta grande, como se tivesse com uma coceira há muito tempo e nas coxas pra baixo também; Eu perguntei a ela: isso começou quando? Foi antes ou depois do óleo? Antes a senhora tinha essa coceira? Ela disse: não, depois que o óleo passou, duas semanas depois eu fui mariscar e voltei com essa coceira... (Bill, Secretário do CPP NE 2, 2020).

A pescadora em questão, infelizmente, é só uma dentre uma diversidade de casos e histórias de como o petróleo impactou a saúde coletiva e os territórios pesqueiros. Essas temáticas estiveram muito presentes na mídia. No entanto, o impacto mais gritante para os pescadores foi a questão do comércio, que seria a terceira razão para a subnotificação de casos relacionados ao petróleo. A fala de Bill, é significativa nesse aspecto:

Tem as duas coisas: tem a questão de associar a doenças normais e tem outra coisa que é: se eu disser que tô doente e é por causa do óleo quem é que vai querer comprar o meu peixe?!

Durante as visitas que realizamos em algumas comunidades pesqueiras de Pernambuco, pudemos observar que, para os sujeitos mais afetados por essa crise,

os pescadores artesanais, a questão da comercialização do pescado era o principal impacto, isso porque houve uma diminuição considerável das vendas e consequentemente do trabalho. Logo, existiu uma paralisação da vida desses sujeitos, visto que vida e trabalho são traços entrelaçados no cotidiano dessas comunidades, um elo que é selado pelo território: o mar é vida e trabalho para os pescadores.

Com relação ao trabalho, depois da chegada do petróleo muitos pescadores viram-se encurralados em casa, já que não havia procura por parte da população devido ao medo de contaminação e às fake news disseminadas. Com isso, o pescado voltou-se para o autoconsumo²⁹. Diante disso, muitos pescadores optaram por reduzir ou paralisar as idas ao mar, ao rio e/ou ao mangue, o quadro 1 é representativo nesse sentido

QUADRO 1 – TEMPOS DA PESCARIA PÓS CHEGADA DO PETRÓLEO EM EPRNAMBUCO

Sexo	Antes do Petróleo	Depois do Petróleo
Mulher	De 4 a 6 vezes por semana	De 0 a 1,5 por semana.
Homem	De 3 a 7 vezes por semana	De 0 a 2 por semana.

Fonte: Pesquisa Direta (de 24 de outubro a 23 de novembro de 2019) – NUHUMAR/DS/PPGS/UFPE.

Fonte: RAMALHO (2019). Disponível em: https://www.coletiva.org/diversidade-socioambiental-n11?fbclid=IwAR0CARB8g2enxH0ZVA94736TxC3bAnBH5bQLisQIDUWbkTZPbz-r_w8bCUk. Acesso em: abril/2020.

A drástica redução evidenciada no quadro 1, pelos dados do Núcleo de Humanidades Mares e Rios (NUHUMAR) da UFPE, junto aos depoimentos dos pescadores artesanais apontam que as territorialidades cotidianas e características dos pescadores artesanais foram impactadas. As marisqueiras, por exemplo, passaram a não se reunir diariamente com as comadres para ir ao mangue atrás do marisco.

Atrelado a isso, no quadro 2 as mulheres estão em evidência, pois em geral e historicamente são elas as que fazem a pesca do marisco. Tais profissionais foram as mais impactadas, visto que seus produtos (marisco, ostra e sururu) estão no topo de mercadorias que passaram a ser menos comercializadas durante a crise.

QUADRO 2 – REDUÇÃO NA VENDA DE PESCADOS POR ESPÉCIE EM PERNAMBUCO

²⁹ É importante ressaltar também que as condições de armazenamento nessas comunidades, de maneira geral, é débil se comparada à grandes empresas de pescado.

Espécies	Áreas Atingidas	Áreas não atingidas
	Porcentagem (%) da queda na venda	
Marisco	De 95 a 100%	De 93 a 100%
Ostra	De 95 a 100%	De 95 a 100%
Sururu	De 95 a 100%	De 93 a 100%
Caranguejo	De 90 a 100%	De 88 a 100%
Peixes (espada e tainha)	No mínimo 85%	No mínimo 82%
Peixes (cioba, cavala, dourado, dentão)	No mínimo 75%	No mínimo 70%

Fonte: Pesquisa Direta (de 24 de outubro a 23 de novembro de 2019) – NUHUMAR/DS/PPGS/UFPE.

Fonte: RAMALHO (2019). Disponível em: https://www.coletiva.org/diversidade-socioambiental-n11?fbclid=IwAR0CARB8g2enxH0ZVA94736Txc3bAnBH5bQLisQIDUWbkTZPbz-r_w8bCUk. Acesso em: abril/2020.

O quadro 2 também levanta uma importante reflexão que o professor Cristiano Ramalho aponta de maneira breve durante o escrito, e que o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e pescadores já haviam sinalizado durante as entrevistas que realizamos no início de 2020. Tal fato relaciona-se com a geograficidade do território pesqueiro, isso porque muitas comunidades foram impactadas e sofreram as consequências do petróleo, mesmo sem serem atingidas diretamente pelo material. O quadro 2 retrata essa questão através da comercialização, em que a venda de pescado foi impactada quase que na mesma medida. A comunidade de Carne de Vaca, no Litoral Norte, é um exemplo disso, pois o petróleo não chegou até lá, mas os impactos sobre a comercialização sim.

Parte disso está relacionado com o fato do território pesqueiro não ser delimitado. A propriedade privada no mar é inexistente, ou deveria ser, já que muitos empreendimentos cercam às águas para uso privado. O mar, por si só, passa uma ideia de unidade e continuidade. O território pesqueiro é fluído.

Entretanto, no que concerne às políticas públicas no contexto de crise do petróleo, a diferença entre territórios atingidos e não atingidos pelo petróleo diretamente foi definidora de diversas medidas, ignorando-se o fato de que todas as comunidades foram impactadas. O caso de Rio Formoso também é significativo nesse aspecto e pode ser usado como exemplo. Como já levantado anteriormente, a princípio, a comunidade não foi notificada como atingida pelo petróleo e as consequências dessa invisibilidade se refletiram no debate dessas medidas emergenciais, que não contemplou a comunidade de Rio Formoso.

Atrelado a todos os impactos percorridos até aqui, e na medida com que esses tiveram seu desenrolar, as incertezas acerca do presente e do futuro dos pescadores foram postas em cheque, em paralelo a todas as pautas levantadas durante a crise. Uma outra frente essencial e forte esteve presente: a luta por direitos dos pescadores e as cobranças por políticas emergenciais e eficientes para as comunidades pesqueiras impactadas. Essas questões estão para além do contexto de crise, e sempre foram uma frente de luta importante para os pescadores. Com isso, é importante a reflexão através dessa lente, visto que ela traz implicações importantes para entender a realidade da crise do petróleo.

É fundamental retomar que, quando o petróleo atingiu Pernambuco, recorte espacial prioritário do nosso escrito, uma das grandes pautas e revoltas das comunidades pesqueiras foi a omissão por parte do Governo Federal. Foi a população quem mergulhou no petróleo, que lançou-se ao mar. As iniciativas de ONGs, comunidades tradicionais e população em geral, chegaram antes que as do Estado.

Nesse sentido, a carta da Fiocruz, no início do desastre e já citada anteriormente, também teve como objetivo principal cobrar uma posição dos órgãos públicos para decretar a situação de emergência em saúde pública nos estados da região Nordeste:

(...) é imprescindível o imediato acionamento de todos os mecanismos relativos ao acontecimento de desastres no território nacional, como previsto nas Leis n. 12.340/2010 e n. 12.608/2012, e que seja decretada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA em todos os Estados e Municípios atingidos pelo óleo, com base na portaria no 2.952 de 14/12/2011 do Ministério da Saúde.

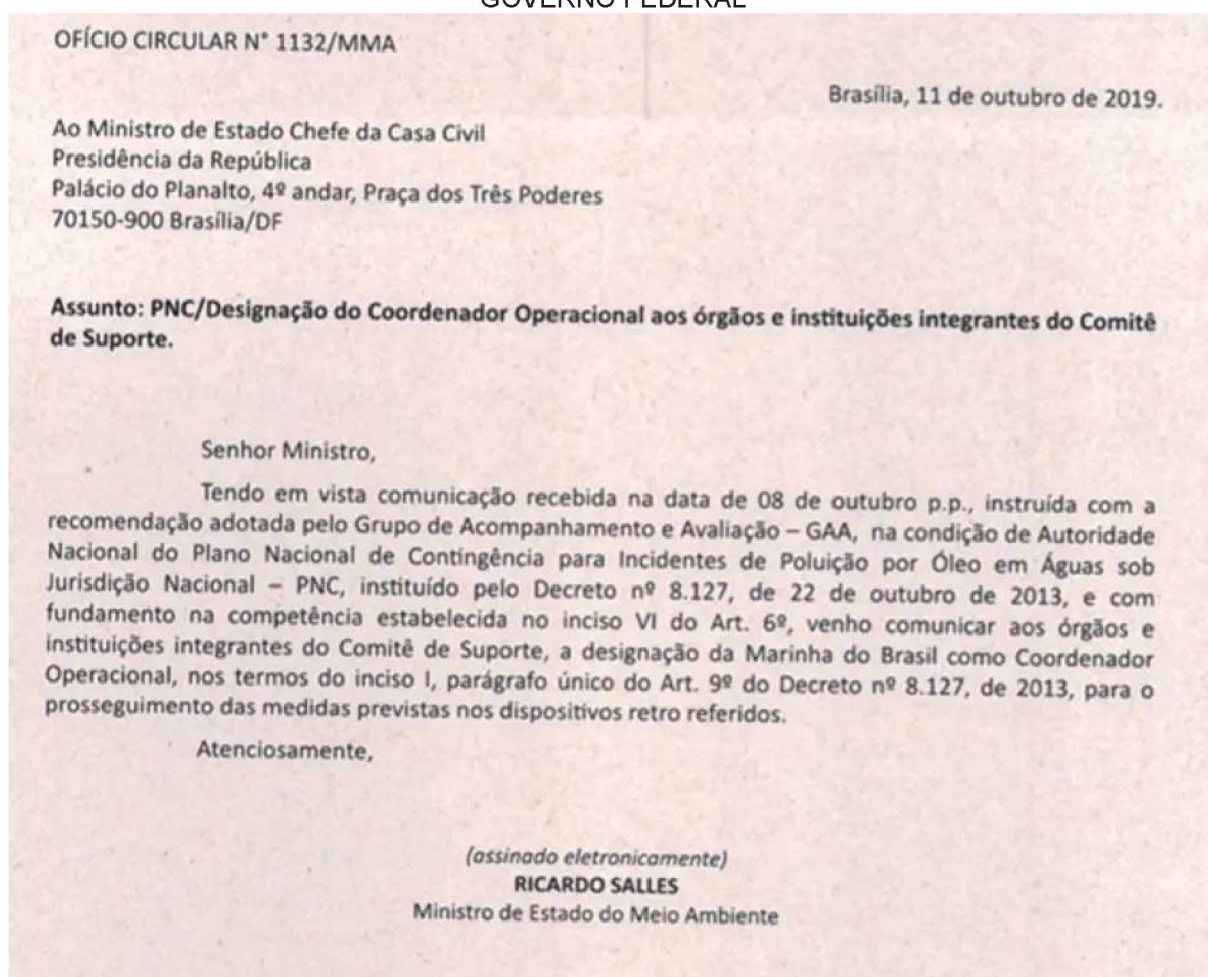
Diferentemente de outros pontos que a carta aberta lançada pela Fiocruz e pelo IAM, a cobrança aos órgãos públicos e federais foi consenso em todas as esferas mobilizadas no combate ao petróleo, isso porque o Governo Federal, principalmente, mostrou-se apático diante da situação. O fato que ilustra isso é que a União demorou cerca de quarenta dias para manifestar-se de forma ativa e efetiva com relação a tragédia já estabelecida no Nordeste, isso através do Plano Nacional de Contingência (PNC) Decreto Nº 8.127, de 22 de Outubro de 2013³⁰. O decreto institui e fixa

³⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8127.htm

responsabilidades, estabelece estrutura organizacional e define diretrizes, procedimentos e ações, com o objetivo de permitir a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta em incidentes de poluição por óleo que possam afetar as águas sob jurisdição nacional, e minimizar danos ambientais e evitar prejuízos para a saúde pública.” Art 1º do Plano Nacional de Contingência. (BRASIL, 2013)

Apesar de o Plano ter sido criado para situações desse tipo, ele não foi acionado de maneira eficaz. A inércia chegou a tal ponto que o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação contra o Governo Federal por omissão perante o caso. O PNC foi acionado oficialmente pelo Ministro do Meio Ambiente em 11 de outubro de 2019 (ver figura 15).

FIGURA 15 – ACIONAMENTO OFICIAL DO PLANO NACIONAL DE CONTIGÊNCIA PELO GOVERNO FEDERAL



Fonte: Estadão. Disponível em: https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/salles-so-formalizou-plano-41-dias-apos-manchas-aparecerem-no-nordeste,70003059406?utm_source=estadao:whatsapp&utm_medium=link. Acesso em: 10/01/2020 às 10:50.

O Estado agiu através da marinha e do IBAMA, e a demora no acionamento do plano, ainda sem explicação, culminou nas imagens que tomaram conta dos

principais jornais sobre o derramamento do petróleo, o que evidenciou ainda mais o estigma de sofrimento e luta do povo Nordeste. Porém, é fundamental não romantizar a situação, já que poderia, sem dúvidas, ter mitigado os efeitos da tragédia:

Se minimamente o Plano Nacional de Contingência, que não é suficiente, tivesse sido colocado em prática, teríamos pelo menos uma articulação mais coordenada das entidades a atuarem no Nordeste. O que vemos hoje é um extremo senso de comunidade e pertencimento por parte de entidade locais, voluntários, pescadores, comunidades tradicionais que estão na ponta cuidando do litoral. (Leandra Gonçalves, pesquisadora do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP) e co-fundadora da Liga das Mulheres pelos Oceanos.)

A ausência do Poder Público, no primeiro momento, ganhou imenso protagonismo na mídia, assim como foi pauta dentro do Movimento dos Pescadores e Pescadoras artesanais (MPA), e também do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) que teceu críticas a conduta do Governo Federal em carta aberta³¹:

Repudiamos a omissão por parte do governo que só acionou o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo, existente desde 2013, após 41 dias das primeiras ocorrências. Também não foi realizada escuta dos pescadores e pescadoras, ao contrário, estes foram expostos aos riscos de contaminação. Como também, não tem divulgado com transparência as informações em relação ao caso, inclusive sobre a origem do óleo e punição dos responsáveis. (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2019)

Além disso, outra peculiaridade do comportamento do Governo Federal diante do ocorrido também comentado na carta aberta publicada pelo Conselho Pastoral dos Pescadores, é o silenciamento das principais vítimas do petróleo: os pescadores e pescadoras artesanais:

É preciso que se escute e considere a percepção das pessoas que estão nos territórios em todo o processo de construção de medidas a serem tomadas, bem como colocar a disposição dos pescadores e pescadoras as estruturas necessárias e organizacionais para responder aos impactos nas comunidades. Além de construir e estabelecer medidas que respondam às diversas realidades. (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2019)

Em meio a isto, a voz da pastoral dos pescadores é significativa, pois, historicamente, o CPP sempre foi um mediador e articulador da busca e luta por direitos e territórios pesqueiros, e o desastre do petróleo não foge à regra. Como é possível perceber no trecho abaixo, também retirado da carta em solidariedade às

³¹ Disponível em: <http://cppnacional.org.br/noticia/cpp-lan%C3%A7a-carta-em-solidariedade-%C3%A0s-comunidades-pesqueiras-impactadas-pelo-%C3%B3leo?fbclid=IwAR0eiBwwnAlvEzTNvQRA2t63TeCvmdkn5MxxVykyN7N8a0hGMhHBetB67go>

comunidades pesqueiras impactadas, o CPP foi uma via de luta importante para denúncia e cobrança de medidas pós petróleo.

Passado esse primeiro momento de denúncia frente a essa injustiça ambiental, a articulação de resistência dos pescadores artesanais em Pernambuco deu-se, principalmente através do Conselho Pastoral dos Pescadores, que junto ao Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e da Articulação Nacional de Pescadoras (ANP), acompanhou e assessorou muito dos processos.

A princípio, a nível estadual, o governo de Pernambuco sinalizou o adiantamento de um seguro emergencial, no caráter de auxílio financeiro, para pescadores e pescadoras em locais onde o petróleo chegou, no entanto, nessa medida há diversas problemáticas e reivindicações levantadas pelo MPP e a ANP junto a pastoral dos pescadores. São elas: (1) a ampliação do benefício para os locais que não foram atingidos pelo petróleo, mas que foram indiretamente e, quase que na mesma medida, impactados pela chegada do material à região costeira do Nordeste, (2) ampliação desse benefício para os pescadores que não possuem o Registro Geral da Pesca (RPG)³² e, (3) monitoramento socioambiental das áreas atingidas com foco na saúde dos trabalhadores e nos impactos ambientais ao ecossistema, que é o território de trabalho e vida desses sujeitos.

Diante disso, desde o derramamento, assembleias e comissões são realizadas pelo Poder Público a nível nacional (CTOLEO em 05/12/2019) e estadual. Em Pernambuco, no primeiro momento, os pescadores foram convocados para uma reunião no Comitê de Pesca do estado no dia 31 de outubro de 2019 no Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). O intuito do encontro foi conversar sobre os efeitos da chegada do petróleo, bem como apontar as medidas que o governo do estado pretendia estabelecer. Os pescadores e pescadoras compareceram e levaram suas reivindicações em forma de cartazes e protestos. Além disso, no dia 03 de dezembro de 2019 aconteceu, na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), uma audiência cujo tema foi “Os impactos do petróleo e as reivindicações dos pescadores”. Em tal audiência participaram, além dos pescadores e os movimentos sociais, o CPP, pesquisadores da UFPE, da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e da FIOCRUZ. Além de

³² O RPG funciona como uma carteira emitida pelo Governo Federal junto à Marinha que autoriza os sujeitos e sujeitas a pescarem, bem como permite o acesso à direitos previdenciários e trabalhistas.

membros representantes do IBAMA e de dois órgãos estaduais: Defensoria Pública da União no Recife (DPU) e da Secretária Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade. Naquele dia, os pescadores entregaram reivindicações e cobranças por medidas e pelo compromisso por parte do governo do estado.

FIGURA - PESCADORES COBRAM SOLUÇÕES AO GOVERNO ESTADUAL DE PERNAMBUCO FRENTE A CRISE DO PETRÓLEO



Fonte: Marina Meireles/G1. Disponível em: <http://cppnacional.org.br/noticia/governo-de-pernambuco-n%C3%A3o-atende-reivindica%C3%A7%C3%B5es-de-pescadores-artesanais?fbclid=IwAR1WvGxQTY6laX15Q8j9Yn6Lg8NmJILNmnKZaa2UhJrhykyWI2NV-wp1y7Q>. Acesso em abril/2020.

Por outro lado, em um novo encontro realizado no dia 12 de dezembro de 2019 no IPA, intermediado pelo coletivo Juntas (PSOL), o governo do estado reagiu às reivindicações alegando que muitas das cobranças feitas deveriam ser direcionadas à união, visto que o estado não possui dados suficientes e condizentes com a realidade da pesca no estado. O ponto principal de divergências seria este: a falta de medidas condizentes com as realidades da pesca artesanal em Pernambuco.

Passada essa fase, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), junto aos movimentos sociais de pescadores e ao conselho pastoral, conseguiu agregar à

primeira Medida Provisória (MP) nº 908/2019³³ uma emenda através da Ação Civil Pública nº 0825737-58.2019.4.05.8300 – 7ª Vara Federal em Pernambuco³⁴. Tal emenda beneficia, além dos pescadores com Registro Geral da Pesca (RGP) e residentes em localidades atingidas pelo petróleo e notificadas pelo IBAMA, os pescadores de Rio Formoso que, em um primeiro momento, não foram notificados pelo IBAMA como pertencentes à comunidade atingida. Bem como pescadores que ainda não possuem o RGP (não é emitido desde 2012), mas que possuem o protocolo de emissão e outras comunidades onde o petróleo não chegou, mas também foram impactadas principalmente com relação ao comércio. Sobre isso:

A ação civil pública que foi movida aqui julgou procedente o pedido dos pescadores, tanto a questão da inclusão dos pescadores de Rio Formoso, quanto dos pescadores de Itapissuma, Igarassu, Abreu e Lima, que não foram atingidos diretamente pelo óleo mas que tiveram uma grande impacto no comércio, né? não conseguiu comercializar. No entanto, o governo federal recorreu da decisão. Uma outra questão que saiu positiva na ação civil pública foi a questão da inclusão dos pescadores que tem apenas protocolo, mas aí o governo recorre e pede mais 120 dias, segundo eles, eles não tinham como quantificar o número de pessoas que tinham protocolo e pediu 120 dias pra refazer esses cálculos, aí tá nesse prazo aí. Em contraponto o MPF tem até segunda-feira (16/04/2020) pra dizer se concorda que espere os 120 dias ou se quer que a justiça obrigue que seja pago imediatamente. (Bill, Conselho Pastoral dos Pescadores)

A ação civil pública em questão prevaleceu e muitos pescadores e pescadoras artesanais, enfim, conseguiram acessar o benefício. Contudo, mesmo passado dois anos do evento e com uma CPI que se reuniu em mais de 15 audiências desde 201, a fim investigar e punir os responsáveis, em março de 2020 a CPI do derramamento de óleo no Nordeste, como foi nomeada, foi suspensa sem que ninguém fosse responsável ou punido.

Não há dúvidas de que a chegada do petróleo foi um ataque ao maior bem comum da pesca artesanal: o território pesqueiro, porém, vale ressaltar o trabalho do CPP em busca de justiça ambiental, junto a pescadores e pescadoras artesanais, frente aos diversos conflitos e injustiças que têm como alvo esse grupo social. Apesar do derramamento de petróleo ser um grande evento dentro das diversas injustiças ambientais que acometem os territórios pesqueiros, não é único. Por isso,

³³ Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/140001>. Acesso em: maio/2020.

³⁴ Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pe/sala-de-imprensa/noticias-pe/mpf-consegue-ampliar-na-justica-auxilio-a-pescadores-e-marisqueiros-afetados-pelo-derramamento-de-oleo-em-pernambuco?fbclid=IwAR10BVSJ4hzMOifNfxT0XC0QMZ1F7kLFT-QFWt508of_H-ySTGKtTOd4eM. Acesso em: maio/2020.

é importante tornar visível os problemas crônicos que as comunidades pesqueiras vêm enfrentando desde as mais diferentes épocas em seu território.

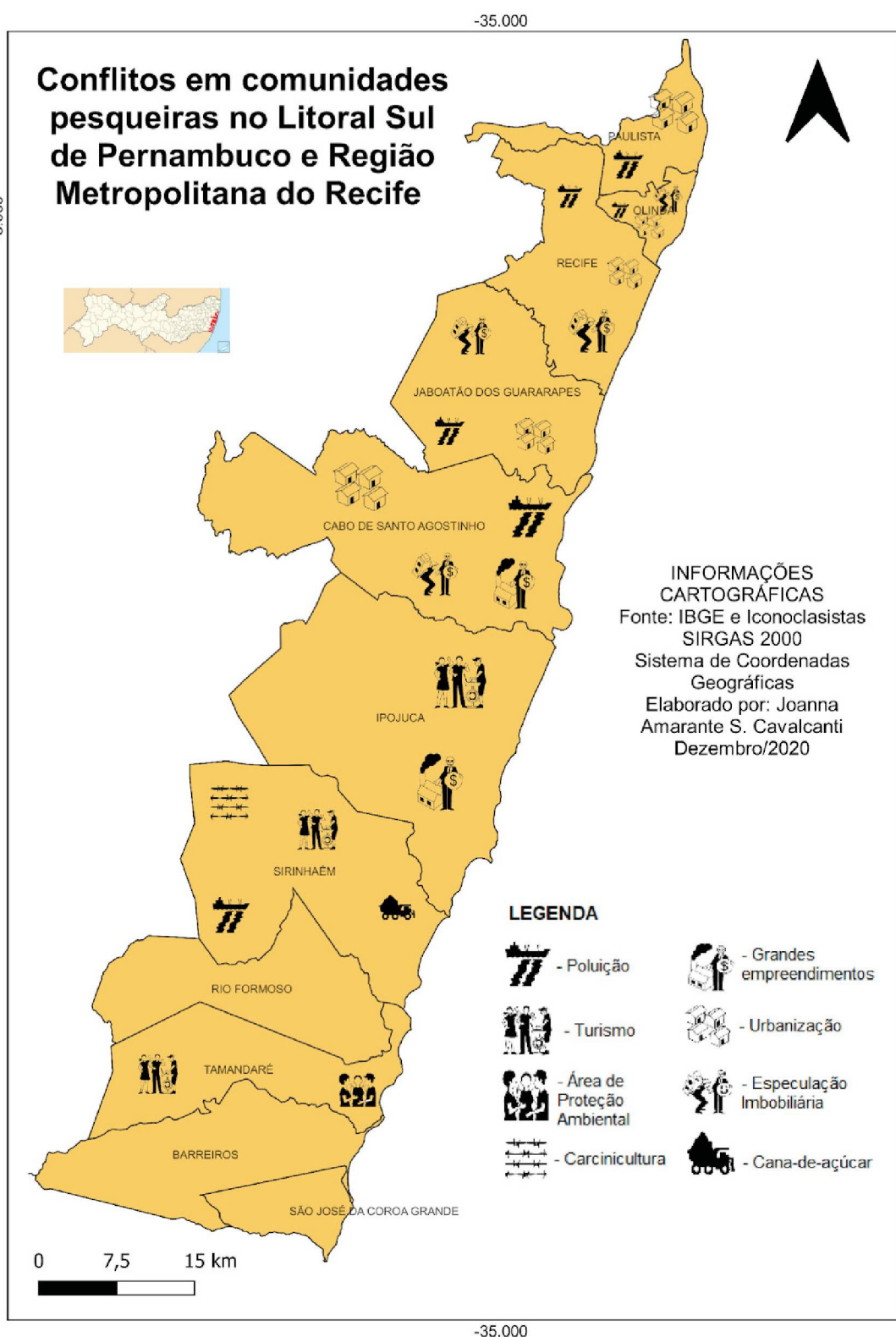
2.2 O LITORAL DE PERNAMBUCO A PARTIR DE CONFLITOS CRÔNICOS: MAPEANDO A DIVERSIDADE

Infelizmente a problemática do petróleo não é um ponto isolado na história dos pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, do Nordeste e de Pernambuco. Historicamente, é possível dizer que grande parte da história desses sujeitos pode ser tecida através dos conflitos, visto que, independente e concomitantemente ao petróleo, muitos desses conflitos continuaram e continuam formando e tecendo outros pontos na colcha grande e variada que compõem o território. Nesse sentido, ao voltar mais uma vez para Pernambuco, torna-se imprescindível geografizar os principais conflitos que têm impacto nos territórios pesqueiros (ver mapa 1 e 2), afinal é onde se espacializa grande parte das relações de diálogo do CPP com pescadores e pescadoras artesanais. Diante disso, é importante compreender os espaços produzidos por essa relação, pois,

Esses espaços são materializações, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos. E é possível mapeá-los de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas. Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se e territorializam. (Mançano e Silva, 2005, p. 87)

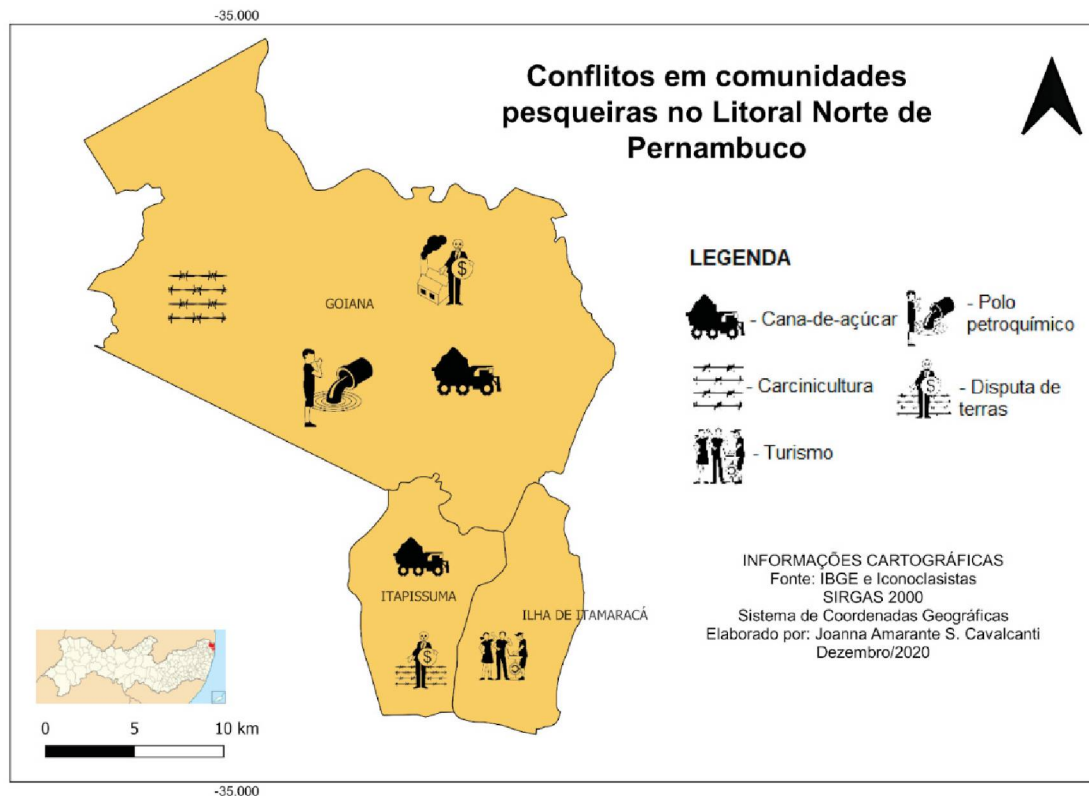
Na tentativa de mapear os movimentos e espaços políticos, os mapas 2 e 3 são de autoria própria feito no software QGIS a partir de um levantamento bibliográfico sobre a pesca artesanal no litoral de Pernambuco na plataforma de teses e dissertações da CAPES, e, através do diálogo com pescadores e pescadoras nas comunidades nos trabalhos de campo já mencionados na introdução. Os mapas têm como objetivo espacializar os conflitos, visto que esses são fundamentais na relação CPP-Pescadores e pescadoras por serem um importante de diálogo entre eles, e, evidenciar a diversidade dos ataques à pesca artesanal e como esses tem como plano de fundo a ideia desenvolvimento. A divisão entre litoral norte e sul deu-se para melhor visualização dos conflitos no mapa.

MAPA 2 – CONFLITOS NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO E NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE QUE INCIDEM SOBRE AS COMUNIDADES PESQUEIRAS LOCAIS



Fonte: Joanna Amarante (2022)

MAPA 3 – CONFLITOS NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO QUE INCIDEM SOBRE AS
COMUNIDADES PESQUEIRAS LOCAIS



Fonte: Joanna Amarante (2022)

Através dos mapas podemos observar uma diversidade de conflitos e injustiças ambientais que recaem sobre as comunidades pesqueiras, grupo historicamente e socialmente colocados à margem pelo sistema, por todo litoral pernambucano. Esse mapeamento foi construído através de muitas mãos, principalmente a partir de alguns encontros e experiências com os pescadores e pescadoras artesanais de Pernambuco em diferentes momentos (Encontro de pescadores e pescadoras do Recife; Assembleia CPP Regional Nordeste 02), bem como a uma série de entrevistas e pesquisas com esses sujeitos que precedem o tempo desse mestrado. Além disso, outras fontes secundárias, como bibliografias, que contam a história de alguns desses conflitos de forma particular na área da geografia e afins (SILVA, 2017; SOLA PÉREZ, 2016), instituições relacionadas à pesca artesanal como o CPP e o MPP e portais de notícias em geral.

Em um primeiro olhar, já é possível perceber a diversidade dos conflitos e a territorialização deles no espaço litorâneo pernambucano, um importante fator que une esses conflitos além do impacto na pesca artesanal é o fato deles atacarem os comuns dos pescadores e pescadoras artesanais. Em 2016, o Conselho Pastoral dos Pescadores divulgou o primeiro relatório de conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras do estado, onde apenas 9 (nove) locais foram

identificados/registrados como localidades impactadas, atingindo um quantitativo de 1.308 famílias, em dois municípios do litoral Sul de Pernambuco. São eles: três pontos no município de Sirinhaém (comunidade de Aver-o-Mar, Barra de Sirinhaém e Porto do Casado); seis no município do Cabo de Santo Agostinho (Gaibu, Suape e Ilha de Tatuoca, Ponto do Carvalho, Paiva e Porto do Gil).

Sobre Sirinhaém, os pescadores e pescadoras do município travam conflitos muito antigos e diversos. Desde a problemática com as Usinas de Cana-de-açúcar, tanto na desapropriação de terras pela Usina Trapiche para o monocultivo da cana, apontadas no relatório do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), intensificados a partir da década de 1990, quanto na poluição causadas por elas em rios da região.

Devido ao aumento da poluição no estuário como no mar, devido ao despejo de vinhoto das usinas da região, bem como dos esgotos domésticos e industriais, tem ocorrido uma progressiva diminuição dos pescados, mariscos e crustáceos da região e a consequente dificuldade de sobrevivência da comunidade pesqueira. Muitos pescadores que atuam no mar de fora não percebem os impactos dessa poluição em suas atividades, pois, quando perguntados sobre o assunto revelaram que: a poluição das usinas apenas atrapalha os pescadores de rio e estuário (SILVA, p. 66, 2014).

Além disso, outra problemática central e histórica tem sido a carcinicultura³⁵. É importante ressaltar que as fazendas de camarão travam conflitos com a pesca artesanal no Nordeste desde a década de 1980, isso porque, no geral, essas atividades trazem consigo um forte despejo de produtos químicos nos territórios pesqueiros, e ainda restringem o acesso a ele. Em Sirinhaém existem quatro fazendas, além de um laboratório de um grande empreendimento de pescados que ocupa uma área de cerca de 70 ha (SILVA, 2014).

Mais recentemente, outra problemática que representa conflitos de interesse e afasta ainda mais os pescadores e pescadoras da pesca artesanal é o turismo. Mesmo não sendo uma praia atrativa aos turistas, a localização geográfica de Sirinhaém faz com que o município sirva como rede de apoio às praias mais populares (caso de Tamandaré e Porto de Galinhas). Exemplos disso são os levantados por Silva (2014) ao afirmar que muitas mulheres pescadoras, em alta estação, vão trabalhar como diaristas nas casas da praia de Toquinho. Além disso,

³⁵ A carcinicultura é a criação de camarões em viveiros, podendo ser: em água salgada (marinha) e em água doce. Ambas necessitam de um laboratório onde serão criadas as larvas (larvicultura). Logo após a eclosão, estas passam por alguns estágios de desenvolvimento (náuplios, protozoéa e mísis), para assim chegarem à condição de pós-larvas e serem inseridas em seus viveiros (ABCC, 2009).

os pescadores estão tendo que disputar territórios tradicionalmente ocupados com veranistas que muitas vezes estacionam lanchas e jet ski em Sirinhaém.

Por outro lado, além da proximidade com a praia de Porto de Galinhas, a pesca artesanal no município de Sirinhaém também recebe impacto, de maneira mais indireta, do complexo portuário de Suape. Visto que muitos pescadores e filhos de pescadores largaram a pesca em busca do emprego socialmente mais valorizado que o de pescador. Seja de carteira assinada ou temporário, muitos fizeram e fazem esse caminho.

A praia de Gaibu, que compõe o município do Cabo de Santo Agostinho, sofre impactos ainda mais diretos com relação ao complexo de Suape, em comparação a Sirinhaém. Desde o projeto da construção do Porto de Suape, na década de 1970, os pescadores e pescadoras de Gaibu enfrentam problemas decorrentes da urbanização acelerada e da especulação imobiliária, consequências da instalação do Complexo Portuário em Suape. No tocante à especulação imobiliária essa se justifica no fato de, com a construção do empreendimento em Suape, que é uma comunidade bem menor que Gaibu, muitos trabalhadores do Porto optaram por morar em Gaibu, o que fez com que a orla e os locais próximos à praia comesçassem a ser loteados. É importante ressaltar que esses locais loteados eram territórios tradicionalmente ocupados pelos pescadores artesanais locais há mais de duas gerações. Esse movimento ocasionou a expulsão dos pescadores e pescadoras artesanais da beira-mar, visto que muitos não tinham poder aquisitivo para comprar o lote (SILVA, 2007). No que concerne à urbanização, com Gaibu tornando-se comunidade-dormitório do complexo de Suape, o contingente populacional aumentou e houve um significativo aumento da violência, fato que assustou os nativos.

As comunidades de Suape e Ilha de Tatuoca, em destaque no relatório de conflitos, já na década de 1970, e desde então, sofre diversos ataques do Complexo Portuário de Suape, como conflitos de ordem mais territorial, até despejos e restrições de locais de pesca a questões ambientais, além de explosões de corais no mar. A complexidade e dimensão desse conflito são enormes e imensamente debatidas por vários grupos (movimentos sociais, academia, instituições públicas), por isso, torna-se importante fazer uma reflexão mais verticalizada sobre ele mais adiante.

Ainda no Litoral Sul de Pernambuco e no Cabo de Santo Agostinho, a pesca artesanal da praia do Paiva está a enfrentar um absurdo aumento da especulação imobiliária na região. Desde o início dos anos 2000, a 'Reserva do Paiva' ocupa uma área de cerca de 526 ha com 8,5 km de praia e 4km de rio³⁶. Os empreendimentos (condomínios, hotéis, escolas, shoppings, entre outros) dificultam o acesso do pescador ao seu território de trabalho e vida. Muitos sofreram despejos para a implantação da 'reserva'.

FIGURA 17 - RESERVA DO PAIVA, CABO DE SANTO AGOSTINHO, PE

³⁶ ver <http://www.orrervadopaiva.com.br/o-bairro/>. Acesso em: 23 de jun. 2020.



Fonte: Reserva do Paiva. Disponível em: <http://www.orreservadopaiwa.com.br/o-bairro/>.

Nas imagens do Paiva é possível perceber a quantidade de área desmatada para a construção dos imóveis. Nesse caso, mais uma vez os comuns foram atacados, dessa vez, a mata onde muitos pescadores e pescadoras colhiam frutas para complementar a refeição.

Abordando outros pontos a partir dos já postos pelo relatório da Pastoral, é fundamental evidenciar e costurar os demais conflitos para ampliar a visão acerca da formação dos territórios pesqueiros em Pernambuco. Ainda no Litoral Sul de Pernambuco, mais especificamente no município de Ipojuca, a praia de Porto de Galinhas é um importante destino turístico. Nesse sentido, é visível que o território antes ocupado pela vila de pescadores da comunidade, perdeu espaço para o turismo e a especulação imobiliária. Muitos pescadores inclusive utilizam seus barcos para finalidades turísticas, o que vem alterando as identidades pesqueiras, pois, muitos já fazem do turismo a principal renda.

Nesse sentido e em situação parecida, encontra-se o município de Tamandaré, onde o turismo também disputa território com a pesca local. Algumas das praias do município (Carneiros e Sancho) são, junto a Porto de Galinhas, um dos destinos mais procurados do Brasil. Apesar disso, historicamente Tamandaré sempre esteve muito associada à pesca, evidência disto é que, na década de 1950, era lá que funcionava uma escola da pesca que, segundo o CEPENE (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste), formou mais de 1.200 alunos durante seus quase 30 anos de funcionamento³⁷. A escola de pesca cumpria também uma função social e movimentava a comunidade local através de ofertas de lazer e serviços como cinema, festas, formaturas, etc. Passado esse momento, na década de 1980 a escola se transformou em um Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro (PDP)³⁸, que mais tarde, em

³⁷ “A história da Escola de Pesca divide-se em dois períodos: o primeiro, de 1954 a 1967, quando funcionava o curso de pescador profissional, e outro, de 1968 a 1975 (final da escola), quando houve a inclusão dos cursos de patrão de pesca regional, patrão de pesca costeira e motorista de pesca. [...] Durante a existência da Escola foram formados 1.287 alunos, que atuaram profissionalmente em embarcações oceanográficas de pesquisa e em barcos de pesca.” CEPENE: história. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepene/quem-somos/historia.html>. Acesso em: 24 de jun.2020.

³⁸ “Vinculado à SUDEPE - fruto de uma cooperação entre o Brasil e a FAO. O objetivo era subsidiar e orientar os investimentos em frotas e instalações industriais para a pesca e aquicultura de recursos marinhos, estuarinos e de água doce, além de proporcionar informações básicas para aumentar a produtividade, dinamizando o sistema de estatística pesqueira para o ordenamento da pesca regional.” CEPENE: história. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepene/quem-somos/historia.html>.. Acesso em 24 de jun. 2020.

1983, deu origem ao CEPENE, com objetivos semelhantes ao PDP no sentido de dar seguimento à pesquisa e extensão pesqueira.

Esse contexto se torna relevante para entender a configuração socioterritorial atual, isso porque, o CEPENE foi fundamental para a instalação da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC) em 1997. A APACC possui mais de 400 mil ha e cerca de 120 km de extensão entre as costas de Pernambuco e Alagoas, segundo o ICMBio; até hoje é a maior Unidade de Conservação marinha federal, e em Pernambuco ela está presente nos municípios de Rio Formoso, Tamandaré (local da sede) Barreiros e São José da Coroa Grande.

Sobre a Unidade de Conservação, é importante ressaltar que, apesar de estabelecida na década de 1990, apenas em 2013 a APACC teve seu plano de manejo aprovado em 2013. Além da disputa com o turismo em algumas praias do município, outro conflito foi estabelecido entre os gestores da Área de Proteção Ambiental (APA) e os pescadores artesanais no que diz respeito à participação desses sujeitos nas decisões referentes aos seus territórios (PEDROSA, 2016), ignorando os saberes da comunidade pesqueira. Esse é um problema recorrente entre as comunidades de pescadores e pescadoras artesanais e os conselhos gestores. Sobre isso:

A presença dessa Unidade de Conservação [APA] é ainda utilizada para validar o discurso de preocupação ambiental pelos agentes dos mega empreendimentos previstos para a região. Segundo relatos do agente do CPP, Severino Santos [Bill]: “a criação da RESEX foi solicitada justamente por ver que as APAs Estaduais já existentes não garantiu a sustentabilidade da atividade pesqueira, mas incentivou o turismo e a ocupação imobiliária da área”. (PEDROSA, 2016, p. 89).

Nesse sentido, a partir do trecho acima, é possível colocar que o modelo de APA, em comparação à Reserva Extrativista³⁹ acaba dando brechas para os grandes empreendimentos e tirando a autonomia dos pescadores e pescadoras artesanais frente aos seus territórios.

³⁹ A Reserva Extrativista é uma categoria pertencente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) regulamentado em 18 de julho de 2000 pela Lei nº 9.985. Segundo o Art. 18, “A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000) Além disso, a RESEX é gerida por um conselho deliberativo composto por diversos grupos (populações tradicionais, comunidade, órgãos públicos, órgão que administra e empresas privadas que compartilham o território local e proximidades).

Tecendo o debate agora na Região Metropolitana do Recife, especialmente em Jaboatão dos Guararapes, Recife e Olinda, os três municípios mais populosos de Pernambuco, à primeira vista parece que a tradição pesqueira ficou para trás nessas cidades, visto que as costuras da urbanização e modernidade insistem em expulsar essas pessoas para as margens e à invisibilidade, mas elas resistem entre os pontos. O primeiro encontro dos pescadores do Recife, no final de 2017, conferiu visibilidade às problemáticas de ser pescador e pescadora artesanal no meio urbano.

O primeiro problema associado à urbanização, muito presente nas diversas comunidades existentes nesses municípios, é com relação à construção civil. Isso porque os grandes empreendimentos acabam ocupando áreas tradicionalmente ocupadas pelos pescadores, exemplo disso é o Shopping RioMar e a construção da Via Mangue, ambas no Recife. Além de ocupar os territórios de trabalho e vida dos pescadores e pescadoras artesanais, muitas vezes, esses empreendimentos restringem o acesso aos recursos pesqueiros devido ao estabelecimento da propriedade privada nessas áreas. A urbanização também evidencia uma importante face da identidade pesqueira: Pescador não existe só em área rural como tenta se colocar no imaginário comum para invisibilizar as problemáticas que esses sujeitos e sujeitas possuem em locais urbanos. Pescadores e pescadoras urbanas r-existem.

Outro ponto relacionado à expansão urbana é a poluição. Os ambientes pesqueiros próximos às grandes cidades (mares, rios e mangues) estão cada vez mais poluídos devido à ausência de tratamento de lixo e esgoto, especialmente em áreas de vulnerabilidade, o que incide diretamente na produção do pescado local. A urbanização também afasta os pescadores de seu território de moradia, isso porque, com a valorização de alguns trechos da beira-mar e da beira-rio, muitos acabaram por ser despejados/empurrados para áreas mais vulneráveis, assim, dando lugar à iniciativa privada. Sem alternativa, muitos acabam optando pelas moradias de palafitas dentro das marés, isso porque não é exigido pagamento de aluguel e não há um distanciamento do território de trabalho.

Outra problemática levantada durante o Encontro e presente no relatório final é com relação a fiscalização e abordagem violenta que é realizada pela Marinha do Brasil para com os pescadores. Isso por meio da destruição de materiais de trabalho, e também do trato diferente ao que é dado para barcos de grandes

portes. Segundo os pescadores, muitos tentam privar os profissionais da pesca de seus direitos durante as abordagens realizadas.

Além disso, os pescadores de Recife ainda enfrentam um impasse com relação ao projeto 'Parque Capibaribe'⁴⁰ que visa integrar a cidade do Recife com o Rio Capibaribe através de criação de ciclovias, parques, píeres, à beira do rio - O Jardim do Baobá, ponto turístico do Recife, foi possibilitado a partir desse projeto - estima-se que uma área de 45 km ao longo das bordas do Rio Capibaribe serão modificados. A reclamação dos pescadores e pescadoras artesanais é que não há um diálogo entre os responsáveis pelo projeto e as comunidades tradicionais da área. Mais um caso em que os pescadores não são ouvidos e as mudanças em seu território são tomadas por outros que não vivem ali.

No que diz respeito ao Litoral Norte do estado (ver mapa 2), o município de Itapissuma, comunidade que alavancou o trabalho do CPP na década de 1970 (RAMALHO, 2013), a comunidade de pescadores e pescadoras artesanais enfrenta um conflito por terra que, segundo Bill, da pastoral dos pescadores, é um problema alastrante desde a década de 1980:

Em Itapissuma a gente tem um conflito antigo entre o dono da terra e os pescadores. O camarada desde os anos 1980 que dizia que a terra era dele, que tinha um documento da capitania dos portos e dizia que a área era dele e que o pescador que tinha caíçara antiga, mantinha, quem era novo, não fazia e os que tinha antiga não podiam recuperar, aí ele alugava a área, fazia caíçaras e alugava pro pessoal. Nós conseguimos e descobrimos que a terra não era dele e foi feito um TAUS [Termo de Autorização de Uso Sustentável] pra área em nome dos pescadores, só que o conflito continua porque o TAUS tá no nome dos pescadores mas ele acha que as benfeitorias são deles, então os coqueiros que tão lá ele diz que é dele, as caíçaras que os pescadores estavam pagando aluguel é dele...

As caíçaras, citadas por Bill em seu depoimento, são construções, geralmente localizadas na praia que servem como ponto de apoio e local de sociabilidade dos pescadores. É geralmente lá onde eles fazem reuniões antes e depois das pescarias, onde também guardam os apetrechos da pesca, é um exemplo da extensão do território pesqueiro no continente. Já o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) é uma ferramenta utilizada pela pastoral junto às comunidades pesqueiras visando garantir e/ou legalizar o direito de acesso aos seus territórios por parte desses sujeitos. A presidente da colônia de Itapissuma, Joana Mousinho, reforça esse objetivo: "É um reconhecimento do nosso direito ao

⁴⁰ <http://parquecapibaribe.org/projeto/>

território em que vivemos e pescamos há décadas”. Apesar disso, o conflito segue na comunidade.

Se no Litoral Sul, Suape concentra um significativo número de conflitos, no Litoral Norte o município de Goiana é o epicentro dos conflitos na região. Os pescadores e pescadoras do local enfrentam conflitos referentes, principalmente, a uma fazenda de carcinicultura, dentro do território pesqueiro que integra a Reserva Extrativista (RESEX) Acaú-Goiana, temática que será mais aprofundada adiante, e com grandes empreendimentos na região e ainda o polo petroquímico no município.

Além dos conflitos mais territorializados em um espaço específico, como os apresentados até aqui, há também aqueles que dizem respeito ao grupo social dos pescadores e pescadoras artesanais quase que como um todo. Conflitos travados pela categoria, como a luta por justiça ambiental, pela emissão de Registros Gerais de Pesca e a regulamentação do território pesqueiro.

Outro conflito em escala nacional dos pescadores e pescadoras é a questão de possuir documentos, afinal, esses sujeitos sempre estiveram à margem da sociedade e de seus próprios direitos como pessoas. A emissão de Registro Geral (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF) e outros documentos, muitas vezes não chegavam em comunidades pesqueiras. Nesse sentido, o CPP foi o primeiro a reivindicar na década de 1970, junto aos pescadores e pescadoras, seus direitos como cidadãos.

Esses processos corroboraram para maior autonomia dos pescadores e pescadoras artesanais na colônia, visto que, a princípio, a colônia funcionava mais como uma ferramenta de tutela da Marinha para com os pescadores e pescadoras do que como uma ferramenta de luta de direitos para a pesca artesanal.

Depois disso, se tornou possível a busca pelo acesso ao RGP, que, como já mencionado, é uma carteira de identificação e de permissão para prática da pesca. Ela também é uma ferramenta que permite aos sujeitos acessar seus direitos previdenciários, trabalhistas, etc. O registro é uma pauta atual e conflitante no universo pesqueiro, isso porque, desde 2012 novos registros não são emitidos, o que condiciona e restringe o acesso a muitos direitos. Mais recentemente, em meados de 2021, iniciou-se um movimento mais intenso de retomada dos cadastros para a emissão. Os direitos trabalhistas e previdenciários são exemplos disso, com o debate acerca da reforma da previdência proposta pelo governo federal em

efervescência nos últimos anos, essa questão voltou a permear o debate da aposentadoria como pescador. Diferentemente de outras profissões, os pescadores e pescadoras podem ter acesso à aposentadoria aos 60, para os homens, e 55 anos para as mulheres, com 15 anos de serviço e sem a necessidade de contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), visto que estão enquadrados na categoria de segurados especiais. Com a reforma proposta, o principal impacto e ponto conflitante diz respeito ao tempo de serviço. Na nova possível regulamentação a ser imposta, os pescadores e pescadoras não acumulariam mais tempo de serviço se deixassem a pesca para realizar outra atividade, pior que isso, se voltam à pesca, o tempo de serviço zera. Sobre isso:

(...) Se tu tá casada com um pescador, tu tá pescando e ele também, aí ele resolve trabalhar fora, aí ele perde todo direito como pescador se fizer isso, se quiser voltar depois tem que começar do zero... se eu trabalho de carteira assinada como pedreiro e amanhã eu for trabalhar de carteira assinada como carpinteiro quando eu for acessar meus direitos eu vou ter acumulado tempo, no caso do pescador ele perde tudo! Um outro caso bem esdrúxulo é assim, tu pesca e teu marido pesca, no momento que o teu marido deixa de pescar, se o salário dele for maior do que o teu, se tu declarar que tua renda como pescadora é familiar e não individual e foi comparado que teu marido tem uma outra função, tem um outro empreendimento ou renda, tu perde tua qualidade assegurada, são coisas absurdas mas são coisas que estão na lei e é coisa que a gente tem que instigar no grupo dos pescadores, principalmente em cidade pequena que tem aquele vício: “esse ano tem eleição então minha negociação com prefeito e vereador vai ser me arrumar um emprego” aí o fulano vai pra um subemprego de três ou quatro meses pra ganhar menos que um salário né, aí vai pra folha de pagamento da prefeitura que é descontado em INSS, FGTS e tudo mais, né? Aí ele não se desvincula da pesca, continua pescando, continua produzindo, só que quando ele vai tentar ter acesso a algum benefício pra pesca aí tá que ele tava como funcionário público municipal aí perde o direito dele como pescador. (BILL, secretário do CPP NE 2, Conselho Pastoral dos Pescadores).

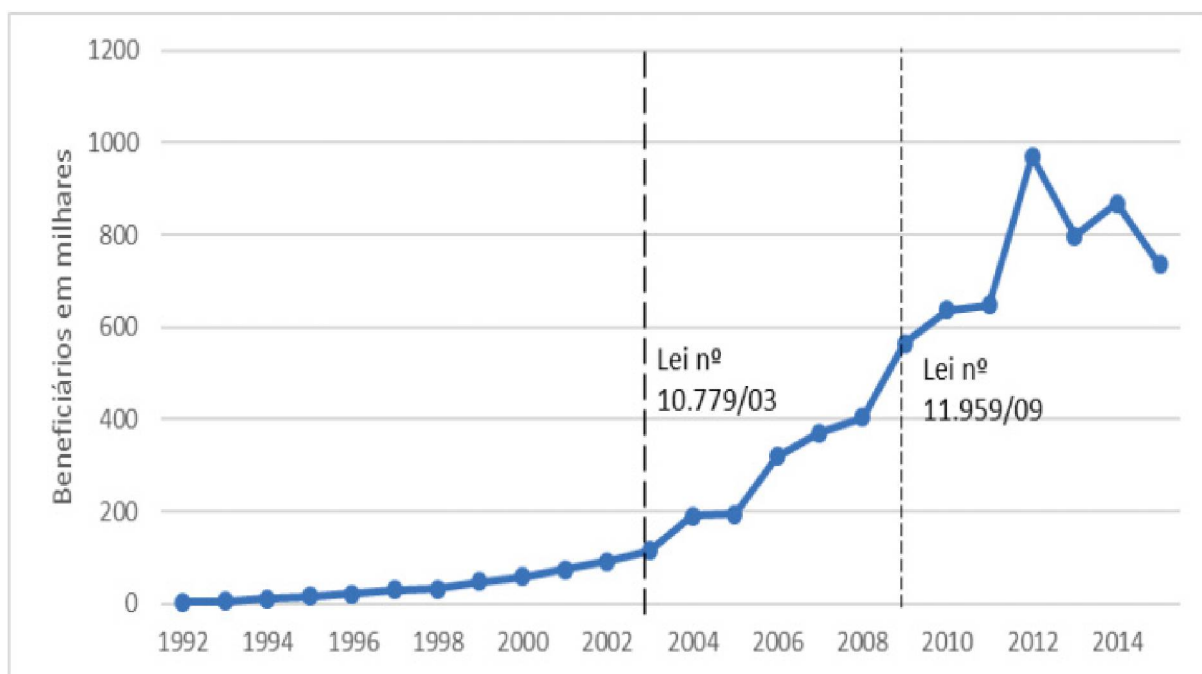
Além da questão da aposentadoria, a fala de Bill também cita a dificuldade de se ter acesso a outros benefícios direcionados à pesca, como é o caso do seguro defeso, que é um auxílio financeiro destinado a pescadores e pescadoras artesanais que pescam determinadas espécies durante uma época específica do ano. O seguro defeso foi instituído no ano de 1991 pela lei nº 8.287 na qual, a princípio, estava inserido na categoria de seguro desemprego:

O SD constitui-se como uma categoria do Seguro-Desemprego – previsto no artigo 7º da Constituição Federal de 1988 – voltada aos pescadores artesanais, sendo garantido enquanto benefício integrante da seguridade social (BRASIL, 1988). A modalidade foi implementada a partir do entendimento de que a condição dos pescadores artesanais nos períodos de defeso se equiparava ao desemprego involuntário, caso em que se

justifica a concessão do benefício. (TORRES; GIANELLA, p.179, 2020)

A lei em questão foi revogada e flexibilizada em 2003 pela lei 10.779⁴¹ o que facilitou o acesso de muitos pescadores e pescadoras artesanais ao benefício. Segundo ela, o IBAMA é o responsável por fixar os períodos de defeso e, com relação aos pescadores e pescadoras, só poderão usufruir do benefício aqueles que não possuem outra fonte de renda além da atividade pesqueira, ainda, aqueles que durante o mesmo ano não acessaram outro benefício da modalidade do seguro-desemprego. A mudança na lei também gerou um significativo aumento nos contemplados pelo seguro-defeso.

FIGURA 18 - FLUXO DE EMISSÕES DE RGP



Fonte: Ministério do Trabalho (apud TORRES; GIANELLA, 2020). Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/14372>

Por outro lado, é possível apontar que a queda pós 2012 pode ser atribuída à pausa, que perdura até hoje, nas emissões do RGP, que é um dos requisitos de acesso ao seguro-defeso. Além disso, segundo Bill, da Pastoral, um problema com relação ao seguro-defeso tem sido a falta uma regulamentação mais clara com relação a essa questão, além do estabelecimento do período de defeso e das espécies:

⁴¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm#art7 Acesso em: 30 jun. 2020.

(...) para o processo de reprodução e de conservação é o único instrumento de gestão de pesca que existe hoje, de ordenamento pesqueiro. Se você pegar a Piracema do Rio São Francisco, as portarias de regulamentação trazem todas um processo de ordenamento da pesca na Bacia do Rio São Francisco, ela não trata a questão apenas do defeso e de receber o seguro defeso, ela trata de todo um processo de como deve ser o comportamento do pescador e das empresas durante todo o ano da pescaria. Ele define tamanho de rede, limite de malha, áreas de pesca, limites de comércio, tem todo um regulamento que deveria ter em todos os outros defesos que existem mas só esse conseguiu evoluir, nem o da lagosta evoluiu pra isso.

Assim como a aposentadoria e o seguro-defeso, outra política associada à pesca artesanal e mais restrita a Pernambuco é o “chapéu de palha”, que também depende do RGP para ter acesso. O “chapéu de palha”, em um primeiro momento, foi uma política direcionada apenas a agricultura, mais recentemente, em 2011, o benefício foi ampliado para a pesca artesanal através da Lei estadual 14.492 de 29/11/11⁴² que institui o “Chapéu de Palha - Pesca Artesanal” com objetivo de:

O Chapéu de Palha - Pesca Artesanal terá como destinatárias as famílias das pescadoras e dos pescadores artesanais e de subsistência, inclusive pescadoras e pescadores de marisco, sem renda em virtude das condições adversas para a pesca durante o período de inverno, residentes nos Municípios discriminados no Anexo Único da presente Lei, que se encontrem em situação de pobreza, conforme definido no Programa Bolsa Família, criado pela Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. (BRASIL, 2011)

As famílias contempladas, além da obrigatoriedade de algum membro possuir RGP ativo há pelo menos um ano, também é necessário que a renda per capita de até R\$ 70,00 (setenta reais) ou entre R\$ 70,01 (setenta reais e um centavo) e R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) desde que algum integrante da família se enquadre nos seguintes grupos: gestantes, nutrízes, crianças até 12 anos ou adolescentes até 15 anos. O valor referente ao benefício é de até R\$ 281,90 (duzentos e oitenta e um reais e noventa centavos) durante quatro meses máximo.

O conflito mais uma vez reside na dificuldade de se acessar o benefício por parte dos pescadores e pescadoras artesanais, principalmente em decorrência da não emissão de novos Registros Gerais da Pesca.

Por outro lado, saindo da dimensão de Pernambuco o maior conflito que esse grupo trava até hoje, sendo inclusive a principal pauta nacional dos movimentos dos pescadores e pescadoras artesanais, é a luta pelo direito e defesa dos territórios pesqueiros através da Campanha Nacional pela sua regulamentação.

⁴² Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=150655> Acesso em: 28 jun. 2020.

A campanha é proveniente da mobilização do MPP a fim de garantir o direito e a soberania das comunidades pesqueiras a seus territórios que, apesar de tradicionalmente ocupados, historicamente sempre foram violados. Para isso, a campanha foi lançada em junho/2012 e teve como via para implementação dessa lei de iniciativa popular um abaixo-assinado com a meta de alcançar 1% do eleitorado nacional, ou seja, aproximadamente 1 milhão de pessoas:

A ideia de construir esse Projeto de Lei é uma iniciativa do Movimento dos Pescadores e Pescadoras e dos seus parceiros. Nós entendemos ser necessário ter uma lei específica que assegure direitos às comunidades tradicionais pesqueiras. Isto se torna necessário em virtude das graves ameaças de destruição do meio ambiente e da nossa cultura. Estas ameaças vêm dos grandes projetos de desenvolvimento econômico que empresas e governos estão realizando ou pretendem desenvolver em nosso país. (Cartilha sobre projeto de lei de iniciativa popular sobre o território pesqueiro, p. 3)⁴³

A carcinicultura, o complexo portuário de Suape, a especulação imobiliária são exemplos que se enquadram nos chamados projetos de desenvolvimento que partem tanto de esferas privadas quanto públicas. Mais recentemente, em 21/11/2019, dia mundial da pesca, o projeto foi entregue na câmara dos deputados durante uma audiência pública com 200 mil assinaturas durante a atividade do grito da pesca, que reuniu mais de 250 pescadores em Brasília.

Nosso sonho sempre foi uma lei de proteção às nossas vidas. Fizemos nossa parte porque sabemos que um sonho que se sonha só é só sonho, mas vai ser uma realidade porque é um sonho de todos e todas. Defender o território é defender a vida [...] realizem nosso sonho, deputados, pois é um sonho conjunto. E com vocês, dando continuidade aos trâmites que precisam ser feitos vamos conseguir. Jogando nossas redes em águas mais profundas, entregamos com agradecimentos as mais de 200 mil assinaturas. Josana Pinto, pescadora, Pará.⁴⁴

No depoimento da pescadora Josana Pinto durante a audiência de entrega das assinaturas ecoa aquilo de mais significativo na campanha do território pesqueiro: a vida. O território é o que marca a vida, o trabalho e a identidade desses sujeitos, por isso, sua garantia é essencial para resistência dessas comunidades.

Além disso, outro fato que chama a atenção é que a campanha, mesmo depois de sete anos desde o seu lançamento, não conseguiu atingir a marca de 1 milhão de assinaturas, por isso, após análise, em fevereiro de 2020 a Comissão de Legislação Participativa apresentou a campanha como um projeto de lei que já

⁴³ Disponível em: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/> Acesso em: 06 junho.2020.

⁴⁴ Ver: <https://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/2019/11/pescadores-e-pescadoras-artesanais.html> Acesso em 06 jun. 2020.

tramita nos três poderes como PL 131/2020⁴⁵. Independente disso, o MPP sempre foi enfático com relação a experiências paralelas e exitosas à campanha do território pesqueiro, visto que os ataques a esse grupo social e aos seus territórios sempre foi uma constância histórica:

Uma coisa deve ficar clara para todos nós: “não podemos esperar pela aprovação do projeto de lei para lutar por nossos territórios pesqueiros”. Temos que intensificar a mobilização para forçar os governos a assegurar a permanência dos pescadores e pescadoras em seus territórios tradicionais. Há muitas experiências vitoriosas de luta pela conquista da terra e devem seguir em frente. (Cartilha sobre projeto de lei de iniciativa popular sobre o território pesqueiro, p. 14)

O posicionamento do MPP se justifica historicamente, os ataques não param, assim como as resistências não podem esperar um projeto de lei. Todo esse cenário macro e histórico, assim como o caso do petróleo, são fundamentais para entender a conjuntura da pesca e a que os pescadores e pescadoras estão submetidos atualmente, bem como para compreender, em certa medida, a configuração do território construído pelos pescadores e pescadoras hoje.

Além disso, os conflitos entre esse grupo contra-hegemônico e outros atores sociais na escala local, em grande parte estiveram e estão acontecendo concomitantemente às questões, como o petróleo que chegou ao Nordeste, sendo extremamente plurais e formando um quebra cabeça que é hoje o território pesqueiro e suas problemáticas.

Nesse sentido, depois de perpassar pelo panorama dos conflitos em Pernambuco, viu-se que alguns conflitos necessitam ser evidenciados, visto que expressam de forma mais clara a construção da relação entre o CPP e as comunidades pesqueiras. Ainda, esses conflitos específicos serão alocados em dois grupos: aqueles que não estão presos a um território em específico e que permeiam por todo o grupo social, e que aqui nomeio como conflitos por direitos, e aqueles que estão mais localizados em um território específico e que de alguma forma incide diretamente sobre este, logo, conflitos territoriais.

Essa divisão é semelhante às linhas de ação do CPP, que se divide em (1) Direitos Sociais e Organização; (2) Renda e Economia Solidária e; (3) Território e Meio Ambiente. No nosso caso, focaremos o texto nos pontos 1 e 2. Independente disso, é preciso ter em mente que a realidade é complexa, ou seja, esses conflitos

⁴⁵ Ver: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236610> Acesso em 06 jun.2020.

aconteceram e acontecem concomitantemente pelos territórios, deixando os pescadores e pescadoras artesanais vulneráveis e sob ataque de diversas frentes, não são conflitos separados. A separação aqui funcionará como capas de análise da realidade.

2.2.1 CONFLITO POR DIREITO: O REGISTRO GERAL DA PESCA

Deixando de lado o panorama mais geral dos conflitos que compõem o território pesqueiro em Pernambuco, é importante pontuar que como um grupo social historicamente marginalizado, a “primeira” luta dos pescadores e pescadoras artesanais foi, antes de tudo, por reconhecimento do “ser pescador”, sair do lugar de invisibilizado/tutelado pelo Estado até então. Por isso, esse subtópico apresentará um conflito que de maneira mais vertical envolve a pesca artesanal, mais especificamente, seus direitos, que é consequência do reconhecimento desse grupo e que perdura de forma evidente, com outras facetas, até os dias de hoje: O Registro Geral da Pesca (RGP).

O RGP é definido nos artigos da Lei 11.959 de 2009 que trata sobre o acesso aos recursos pesqueiros. Sobre ele:

Toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, bem como no Cadastro Técnico Federal - CTF na forma da legislação específica. [...] A inscrição no RGP é condição prévia para a obtenção de concessão, permissão, autorização e licença em matéria relacionada ao exercício da atividade pesqueira. (BRASIL, 2009)

Com isso, entendemos o RGP como documento básico para que o pescador e pescadora possam exercer, em sua plenitude, a atividade da pesca. Em sua plenitude, pois, é a través desse documento que, eventualmente, esses sujeitos têm acesso a direitos e deveres voltados para esse grupo social. Entre os direitos estão: o acesso ao Seguro-defeso, aos direitos previdenciários e trabalhistas e acessos a auxílios específicos como o benefício emergencial do petróleo e da covid-19⁴⁶.

Antes disso, no entanto, é importante contextualizar que, a luta dos pescadores e pescadoras artesanais de Pernambuco se voltou, junto a pastoral dos pescadores, em um primeiro momento, para a garantia dos direitos básicos de cidadania (RAMALHO, 2013). Sobre esse movimento entre o CPP, comunidade e igreja:

⁴⁶ Para entender sobre o impacto da COVID-19 nas comunidades pesqueiras, ver: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7778>

Essas reuniões mostraram a representantes da pastoral pontos importantes a serem trabalhados de imediato, que estavam relacionados à falta de documentação (registro civil, carteira de identidade) [...] No primeiro momento, realizou-se, no final dos anos de 1970, uma intensa campanha para obter documentos - com a colaboração do vigário local -, sendo a população de Itapissuma chamada para colaborar nas missas dos domingos. Assim, a coleta de dinheiro realizada pela paróquia nos finais de semana era empregada na obtenção de RG, CPF, registro civil e outros dos pescadores e pescadoras. [...] A partir desse momento, a pastoral começou a agregar os pescadores e, principalmente, as pescadoras na luta pelo acesso aos seus direitos de cidadãos e cidadãs, esclarecendo-os e organizando-os para serem sujeitos de sua própria história. (RAMALHO, 2013, p.160).

O primeiro passo para existir como pescador, foi dado nesse movimento de existir como cidadão. Com núcleo e origem em Itapissuma, logo essa iniciativa se espalhou por todo estado a partir do CPP.

A partir desse movimento, muitos pescadores e pescadoras artesanais conseguiram, enfim, lutar pelo acesso ao Registro Geral da Pesca (RGP), que foi citado e instituído pela primeira vez em 1967 nas disposições finais do decreto-lei nº 221⁴⁷ (código da pesca) de 28 de fevereiro de 1967 Art. 93, no qual ficaram atribuídos, a princípio, que os registros para pescar seriam de responsabilidade da SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) e assim foram até o ano de 1988. Depois disso, a responsabilidade pelo registro de pescadores e pescadoras passou também pelo IBAMA, pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), pelo SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca) e, mais recentemente, pelo MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura).

Ainda pouco, a lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca, faz-se mais entendível acerca do que se refere ao RPG, principalmente, condicionando o acesso aos recursos pesqueiros ao registro. Nesse sentido e a fim de regulamentar os artigos que compreendem o RGP, é que incide o decreto Nº 8.425 de 31 de março de 2015 que define a categoria de pescador e pescadora profissional artesanal como:

(...) pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a vinte; (BRASIL, 2015)

⁴⁷ Ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-221-28-fevereiro-1967-375913-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08 jun. 2020.

Ou seja, é importante ressaltar sobre esse parágrafo que a coleta do marisco, predominante entre as mulheres, também dá direito ao RGP. Com isso, as mulheres marisqueiras também são pescadoras artesanais e deveriam possuir os mesmos direitos que os homens pescadores. É necessário destacar, isso visto, que por muito tempo o Estado não as reconhecia como tal e, por isso, elas ficavam impedidas de acessar seus direitos até que,

Finalmente, em outubro de 1978, depois de 15 dias de ocupação do prédio da SUDEPE, realizada pelas mulheres, são emitidas pelo órgão, através do Decreto-Lei 81.653, as 12 primeiras carteiras de pescadoras no Brasil, sendo todas para as mulheres de Itapissuma. (RAMALHO, 2013, p. 161).

Junto ao Conselho Pastoral dos Pescadores, as mulheres começaram sua luta por autonomia e reconhecimento, que perdura até hoje. O caso das mulheres é um exemplo constante de conflitos por direitos. Em 13 de novembro de 2019, uma vitória importante para as marisqueiras foi a sanção da lei 13.902 que define como responsabilidade do poder público o apoio ao desenvolvimento desse grupo social, que, pela lei é definido como:

[...] a mulher que realiza artesanalmente essa atividade em manguezais de maneira contínua, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, para sustento próprio ou comercialização de parte da produção. (BRASIL, 2019).

A questão dos direitos reflete também sobre os dados que podem caracterizar a realidade da pesca artesanal no Brasil, visto que desde 2012 não são emitidos mais Registros, apenas um protocolo que, por exemplo, não garante direitos previdenciários, trabalhistas e sociais. Os próprios pescadores reconhecem a importância disso ao apontar que:

Para dirigir é preciso ter a habilitação. Para pescar é preciso ter o RGP. Quando a gente é pego no mar sem essa licença, somos presos, perdemos nossos apetrechos de pesca, perdemos o pescado que já tivermos pescado e, também, não temos acesso a direitos trabalhistas como o seguro defeso, ao seguro reclusão, auxílio acidente, auxílio maternidade e a gente não consegue se aposentar. Jorginho, pescador, Bahia em entrevista ao CPP. (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2019) ⁴⁸

Essa conjuntura de não emissão de registros fez com que durante o ano de 2017 os pescadores e pescadoras artesanais ocupassem as sedes do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), em junho/2017 e do Ministério do planejamento em novembro no mesmo ano reivindicando principalmente a liberação do exercício da pesca para pescadores e pescadoras que já deram entrada no

⁴⁸ Depoimento disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/noticia/pescadores-e-pescadoras-artesanais-denunciam-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-%C3%A0-pgr> Acesso em: 08 jun. 2020.

Registro Geral da Pesca e possuem o protocolo para tal e para o acesso ao seguro-defeso. (ver figura 19)

FIGURA 19 – PESCADPRES OCUPANDO A SEDE DOS MINISTÉRIOS EM 2017



Fonte: Conselho Pastoral dos Pescadores. Disponível em:
<http://www.cppnacional.org.br/noticia/vit%C3%B3ria-na-justi%C3%A7a-permite-aos-pescadores-e-pescadoras-artesanais-acessarem-o-seguro-defeso>.

A vitória parcial veio apenas um ano depois, em julho de 2018 através de uma ação civil pública que permitiu com que pescadores e pescadoras com o protocolo conseguissem acessar o seguro-defeso e outros direitos sociais e trabalhistas. Mais recentemente, esse debate voltou à tona com a problemática do petróleo no qual pescadores e pescadoras foram impedidos de ter acesso aos benefícios emergenciais por não ter RGP.

Mais recentemente, em meados de 2021, essa ação civil pública alcançou mais uma vitória: a Secretaria de Pesca e Aquicultura (SPA) lançou o SISRGP 4.0, plataforma piloto de recadastramento on-line do RGP, em caráter experimental no estado de Pernambuco. Para isso, o governo federal lançou duas portarias (265/2021 e 270/2021) e um decreto (10.736/2021) que tratam sobre a plataforma e o processo que envolve o cadastramento e recadastramento das carteiras de pesca (prazos, documentos necessários, etc)⁴⁹.

Apesar da importante vitória, o CPP, em conjunto com outros movimentos sociais da pesca artesanal, aponta algumas problemáticas do novo sistema que não consideram as características do grupo, sendo a principal delas o fato de o processo ser todo on-line, e, muitos pescadores e pescadoras artesanais não terem acesso,

⁴⁹ Para entender mais sobre o SISRGP 4.0, o CPP lançou uma edição da cartilha “Pescando Direitos” sobre a temática, disponível em:
<http://www.cppnacional.org.br/sites/default/files/publicacoes/Pescando%20Direitos%208%20edi%C3%A7%C3%A3o%20-%20final%202.pdf>

ou, terem acesso limitado a internet e pouca familiaridade com as tecnologias necessárias (celular e computador) para acessar a plataforma.

Nesse sentido, o presente subtópico reforça a importância e a magnitude que a pauta das lutas e resistência pelos direitos, principalmente pelo direito ao RGP, representam para o MPP e para o CPP, assim como para os pescadores e pescadoras que são os principais interessados e beneficiados pelo acesso a esses direitos. No entanto, as problemáticas desses sujeitos e sujeitas não se resumem a isto e é possível perceber um cenário repleto de injustiças ambientais nos territórios pesqueiros. A relação entre CPP e pescadores e pescadoras artesanais se fortalece na luta pela defesa dos comuns porque é a partir dos conflitos que eles começam a estabelecer o diálogo.

2.2.2 CONFLITOS POR TERRITÓRIO: INJUSTIÇAS AMBIENTAIS NO LITORAL DE PERNAMBUCO

Além dos conflitos por direitos, que perpassam a dimensão territorial, mas que incidem também sobre o território, é importante evidenciar também aqueles que estão mais territorializados, como é o caso dos conflitos que trataremos neste subtópico. O debate sobre o conceito de território não é o foco do nosso trabalho, nesse caso o território nos serve para analisar a espacialidade da relação do CPP com as comunidades pesqueiras através dos conflitos. A análise disso é importante porque evidencia as injustiças ambientais que recaem sobre pescadores e pescadoras, bem como reforça a importância dessa articulação através de ações e projeto de lei pela regulamentação do território pesqueiro, que é uma iniciativa que tem como base o diálogo de saberes do MPP junto à CPP e os povos das águas.

Nessa questão dos conflitos no território concreto, é importante destacar o papel das mulheres, que vivem a realidade da comunidade muito mais que os homens, que passam dias em alto mar. Logo, elas são sujeitas muito afetadas pelas injustiças que recaem sobre os territórios, até mais que os homens, isso porque, como veremos mais adiante, as mulheres pescadoras historicamente exercem uma pesca mais próxima da casa e da comunidade (em manguezais e estuários), ou seja, passam mais tempo no território continental que é onde, em primeira instância, os impactos e conflitos ocorrem, podendo ou não evoluir para o território marinho. Mais recentemente, como veremos, essa questão se torna uma importante pauta das mulheres na pesca.

Apesar dos conflitos serem distintos em diversos aspectos, desde atores até as motivações e implicações, há pontos que se entrelaçam nos casos a seguir, especialmente, os de Goiana e os do Cabo de Santo Agostinho, visto que são epicentros de conflitos e áreas de forte atuação do Conselho Pastoral dos pescadores (CPP). É relevante destacar também que os conflitos que serão trazidos para o debate tem como recorte as áreas de atuação do CPP no litoral de Pernambuco, por isso também a relevância desses dois municípios.

Com relação a Suape que, inclusive, consta de forma destacada no relatório de conflitos produzidos pela pastoral dos pescadores⁵⁰, as injustiças ambientais instauradas remetem a conflitos e a uma estrutura histórica de desenvolvimento. A comunidade de Suape não escapa da realidade canavieira que se estabeleceu em parte do Litoral e da Zona da Mata de Pernambuco nos séculos passados, que mais tarde foi novamente alavancado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (ANDRADE, 1979; RAMALHO, 2006; SOLÁ PÉREZ, 2016). Diante desse contexto, é possível apontar que o monocultivo de cana, em seus primórdios, isolou as comunidades pesqueiras dos centros urbanos mais próximos (Cabo de Santo Agostinho e Recife):

A estrutura fundiária da região – cercada por engenhos e outras áreas particulares –, a economia apoiada principalmente na pesca artesanal e o difícil acesso à localidade, de certa maneira, moldaram o ritmo dos contatos entre os próprios suapenses e destes com as áreas mais urbanizadas de Pernambuco. Dessa maneira, o cotidiano das pessoas funcionava de acordo com a citada dinâmica, que impunha demandas e necessidades socioeconômicas não tão subordinadas às influências da sociedade de consumo. Era bastante comum o uso do escambo entre pescadores, trabalhadores de cana e agricultores [...] (RAMALHO, 2006, p. 66).

A atividade da pesca tornou-se a alternativa mais viável de sobrevivência para a comunidade, visto que as terras para cultivo estavam ocupadas pelas usinas de cana-de-açúcar, que junto a essa lógica trouxe também a necessidade de escoar a produção através de um porto (ANDRADE, 1979). Suape, geograficamente sempre foi um local propício para receber instalações portuárias, isso deve-se especialmente ao relevo oceânico local.

Nesse sentido, na década de 1970, começou a ser pensado o Porto de Suape, especialmente durante o governo de Eraldo Gueiros Leite, e como uma alternativa ao porto do Recife. Em novembro de 1978, através da lei estadual de nº

⁵⁰ Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/relatorio-de-conflitos>.

7.763, foi instituída a empresa pública “Suape - complexo industrial-portuário” vinculada ao governo estadual.

Seria errôneo afirmar que não existiam conflitos em Suape que antecedem ao porto, afinal, como já mencionado, a lógica canavieira já causava conflitos na região, porém é inegável afirmar que os conflitos do que hoje é Suape, sem dúvidas, passam pelo Complexo Portuário Industrial de Suape (CIPS). A implantação deste empreendimento atingiu diversas comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, pescadores artesanais) (SOLÁ PERÉZ, 2016), o que, em alguma medida, dimensiona o tamanho do tensionamento local. Nesse sentido, diante da diversidade dos conflitos ocasionados pelo CIPS, torna-se necessário fazer algumas escolhas, por isso, os focos serão conflitos que envolvem as comunidades pesqueiras, em especial os da comunidade de Suape e da ilha de Tatuoca.

Atualmente, o Complexo Portuário Industrial de Suape, localizado entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, ocupa uma área de, aproximadamente, 13,5 mil hectares de terras desapropriadas. São mais de 130 indústrias além da Refinaria Abreu e Lima e Estaleiro Atlântico Sul, concebidos respectivamente nos anos de 2005 e 2008. Entre os marcos mais emblemáticos dessas desapropriações, está o caso da Ilha de Tatuoca, local que começou a sofrer com os despejos brutais a partir de 2009. É importante ressaltar que grande parte das famílias da Ilha sobreviviam da pesca e da agricultura local, no mar, mangues e rios próximos. Segundo Conselho Pastoral dos Pescadores, Suape impactou 48 famílias da ilha. Sobre isso⁵¹:

Em Tatuoca a gente tinha a vida livre, mas depois que chegou a dragagem, chegou construção, essas coisas, aí acabou com tudo. A terra foi roubada nossa, porque pela lei a terra é nossa, faz muitos anos que a gente mora ali, Suape chegou depois da gente, a gente nasceu e criou-se ali e ela veio, comprou e disse que era dela. Saiu a força né, porque quando a gente sai de um lugar sem vontade, a gente sai a força. Pra sair de lá a gente sentiu um bocado de coisa né, porque a gente nascido e criado num lugar daquele, a gente saía ficava despreocupado, o nosso filho saía e ficava despreocupado, mas vim pra um lugar desse aqui [Gaibu] a gente se sente preso. (Severino da Silva Filho, ex morador da Ilha de Tatuoca).

Agora chegou o câncer mundial chamado Suape . Acontece simplesmente assim, ele chega na casa do cidadão, sem ordem judicial muitas vezes, diz ao pessoal: tá aí o baú, bote os móveis dentro que a gente vai realocar

⁵¹ As falas dos moradores e ex moradores da Ilha de Tatuoca foram retiradas do vídeo “Tatuoca, uma ilha roubada”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nlKnu5VNPWU>. Acesso em: 15 de julho. 2020.

vocês... sem primeiro conversar, sem primeiro instruir essa família. (Edivaldo José, ex morador da Ilha de Tatuoca).

Meu avô morreu com 109 anos, já era filho natural do local, quer dizer, Suape chegou por aqui ontem, nós somos nativo, nós não somos invasor. (Edson Antonio, ex morador da ilha de Tatuoca e presidente da associação dos moradores).

Não tem nenhum lugar que nem a ilha não. O sossego acabou, o paraíso acabou. (Ivanilda Maria, ex moradora da Ilha de Tatuoca).

As falas acima, de antigos moradores da ilha, em certa medida desvelam o primeiro e mais genuíno impacto sentido pelos nativos com a chegada de Suape à ilha. Além dos despejos realizados, muitos dos que ficaram relatam a dificuldade de resistir e residir na ilha hoje em decorrência, principalmente, da devastação ambiental local, da fauna e flora, da marítima e continental, e da ausência de água. Situação na qual foram submetidos como consequência dos impactos das obras no local.

De ontem pra hoje eu não peguei peixe nem pra comer, tá se acabando, a gente não tem mais como sobreviver aqui, mas aqui era bom de se morar. [...] Aqui nunca faltou água, as cacimbas eram tudo cheias, era de inverno a verão, e depois dessas dragagens, nas primeiras dragagens, já começou as cacimbas secar. A cacimba que tem água é salgada, pode reparar que a água que tem aqui é salgada, é só pra tomar banho e lavar prato. José Antonio da Silva, morador da Ilha de Tatuoca.

A gente tinha que ir buscar de barco, uma dificuldade... a gente tinha que ir de noite pra buscar ali no hotel porque de manhã não podia, de tarde também não podia. Mas eles já fizeram isso pra gente sair, já botaram um monte de pressão pra gente sair. Eu ficava agoniada porque uma vez meu filho passou um dia sem tomar banho, aí eu disse: oxe, vou sair, vou embora... uma vez eu chorei porque não tinha água. Fernanda Silva, ex moradora da Ilha de Tatuoca.

A fala de Fernanda sinaliza parte das dificuldades de resistir na comunidade, o que obrigou muitos a deixar o local. Sobre isso, com relação aos que foram, fica evidente nos depoimentos o teor de sofrimento e de saudade do cotidiano na ilha.

Saí de lá porque a pesca não tá dando mais pra sobreviver, e as fruteiras, a maior parte da área de frutas, os empreendimentos devoraram né, que era mangaba, cajueiro, manga... quer dizer, nem dá pra viver hoje das frutas, nem dá pra viver da pesca. (Edson Antonio, ex morador da Ilha de Tatuoca e presidente da associação dos moradores).

A gente vivia de frutos, principalmente de mangaba, manga. A gente vivia de pesca, meu pai vivia pescando, meu pai é pescador. O que a gente vivia, hoje em dia só posso dizer uma coisa, a gente não vive e não vai viver isso em lugar nenhum não. (Henrique da Silva, ex morador da Ilha de Tatuoca).

Oiá, eu criei esses filhos todinhos tirando mangaba e levando pra casa, mangaba, aratu, pegando siri, que era demais, marisco, sururu, isso aí eu tirava tudinho e ia pra rua vender. E lá fora o que é que a gente vai ter? nada! tudo comprado, tudo é no dinheiro. (Ilda Francisca, moradora da Ilha de Tatuoca).

Meu pai pescava, ele [marido] quando tava desempregado pescava, eu pescava, todo mundo pescava. Hoje mesmo eu tenho de ir pra rua comprar caranguejo, marisquinho e antes a gente tinha tudo isso e não precisava de ir comprar né. (Alessandra Ferreira, ex moradora da Ilha de Tatuoca).

Muitas vezes aqui a gente dormindo e ela [esposa] chorando.. tá chorando porque? Saudades de Tatuoca... é uma coisa que veio mas não vai voltar mais não, Tatuoca ficou no passado. (Luciano Ferreira, ex morador da Ilha de Tatuoca).

Para eles, segundo o depoimento, a vida e sua dinâmica eram baseadas e aconteciam naquele território, onde tinham acesso à alimentação, moradia, lazer e trabalho. Os despejos modificaram seus modos de vida e, conseqüentemente, suas identidades. Além disso, outra questão que permeia é a dita por Ilda, com relação ao financeiro. Os moradores da Ilha receberam uma quantia irrisória por suas casas e um auxílio mensal de R\$500 reais, enquanto o conjunto habitacional ‘Nova Tatuoca’ estava sendo construído na periferia de Suape, sobre ele, os moradores relatam que:

Essa obra eu acho boa porque o pessoal vai ter uma casa pra morar, mas por outro lado eu tô achando ruim porque tão fazendo as coisas de má qualidade e não tão deixando que nós possa fiscalizar isso, até porque eles estão fazendo a obra do jeito deles e vão empurrar essa obra guela abaixo no povo. Edson Antonio, ex morador da Ilha de Tatuoca e presidente da associação dos moradores.

Suape prometeu de dar outra casa, que é a construção que tá ali em Suape, mas pra quem tem uma família grande a casa não cabe uma família grande porque os cômodos são muito pequeno. Elivete Maria, ex moradora da Ilha de Tatuoca.

Rapaz, isso aí é só uma mídia pra iludir as pessoas, mas não tem nada de Nova Tatuoca não, ali é só pra iludir aquele pessoal mais leigo. Luciano Ferreira, ex morador da Ilha de Tatuoca.

As referências a “Nova Tatuoca” são as piores possíveis, como apontam as falas desde a qualidade da obra a como vem sendo feita, sem a consulta popular dos moradores e com uma arquitetura que não suporta as famílias em questão. Nesse sentido, o depoimento de Luciano é significativo ao dizer que a “Nova Tatuoca” não se assemelha à antiga em nenhum aspecto.

Não distante dali, a praia de Suape também foi duramente impactada pelos projetos de desenvolvimento na região. Os pescadores artesanais embarcados da praia de Suape sofrem tanto na dimensão continental como na dimensão marítima.

No âmbito continental, em um primeiro momento, é impossível ignorar que a chegada de um empreendimento desse porte atrai muitas pessoas para o local, logo, a comunidade de Suape sofreu bastante com o aumento populacional e o aumento da violência na região,

Rapaz... mudou um bocado, viu? Mudou muito. Rapaz, violência... o porto ajudou, muita gente estranha chegou aqui, foi vindo muita gente pra cá [...] Aqui primeiro era uma tranquilidade antes disso, antes de vir essa refinaria e essas coisas, aqui era uma tranquilidade, mas agora ninguém pode nem dormir no lado de fora, de primeira a gente botava uma rede e dormia tranquilo, agora você não pode fazer isso mais. (Ramon, 41 anos. Mestre de pesca).

Com isso também a noção de família e familiaridade que predominava em Suape, uma calma vila de pescadores, foi rompida:

Olhe, aqui era uma família, né? A praia era uma família. Eu morava aqui no terminal onde meu irmão mora e o restante dos moradores morava tudo na beira mar e se a gente via algum rosto diferente era no fim de semana quando vinha alguém. Na praia tinha a casa de Seu Neneu, a família e seu Neneu e Demario, tinha seu Mariano... (Edinaldo, 46 anos. Mestre de pesca da comunidade).

Além disso, e agora mais voltado à própria pesca artesanal, os principais impactos no continente dizem respeito ao reordenamento territorial e à perda de território pesqueiro para os empreendimentos do Complexo Portuário Industrial de Suape e resorts na região. A chegada desses empreendimentos afastou o pescador artesanal do seu local de origem: a praia (ver imagem abaixo)

FIGURA 20 - LOCALIZAÇÃO DA ANTIGA VILA DOS PESCADORES EM SUAPE



Fonte: Google Earth. Elaboração: Joanna Amarante (2020).

A vila de pescadores, que ficava na beira-mar foi empurrada e espalhada para a periferia:

Teve mudança depois da existência do hotel, esse pessoal que morava lá na beira do mar vinheram pra essa vila aqui, alguns né? Era casa pequena, de pescadores... (Flávio, 49 anos. Mestre de pesca).

Tinha mais nativo aqui antes nessa beira de praia, essa área aí, desse hotel aí, era onde ficava a casa das pessoas... aí o hotel teve que afastar pra cá, mas muita gente foi morar mais pra trás, aqui pra trás... pescador? Tem poucos aqui pela frente, a maioria tá mais distante daqui da costa. Tinha mais pescador aqui próximo, tinha mais pescador... agora tá mais afastado, tá mais pra fora, né? Mais pra trás... (Ramon, 41 anos. Mestre de pesca).

Outro ponto que coloca em evidência a expulsão dos pescadores e pescadoras artesanais da praia é a ausência de caixaras⁵², territórios tradicionais de sociabilidade dos pescadores antes da pescaria. A ausência das caixaras dificulta o trabalho do pescador, visto que sem elas os pescadores têm de levar os materiais para suas casas, que são ainda mais longe da praia e deslocá-los sempre nos

⁵² Em Pernambuco, as caixaras são pequenas construções de taipa e palhas de coqueiro - telhas de barro ou de amianto - feitas à beira-mar das praias, em rios e/ou estuários, servindo de esteio para os pescadores guardarem ou repararem seus instrumentos de trabalho (embarcações, remos, redes e demais armadilhas, etc.), sendo ponto de encontro, repasse de informações troca de experiências, bate-papo, jogo de dominó, acerto para compra e venda de pescados e de equipamentos de pescaria. Sem dúvida, a caixara constitui-se em lugar de ricas interações sociais da pesca artesanal, momentos de confluências de vários processos e elementos pertencentes à cultura pesqueira artesanal, ao ofício da pescaria. (RAMALHO, 2017, p. 170)

momentos da pescaria. Além disso, retira uma territorialidade local que fazia parte da rotina dos pescadores, o que afasta o grupo.

FIGURA 21 - ÚNICA CAIÇARA EXISTENTE NA COMUNIDADE DE SUAPE AUTORIZADA PELO COMPLEXO PORTUÁRIO INDUSTRIAL



Fonte: Joanna Amarante (2017).

A figura 21 escancara o estado perigoso e deplorável em que se encontra a única caiçara local. Hoje, os pescadores artesanais embarcados já não utilizam mais o espaço e ele serve apenas para algumas marisqueiras locais.

Por outro lado, os impactos desses empreendimentos não se restringem apenas ao continente, pelo contrário, é ainda mais evidente no território pesqueiro marinho. Segundo os próprios pescadores locais, houve várias dragagens e explosões de corais para a implantação do complexo e criação de um trajeto para os navios cargueiros passarem. Sobre as mudanças ocasionadas pelo empreendimento no mar:

Teve e muita [mudança]... Pedras que aterraram, pedras que destruíram... destruiu pedra de 300m de comprimento, detonaram as pedras... botaram bomba e passaram a draga nos pontos aí e jogaram também lama né, daqui do manguezal [...] Aí alguns peixes se afastou né? (Ramón, 41 anos. Mestre de pesca).

Como exposto no relato, todas essas mudanças estruturais afastaram uma diversidade de peixes que existia no local. Além disso, o manguezal, um dos ecossistemas que compõem o território pesqueiro, também foi impactado pelo

Complexo Portuário Industrial e atinge diretamente, além dos pescadores do mangue, os embarcados no mar de Suape, nesse sentido:

Eu conheço a área toda, vou dizer pra você como é que é, porque ali era o berçário do peixe, era o berçário do peixe era li, na área do estaleiro, aqui numa área que tem aqui que foi tudo aterrada, foi tudo acabado, você tá vendo assim, mas você chegou hoje, mas isso não era assim, isso era mangue. [...] Aí além disso também, teve umas paredes de pedra que eles explodiram, muita coisa, destruiu muito. (Tiago, 36 anos. Mestre de pesca).

Mudou bastante coisa, porque pra aqui pra Suape cortou o manguezal e não despeja mais na bacia de Suape [Rio Ipojuca] [...] Era uma criação, quando aqui não tinha nada a gente ia lá no rio Ipojuca e tinha mais peixes [...] Antes do Porto despejava mais aqui, aí era tainha, carapeba, era canguru, pereroba... Tudo bem que o Rio Massagana tem criação, mas não tinha como o Rio Ipojuca. Se juntava os dois e aumentava a qualidade de muitos peixes. (Ricardo, 55 anos. Proeiro).

Todos esses impactos nos ecossistemas locais e que incidem diretamente sob a pesca artesanal na região impediram que muitos pescadores e pescadoras continuassem praticando a atividade no local, afinal, o quantitativo de peixes reduziu drasticamente com as mudanças ocasionadas pelos empreendimentos. Diante disso, fica evidente o pessimismo acerca do futuro da pesca na comunidade:

Eu mesmo tenho uma menina, eu mesmo só vou ensinar a ela o básico, que é pra não morrer afogada, né? Nadar e mostra a ela como é o mar lá fora, mas pra incentivar mesmo a pescar, não! Não dá não, tem futuro não. (Ramón, 41 anos, Mestre de pesca).

O que a gente tem que dar pros filhos da gente é o estudo. Eu posso me matar aí, me embolar na lama, me fazer o que for, mas eu não quero meus filhos em pescaria assim. (Tiago, 36 anos. Mestre de pesca).

Os depoimentos dos pescadores artesanais de Suape revelam, em certa medida, uma quebra na tradicionalidade pesqueira de se passar o ofício de pai para filho e filha em decorrência dos impactos causados pelo Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).

Com relação aos conflitos em Carne de Vaca, outro epicentro onde atua a pastoral dos pescadores, a comunidade está localizada a 70 km da capital, Recife, no município de Goiana, litoral norte de Pernambuco. Na comunidade em questão os conflitos se desdobram em duas frentes principais: com as usinas de cana-de açúcar e com a carcinicultura. Entretanto, antes de adentrar nesses conflitos, é fundamental contextualizar o município de Goiana para além de Carne de Vaca e pontuar a existência de outros conflitos que se fazem presentes na região, principalmente a partir de uma proposta de “desenvolvimento” regional que culminou na chegada de dois grandes empreendimentos nas duas últimas décadas e que transformaram

Goiana em um Polo Farmacoquímico e automobilístico com as chegadas, principal e respectivamente, da Hemobrás e da Fiat. Esses empreendimentos estão imersos indiretamente no território pesqueiro local e suas chegadas impactaram e impactam a dinâmica e os ecossistemas locais.

Com isso, é importante fazer menção que o conflito com as usinas é histórico na região e aproxima também as realidades de Suape e Carne de Vaca. No fim, há um claro entrave por território e, no caso de Goiana, também por bens comuns, como a água.

Segundo Lyra, Bezerra e Albuquerque (2015), cerca de 35% dos domicílios não estão ligadas a rede de distribuição de água e os 65% que estão a recebem de forma bastante irregular, caso que não se repete nas usinas de cana-de-açúcar, produção que necessita de alto índice de disponibilidade de água. Nesse sentido, o conflito por território fica evidente no contraste da paisagem entre o rio Goiana, território pesqueiro, e o território da usina (ver figura 22).

FIGURA 22 - MONOCULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA BEIRA DO RIO GOIANA



Fonte: Silva (2017, p. 101).

A proximidade entre os territórios da usina com o rio faz com que o rio sofra as consequências de uma produção que se utiliza de agrotóxicos e queimadas, por exemplo. Mais recentemente, com o processo de instauração da RESEX Acaú-Goiana, essa proximidade voltou a ser pauta de conflitos entre usineiros e pescadores artesanais através de conflitos territoriais.

Outro conflito histórico e que voltou a pauta de debate na comunidade no contexto de implantação da Reserva Extrativista foi a carcinicultura. É importante pontuar que antes mesmo do petróleo, o primeiro grande conflito de dimensões regionais no Nordeste foi a carcinicultura a partir da década de 1970 com o “projeto camarão”⁵³ no Rio Grande do Norte. Dessa forma, iniciou-se a expansão da carcinicultura na região, sendo mais um projeto político alavancado pelo Estado e parte de um projeto de desenvolvimento para essas comunidades (Silva, 2017).

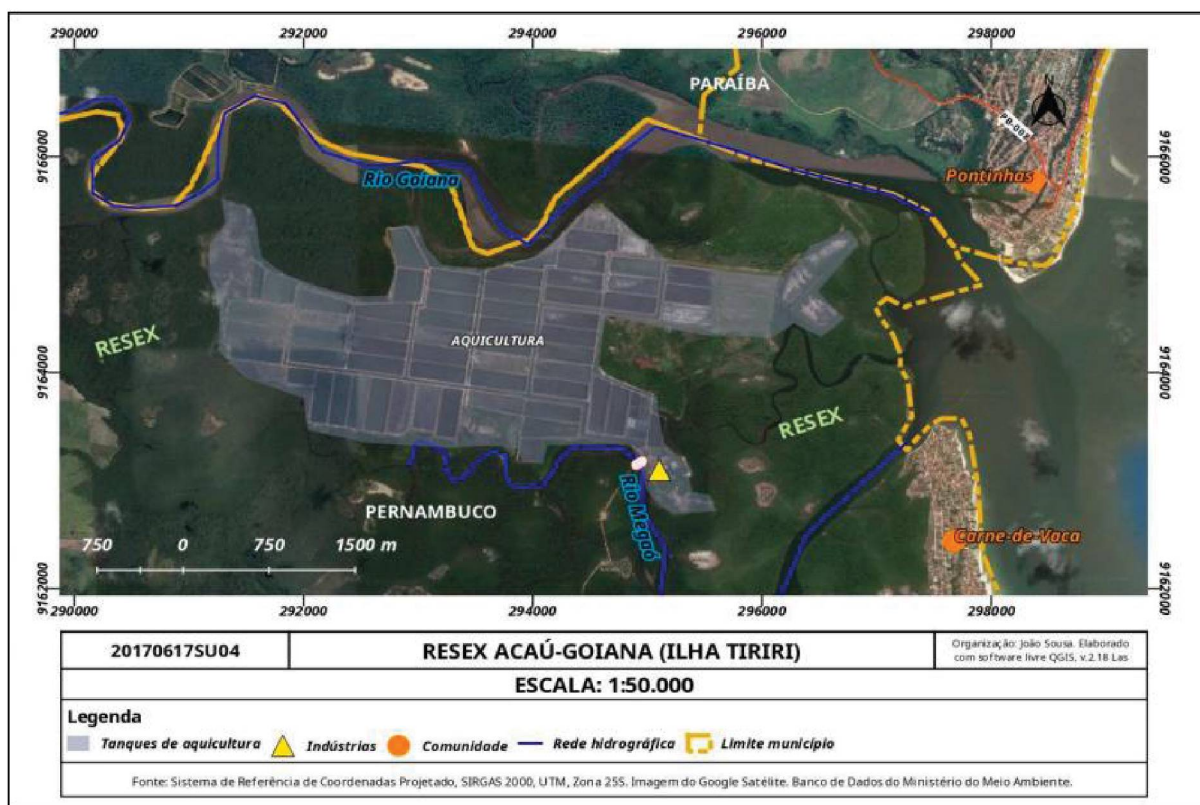
Esse tipo de empreendimento, como já mencionado antes, é extremamente danoso ao meio e se apropria de territórios tradicionalmente ocupados pelas populações de pescadores e pescadoras artesanais, em Goiana esse contexto não foi diferente,

É importante ressaltar nesse sentido, a implantação de uma grande área de carcinicultura na porção de terra chamada ilha Tiriri, que fica entre os rios Goiana e Megaó e hoje consequentemente se localiza no centro da RESEX Acaú-Goiana. Este empreendimento pertence a empresa Atlantis e atualmente, após ter passado um tempo desativado, se encontra novamente com produção ativa. Outra empresa de carcinicultura que explorava e ainda explora essa área, especificamente no Canal de Santa Cruz, é a Netuno. (SILVA, 2017, p. 62)

O trecho acima evidencia Goiana como um polo carcinicultor do estado que se manteve, inclusive, depois da implantação da RESEX, o que gerou um conflito de interesses até hoje. Esse contraste entre RESEX e fazendas de camarão é gritante (ver mapa 4).

MAPA 4 – FAZENDAS DE CAMARÃO DENTRO DA RESEX ACAÚ-GOIANA

⁵³ Ver: <https://abccam.com.br/2011/02/historia-da-carcinicultura-no-brasil/>. Acesso em: 04 maio. 2020.



Fonte: Suana Medeiros Silva (2017). Elaborado por João Ricardo J. de Sousa.

Sobre essa apropriação do território pesqueiro Silva afirma:

A aquicultura industrial se traduz no Brasil como um modelo de privatização da água, que é um bem natural de uso comum. O que faz as comunidades de pesca artesanal perceberem tal projeto como um efetivo cercamento das águas. Muitos espaços aquáticos foram cercados por empresas após terem seus “lotes” concedidos pelo Estado. (2017, p. 174)

Nesse sentido, pode-se colocar que Suape e Carne de Vaca tiveram seus territórios pesqueiros cercados por essa ideia de desenvolvimento que deslegitima outras forma de ser, de saber e de viver e que os coloca ainda mais suscetíveis a injustiças ambientais como as que ocorreram e ocorrem até hoje como consequência dessas disputas.

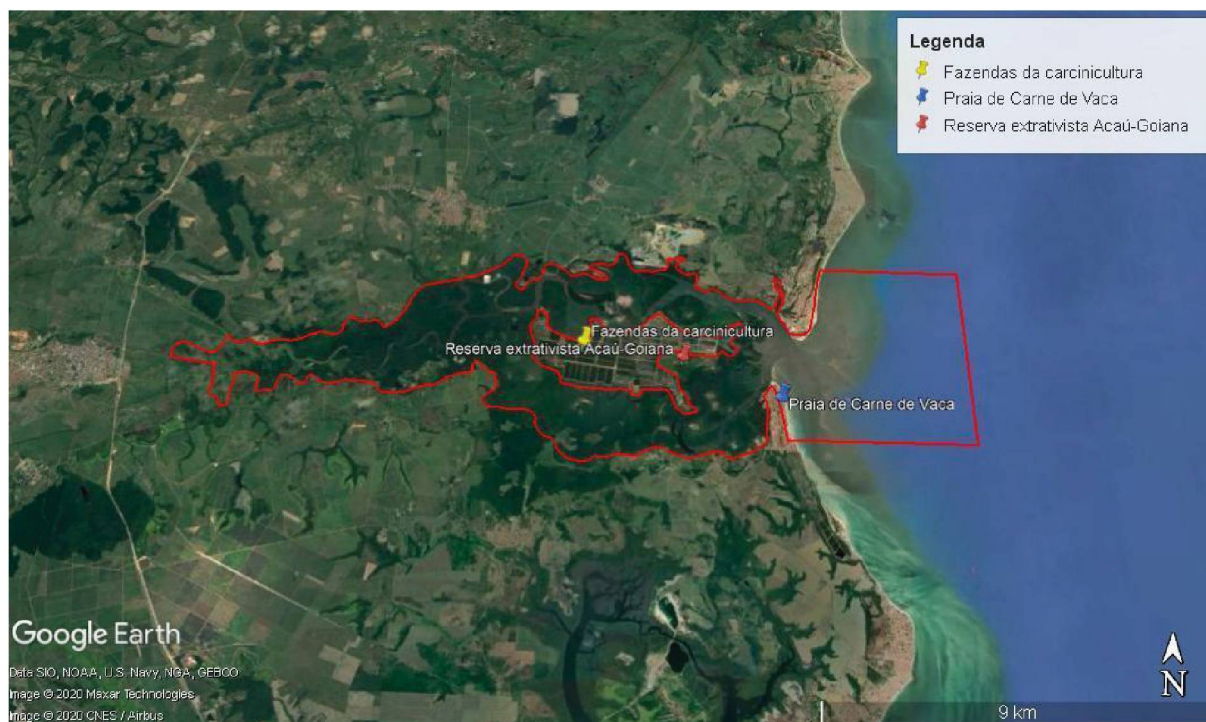
Por outro lado, os territórios de disputa se tornam também territórios de resistência, o palco das injustiças é também o palco de lutas e de anúncios de diferentes mundos já entre nós. Por isso, um dos elos entre Suape e Gaibu, além de serem epicentros históricos de conflitos e injustiças socioambientais associados à pesca artesanal em Pernambuco, é o fato de serem também exemplos de movimentos de resistência local, sendo esse um dos motivos que me levaram a me debruçar mais sobre esses dois exemplos.

A Reserva extrativista marinha de Acaú-Goiana é, sem dúvidas, um dos grandes mártires da resistência das comunidades pesqueiras em Pernambuco. O processo de criação e regulamentação da presente RESEX começou a ser pensado, já nos anos 1998, devido às injustiças ambientais originadas pelo entorno (usinas de cana-de-açúcar, aquiculturas, pólo farmacoquímico). O conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) teve um papel central e fundamental no estabelecimento da Unidade de Conservação em Goiana, visto que não havia nenhum interesse por parte dos governos em transformar a área em uma reserva (SILVA, 2014).

Em meados dos anos 2000, com a primeira proposta sem avanços, o Conselho Pastoral dos Pescadores junto à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e IBAMA, lançaram a segunda proposta de um Reserva Extrativista Biestadual (Pernambuco-Paraíba), que mais tarde resultaria no que hoje é a RESEX Acaú-Goiana. Os pescadores e pescadoras artesanais, bem como os demais moradores dos locais fizeram-se ativos e presentes durante todos os processos.

A Reserva Extrativista Acaú-Goiana possui uma área de 6.676,69 hectares (ver mapa 4) e teve sua criação decretada legalmente em 26 de setembro de 2007, apesar disso, ainda não possui um plano de manejo (documento técnico que regulamenta os objetivos e os usos da área) que deveria ser entregue até setembro/2012 segundo o SNUC, o que é um ponto conflituoso e nublado nas relações entre os atores que compõem a RESEX, visto que o que tem regulamentado as ações de manejo e objetivos de preservação da área é o acordo de gestão.

MAPA 5 – ÁREA DA RESERVA EXTRATIVISTA ACAÚ-GOIANA



Fonte: Joanna Amarante (2020).

A RESEX é significativa e recebe tanto entraves privados como públicos, visto que sua principal condição é oferecer autonomia às comunidades tradicionais sobre os seus territórios por intermédio dos conselhos deliberativos que permitem, aos pescadores e pescadoras artesanais, terem a maioria dos votos durante as tomadas de decisão. A RESEX é símbolo de resistência frente às, cada vez mais amplas, formas de injustiças ambientais que atingem os territórios tradicionais pesqueiros.

A fim de concluir essa etapa, pode-se perceber, através dos conflitos, que as injustiças ambientais que perpassam as comunidades pesqueiras são oriundas de diversas e distintas causas, assim como, se entrelaçam por, além de impactarem comunidades pesqueiras, terem o acompanhamento e a mediação direta do CPP na defesa dos comuns.

É importante destacar, para nossa análise, como os conflitos trabalhados aqui ajudam a estruturar o diálogo do CPP com as comunidades pesqueiras, isso porque, a fim de alcançar a justiça ambiental, esses sujeitos e sujeitas se envolvem a partir do diálogo de saberes para criarem estratégias para seguir lutando frente a esses conflitos.

Por outro lado, esses conflitos também escancaram uma proposital ausência de diálogo, visibilização e respeito da tradicionalidade e do território do poder público

e privado com pescadores e pescadoras artesanais até para implantação de uma unidade de conservação, como é o caso da APA dos Corais, onde mesmo que ouvidos, as comunidades pesqueiras foram invisibilizadas no projeto. Os conflitos vistos até aqui apontam para um único caminho de desenvolvimento possível onde as comunidades pesqueiras não tem vez e voz, onde esses sujeitos e sujeitas são pré determinados como invisíveis por essa ideia de progresso.

Diante disso, a partir de agora, este trabalho vai trazer como foco a colonialidade, que sustenta o modelo de desenvolvimento que dá base a esse conflitos apresentados até aqui e que está também entrelaçado na história e nas pautas de luta atual do CPP. Através da colonialidade buscaremos apontar caminhos para ecologias que vão além da justiça ambiental. Por fim, vamos analisar a relação CPP-pescadores e pescadoras que trabalhamos ao longo do texto e ainda trabalharemos sob a perspectiva da colonialidade, das r-existências e das epistemologias do Sul.

3. DA COLONIALIDADE ÀS EPISTEMOLOGIAS DO SUL: ESTRATÉGIAS PARA R-EXISTIR NO LITORAL DE PERNAMBUCO

No primeiro capítulo estabelecemos um diálogo com o CPP, instituição cinquentenária, a partir de uma perspectiva histórica e geográfica, apresentando as bases de sua formação (teologia da libertação e espiritualidade), atuação e relação com pescadores e pescadoras artesanais através da defesa dos comuns e da justiça ambiental.

Após isso, no segundo capítulo, direcionamos nossas energias em destacar e analisar os conflitos que atravessam as comunidades pesqueiras do litoral Norte e Sul de Pernambuco, área de atuação e mediação do CPP, para entender como, a partir da realidade, vem acontecendo a luta por justiça ambiental nas comunidades pesqueiras e a disputa pelos comuns a partir de uma diversidade de atores e conflitos presentes no território pesqueiro em questão.

Agora, no terceiro e último capítulo, vamos fazer uma reflexão acerca da colonialidade no contexto dos pescadores e pescadoras artesanais a partir das ideias de raça, desenvolvimento e saberes, bem como vamos refletir sobre as estratégias de r-existência utilizadas pelas comunidades pesqueiras junto ao CPP contra a colonialidade, bem como a importância da identidade nesse processo. Como vimos no primeiro capítulo, a questão da colonialidade vem sendo debatida pelo CPP no diálogo com os pescadores e pescadoras artesanais e entendida como uma barreira à justiça ambiental.

Além disso, vamos analisar as Epistemologias de Sul, apontadas por Boaventura de Sousa Santos como alternativas contra coloniais que buscam uma valorização do presente através de sua expansão e da redução das possibilidades “infinitas” para o futuro e, a partir disso, pensar o caminho que se aponta como possível para a pesca artesanal em Pernambuco, com base em nossa pesquisa.

Para refletir sobre a colonialidade, utilizaremos autores como Quijano, Barcelos, Lander e Mignolo. A partir da perspectiva de raça, desenvolvimento e saberes. Além deles, na análise sobre r-existências incluiremos Solá Pérez e posteriormente Haesbaert e Cruz para debater as identidades. Souza Santos vai encaminhar a análise final através do diálogo de saberes e das epistemologias do Sul com as ausências e emergências sendo traduzidas para o contexto das comunidades pesqueiras.

3.1 A COLONIALIDADE NO CONTEXTO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DO LITORAL DE PERNAMBUCO

Nesse primeiro tópico vamos aprofundar no debate sobre a colonialidade a partir de três pilares que, além de serem importantes para entender a questão proposta, conectam-se de forma direta com a realidade dos pescadores e pescadoras artesanais de Pernambuco na medida em que ajudam a entender o que está por trás dos conflitos que atravessam seu território. São eles: a raça, o desenvolvimento e os saberes. Para ligar a colonialidade com o contexto da pesca artesanal, vamos ilustrar o debate com casos já vistos no capítulo anterior, porém, ampliando a reflexão para além dos atores e evidenciando as relações assimétricas de poder por trás dos conflitos.

Diante disso, grande parte desses conflitos, tem como matriz estruturante a colonialidade, que, apesar de ter origem no estabelecimento dos europeus nas colônias das Américas, ultrapassa a época do colonialismo no século XVI, que foi um processo econômico e político. Segundo Quijano (2005), a colonialidade é algo mais duradouro e estável que o colonialismo. Ela segue se expandindo e sendo base de nossa formação como sociedade moderna. Sobre ela,

Longe de ser algo irrelevante, a colonialidade é um resíduo irreduzível de nossa formação social e está arraigada em nossa sociedade. Manifestando-se das mais variadas maneiras em nossas instituições políticas e acadêmicas, nas relações de dominação/opressão, em nossas práticas de sociabilidades autoritárias, em nossa memória, linguagem, imaginário social [...] (CRUZ, 2017, p. 15)

Dessa forma, essa estrutura que teve início a partir do colonialismo, possui características que nos permitem, especialmente com relação aos pescadores e pescadoras artesanais, entender

[...] a dominação, a exploração, a invisibilização e o silenciamento de diferentes povos e culturas, principalmente no que veio a ser denominado e atualmente reconhecido por América Latina (espaço), está associado e/ou tem suas origens na experiência da dominação colonial (tempo). O colonialismo foi uma das mais efetivas estratégias de negação e subalternização do “Outro” e de negação da diferença, e que hoje se faz presente e permeia o atual padrão de poder hegemônico mundial: o capitalismo. (BARBOSA, 2014, p. 26)

Apesar de não falar diretamente sobre pescadores e pescadoras artesanais, as bases da colonialidade contribuem para a manutenção de um status de subalternos dessas populações. O primeiro ponto sobre a colonialidade é que ela surge da ideia e configuração de raça,

[...] uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. (QUIJANO, 2005, p. 107)

A raça passou a determinar um novo padrão de poder que legitimou a relação dominadores-dominados

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. [...] (QUIJANO, 2005, p. 108-109)

Nesse sentido, mesmo com o fim do colonialismo europeu, a raça seguiu hierarquizando internamente as antigas colônias. Essa invenção do outro (CASTRO-GÓMEZ, 2005) marca o estabelecimento de hierarquias onde Europa simboliza o que há de moderno e civilizado, enquanto “os outros” são primitivos e atrasados,

A América é o lugar do outro, do diferente; do povo indisciplinado, do povo com cor, com hábitos selvagens e inferiores. A raça é o dispositivo de poder desta diferença, é o que classifica/diferencia um do outro. Os índios, os negros, os mestiços, mais tarde o camponês, o trabalhador, o homossexual, os povos tradicionais, os atingidos por barragem foram/são/serão as identidades sociais formadas (em formação) por esta ideia-força, por esta di-visão. (BARCELOS, 2017, p. 263)

Essa premissa da raça é fundamental para entender como algumas hierarquias se constituíram. A pesca é uma prática originária dos povos no Brasil e, com a ideia de raça, tudo que era originalmente nosso teve sua importância reduzida ou suprimida. No caso pescadores e pescadoras artesanais, além da questão de raça, é preciso tocar no que diz respeito à identidade para compreender como esses sujeitos e sujeitas foram postos como invisíveis, ausentes. Por isso, para entender o contexto atual dos pescadores e pescadoras, é importante analisar as relações de poder identitário que passaram a ser estabelecidas no Brasil a partir do dito por Quijano.

O trabalho, território e vivências das e nas comunidades pesqueiras sempre foi o que alimentou a mesa dos brasileiros e brasileiras. A pesca artesanal é responsável por isso, mas pouco é falado da sua importância, visto que esses sujeitos e sujeitas foram postos como invisíveis.

Na história da pesca artesanal em Pernambuco, podemos perceber a presença dessa ideia de hierarquização identitária já na formação das colônias de pescadores que, a princípio, foram instrumentos de tutela e manipulação das comunidades pesqueiras. A Marinha se impôs como superior e não permitiu o desenvolvimento de autonomia por parte desse grupo social. Além disso, esses sujeitos e sujeitas eram invisíveis, inclusive perante a lei, visto que muitos não possuíam sequer certidão de nascimento ou registro geral (RG). Foi isso, inclusive, que motivou as primeiras ações do CPP.

Essa situação, ajuda a fortalecer a ideia de que as comunidades pesqueiras estão desaparecendo, quando na verdade, o que acontece é a manutenção desse lugar de ausência.

Outra importante ferramenta para análise é uma suposta linearidade no desenvolvimento que culmina na sociedade europeia, logo, o ápice de uma sociedade desenvolvida e não primitiva seria a Europa. Tudo que não é europeu passa a ser ultrapassado e precisa de intervenção para ser modernizado rumo a uma falsa homogeneização civilizatória. A noção de moderno e desenvolvido passa a ser fundamental.

Essa falácia sustenta e estrutura a sociedade até hoje, Barcelos (2017, p. 264) corrobora com isso na medida em que afirma: “estamos mergulhados até o pescoço em continuidades, prolongamentos, espectros da colonialidade que ainda persistem e se propagam em nossa formação social”. Um traço marcante disso é a subalternização de povos originários e populações tradicionais que possuem outra relação com a vida e com seus territórios.

No caso dos pescadores e pescadoras artesanais, essa análise sobre o desenvolvimento deve acontecer da seguinte maneira: as comunidades pesqueiras tradicionais são vistas como primitivas e atrasadas, pois utilizam-se de conhecimentos tradicionais que são passados de forma geracional, pouca tecnologia e funcionam em uma lógica não-produtiva que prioriza o respeito pelos ciclos da natureza. Logo, eles são postos no ponto inicial da regra do progresso, onde o único ponto de chegada é uma sociedade urbana, moderna e produtiva.

Esse aspecto do desenvolvimento é um dos que mantém o projeto colonial a todo vapor. Por outro lado,

São estes sujeitos [povos e comunidades tradicionais] que recolocam, hoje, no plano político, o esgotamento/crise do modelo de desenvolvimento como

caminho único. São estes os que provocam/enunciam uma crítica radical ao desenvolvimento. Até porque são estes que continuamente vêm sendo os primeiros expropriados por grandes barragens, monoculturas, siderúrgicas, estradas, corredores logísticos, portos, enfim, obras do desenvolvimento, e os primeiros também a recusarem estas ideias fáceis do imaginário desenvolvimentista, como progresso, economia, justiça, sustentabilidade, avaliação de impactos, cidadania, controle social. (BARCELOS, 2017, p. 268)

Diante dos questionamentos, cada vez mais presentes no diálogo entre CPP e comunidades, em fazer parte dessa lógica desenvolvimentista que é vendida como única possível, uma estratégia utilizada pelos estados e pelas empresas privadas é ou fazer com que as sociedades avancem nessa régua linear, ou fazer os territórios de desenvolverem apesar dos Povos e Comunidades tradicionais que ocupam esse local.

No caso dos pescadores e pescadoras artesanais, muitos dos conflitos que foram descritos no capítulo anterior são baseados nesse imaginário de desenvolvimento linear, onde só existe um caminho possível é uma forma de alcançar esse caminho, sendo moderno e produtivo. Por exemplo, a praia do Paiva, tradicionalmente uma vila de pescadores e pescadoras, foi totalmente ocupada pelo setor imobiliário que, propositalmente, negligenciou o acesso à praia, tornando-a de difícil acesso e expulsou os sujeitos e sujeitas do local, que acabaram, migrando para praias vizinhas.

Sobre a modernidade, Mignolo (2005) afirma que a colonialidade não se deriva dela e sim que é parte constitutiva desta e do que hoje conhecemos como sistema-mundo moderno/colonial, representando seu “lado escuro”. Essa outra face sustenta e impacta os povos tradicionais, incluindo as comunidades pesqueiras, através de uma ideia de desenvolvimento forjada sob esses princípios de subalternização do outro e das diferenças.

Barcelos (2017) vai nos provocar a pensar sobre essa concepção de desenvolvimento e progresso imposta pela modernidade, questionando se o subdesenvolvimento faz parte do caminho para o desenvolvimento ou se é fruto dele, afinal, esse progresso é construído a partir da exploração do outro desde o colonialismo até os dias atuais. Nesse sentido, os conflitos mapeados no capítulo anterior dialogam com a ideia de desenvolvimento na medida em que:

[...] “o preço que se paga pelo progresso”. Preço este, inclusive, que tem cor, classe e lugar próprios, é distribuído de forma desigual e nem sempre beneficia a todos. Hoje, são os povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, populações camponesas, ribeirinhas e minorias

urbanas, enfim grupos subalternos, os que experimentam este preço salgado e amargo do desenvolvimento, em sua versão mais profunda e dramática, nos limites da vida, nas fronteiras, nos confins do humano (MARTINS, 2014), naquelas situações em que o outro é forçado ao conflito e se degrada pela sua condição subalterna, onde ele não tem nome, nem endereço, é chamado de atingido, tem preço predeterminado, é quantificável e objeto das políticas de compensação/mitigação de impacto. (BARCELOS, 2017, p. 266)

Os conflitos da comunidade de Suape, trabalhados no capítulo anterior, tem como base esse pensamento, essa suposta necessidade, semeada pela colonialidade, de desenvolver uma região tida como atrasada ou “vazia”, logo, apta para receber um Complexo Portuário-Industrial que desenvolveria a região trazendo empregos, infraestrutura e comércios.

Junto às iniciativas fiscais apresentadas pelo Governo, grandes empreendimentos chegaram para o município de Goiana também com a necessidade de desenvolver a região, modernizá-la, mais uma vez sem consultar os sujeitos locais. Pernambuco travou, nos bastidores, uma briga com Minas Gerais para receber uma indústria automobilística que foi vendida como símbolo do desenvolvimento do Estado.

Cada vez mais, desde o colonialismo, existe uma pressa em desenvolver a todo custo, que violenta e invisibiliza povos e comunidades tradicionais sob a justificativa do progresso, pelo bem de todos em detrimento do sofrimento de alguns que, supostamente, ficaram para trás por terem uma forma de vida dita primitiva.

No caso dos pescadores e pescadoras artesanais de Pernambuco, além das questões já mencionadas da raça e do desenvolvimento, os capítulos anteriores evidenciaram uma importante disputa de poder no campo dos saberes. Desde a formação do CPP, com uma base teológica não eurocentrada, ao fato dos conhecimentos dos pescadores e pescadoras artesanais não serem levados em conta para a implantação de uma Unidade de Conservação, por exemplo, como é o caso da APA dos Corais, no litoral sul de Pernambuco, onde os pescadores e pescadoras locais gostariam que fosse implantada uma RESEX, para que eles tivessem autonomia sob o território pesqueiro, o que não aconteceu.

Essa disputa de saberes, tem traços coloniais na medida em a modernidade estabeleceu como conhecimento válido e global apenas o que vinha da Europa:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir

conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. [...] uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo. (QUIJANO, 2005, p. 115)

Diante disso, o eurocentrismo é dito como o caminho a se percorrer para chegar à modernidade. Essa ideia da história como sendo uma trajetória linear que tem a barbárie como ponto inicial e a Europa como ponto de chegada faz, como mencionado, faz parte dessa lógica estruturante, denominada de evolucionismo:

O mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade é a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação é a civilização européia ou ocidental. Desse mito se origina a especificamente eurocêntrica perspectiva evolucionista, de movimento e de mudança unilinear e unidirecional da história humana. (QUIJANO, 2005, p. 116)

Além dele, outros três pilares ajudam a compreender as essências dessa colonialidade baseada no saber. O segundo deles é um princípio de universalidade onde todo saber e experiência europeia é tida como universal para todos os povos e civilizações.

Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas -simultaneamente- a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo - todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados - numa grande narrativa universal. (LANDER, 2005, p. 10)

Todas as culturas e formas de sociedade distintas são vistas como negativas e primitivas. Corroborando com o trecho de Lander, e se aproximando da realidade das populações tradicionais, Cruz (2017, p. 27) explica bem como essa universalização do eurocentrismo repercute em outros contextos para além da Europa ao afirmar que,

[...] a geopolítica do conhecimento estabeleceu historicamente uma relação de centro e periferia em termos cognitivos, atribuindo o caráter de universalidade a determinados conceitos e teorias. De maneira direta e concreta, produzir conhecimento em certas línguas, e a partir de certos lugares, como, por exemplo, produzir em inglês, francês, alemão ou italiano, do centro da Europa hegemônica, torna os pensadores oriundos desses lugares de enunciação pensadores universais, mesmo que estes tenham construído suas reflexões arraigadas em experiências locais e específicas. Do outro lado, pensadores que formulam seus discursos, teorias, conceitos em línguas não hegemônicas [...] são vistos sempre como pensadores locais, e que, portanto, não têm o caráter de universalidade vinculado a sua fala, seu lócus de enunciação.

Nesse sentido, todo conhecimento histórico produzido nas e a partir das comunidades pesqueiras é taxado como periférico por não ser considerado global.

Nesse sentido, Cruz evidencia que as realidades descritas e analisadas nos centros do conhecimento podem ser universalizadas, ou seja, servem de modelo a ser aplicado nas realidades ditas periféricas, ignorando o fato de cada realidade possuir elementos que a tornam única.

O terceiro princípio estruturante da lógica colonial do saber é o da neutralidade. Com relação a isso, entende-se que para um conhecimento ser válido, ele tem que transcender o espaço-tempo de quem o produz, ou seja, não ser de lugar algum e de tempo algum, o que é impossível.

O discurso epistemológico hegemônico da ciência e da filosofia modernas aponta para a ideia de que o conhecimento científico é des-localizado, des-contextualizado e des-incorporado e, portanto, trata-se de um conhecimento abstrato e universal, um conhecimento transcendental que independe de tempo e espaço, um conhecimento que paira sobre as contingências históricas, como se estivesse flutuando e não tivesse nenhuma ligação com os sujeitos-autores que o produzem. Com isso, os pescadores e pescadoras não poderiam sequer contar suas histórias por serem sujeitos atuantes nas vivências dos territórios pesqueiros.

Essa necessidade de afastamento dos sujeitos-autores imposta pela colonialidade é o que faz, muitas vezes, com os pescadores e pescadoras artesanais serem silenciados, já que eles são sujeitos e sujeiras marcados por um território específico e por experiências. Autores como Ramalho e Solá Pérez, no âmbito da pesca, nos mostram o poder e a necessidade do diálogo com esses sujeitos e sujeitas para melhor apreensão da realidade dos territórios pesqueiros através de uma relação horizontal, respeitosa e prestativa que em muitos casos não acontece.

Esses três princípios mobilizam os pescadores e pescadoras artesanais à subalternidade propositalmente, na medida em que seus conhecimentos e suas produções não tem base na neutralidade, nem na experiência europeia.

Por fim, voltamos ao que Quijano (2005) nomeia como dualismo e que aqui consideramos como quarto elemento-base da colonialidade do saber. Nesse aspecto, acentuam-se as dicotomias a fim de inferiorizar e invisibilizar as diferenças, como por exemplo: europeu/não-europeu, moderno/primitivo, e no caso da colonialidade do saber em especial, científico/tradicional. É a partir do entendimento desses princípios estruturantes que

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. Como nos disse Walter Mignolo, o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico, não quer dizer que tenham inventado O Pensamento. O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida. Há, assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3)

É esse aspecto que nos impede de pensar outros mundos possíveis, baseadas, por exemplo, nas fases da lua e nas marés, nos ciclos de desovas, nos ventos, entre outros elementos que guiam a vida dos pescadores e pescadoras artesanais.

Ao atacar as diversas formas de conhecimento com base nos princípios estruturantes já mencionados, e através do silenciamento dos sujeitos e sujeitas das comunidades pesqueiras, a colonialidade do saber impõe aos pescadores e pescadoras uma forma de viver distinta da história e da realidade deles. Além de produzir e reproduzir o epistemicídio. Sobre isso,

Al constituirse como monocultura (como la soja), destruye otros conocimientos, produce lo que llamo “epistemicidio”: la muerte de conocimientos alternativos. Reduce realidad porque “descredibiliza” no solamente a los conocimientos alternativos sino también a los pueblos, los grupos sociales cuyas prácticas son construidas en esos conocimientos alternativos. ¿Cuál es el modo en que crea inexistencia esta monocultura? La primera forma de producción de inexistencia, de ausencia, es la ignorancia. (SANTOS, 2006, p. 23-24)

Nesse sentido, o epistemicídio nos ajuda a compreender como a colonialidade do saber impacta nossas vidas e a dos pescadores e pescadoras artesanais, visto que inviabiliza é inválida outras formas de viver e de produzir conhecimento.

Diferentemente da maneira eurocêntrica que a academia produz conhecimento, os saberes tradicionais das comunidades pesqueiras são construídos através das vivências de gerações dentro dos territórios pesqueiros, o que também ajuda a explicar as diferentes relações que esses grupos sociais têm com o meio,

A pesca artesanal não depende apenas da posse de condições materiais necessárias à sua realização. O ato de saber pescar envolve um conjunto de conhecimentos, experiências e códigos culturais transmitidos de pai para filho, recriados individual ou socialmente, através dos quais a parceria se realiza (CUNHA, 1987, p. 57)

Dessa maneira, as experiências dos pescadores e pescadoras que baseiam o conhecimento do território pesqueiro, da natureza, as técnicas de pesca, e os locais de pesca são invalidadas por não possuírem uma metodologia científica ou por não serem neutras, e, em muitos casos, suas vozes são suprimidas em detrimento da descrição superficial de terceiros (pesquisadores, empresas, relatórios) que não conhecem e tampouco vivem sua realidade.

No caso da implantação do Complexo de Suape, por exemplo, não houve diálogo com os pescadores locais para o bombardeamento de corais em determinados locais para que os navios cargueiros pudessem chegar a costa. Essas explosões fizeram com que fez com que alguns pontos de pesca desaparecessem para que os navios pudessem passar e criaram um tráfego de grandes embarcações na área dos pescadores artesanais. Na questão do petróleo que chegou a costa do Nordeste, os pescadores e pescadoras artesanais só foram ouvidos com relação aos impactos que sofreram e a necessidade de auxílio financeiro devido aos prejuízos depois de protestos e lutas judiciais.

Com isso, é imprescindível ter em mente que todo conhecimento é produzido por alguém, de algum lugar, que passou por determinadas experiências e que isso influencia sua leitura de mundo.

Por fim, depois de analisarmos a questão da colonialidade no contexto da pesca artesanal a partir da raça, do desenvolvimento e dos saberes, evidenciamos que a colonialidade é parte estruturante das dinâmicas que oprimem pescadores e pescadoras, como vem sendo apontado ainda de forma muito superficial pelo CPP, seja por uma explicação de ordem biológica, seja por um suposto atraso ao progresso, seja por não serem válidos e/ou científicos os conhecimentos produzidos por e a partir os territórios pesqueiros. É importante ressaltar também que essas ferramentas trabalham juntas formando essa dinâmica complexa de opressão, o que faz com que seja tão difícil rompê-la.

3.2 R-EXISTÊNCIAS: TECENDO CAMINHOS PARA O DIÁLOGO DE SABERES

Depois de analisar a colonialidade e sua relação com os pescadores e pescadoras artesanais de Pernambuco, principalmente através dos conflitos mapeados no capítulo anterior, faz-se necessário destacar também que, na mesma

medida que os territórios pesqueiros são atravessados por conflitos, emergem as resistências. Sobre isso:

A nossa história é a história do colonialismo e sua herança, mas também é a história das resistências e lutas dos grupos subalternizados contra essa realidade. Sempre houve lutas concretas e formulações de pensamento que tinham como horizonte a superação do colonialismo e da colonialidade. (CRUZ, 2017, p. 24)

Além da relação com as resistências, sinalizada por Cruz, nesse tópico vamos ampliar essa perspectiva ao destrinchar sobre o conceito de r-existência e analisar sua relação com as estratégias utilizadas pelo CPP junto aos pescadores e pescadoras do litoral de Pernambuco, através de duas ferramentas: as identidades pesqueiras e o diálogo de saberes. Essas ferramentas se apresentaram ao longo do texto como fundamentais por se relacionarem com a origem do CPP e com o combate a colonialidade, ponto levantado anteriormente.

R-existir, termo cunhado por Porto-Gonçalves, nos parece mais adequado para o presente momento dos pescadores e pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco, isso porque, com o tempo, esses sujeitos e sujeitas passaram a não só sobreviver, mas transformar, a partir dessas estratégias de sobrevivência, seu contexto social e laboral. Ressignificando os territórios pesqueiros, as técnicas de pesca e, principalmente sua identidade para a realidade que lhes foi imposta.

Para refletir sobre essas r-existências, nada mais coerente do que partir da realidade, por isso, vamos trazer estratégias de r-existências utilizadas pelo CPP junto às comunidades pesqueiras, e, a partir delas, focar nas ferramentas centrais que ajudam a engrenagem a rodar: as identidades e o diálogo de saberes

As matrizes de r-existência trazem consigo algo em comum que vai além da superação da colonialidade, elas têm como sujeitos/sujeitas centrais os grupos sociais que a modernidade colocou na categoria de subalternos, primitivos e atrasados, por isso,

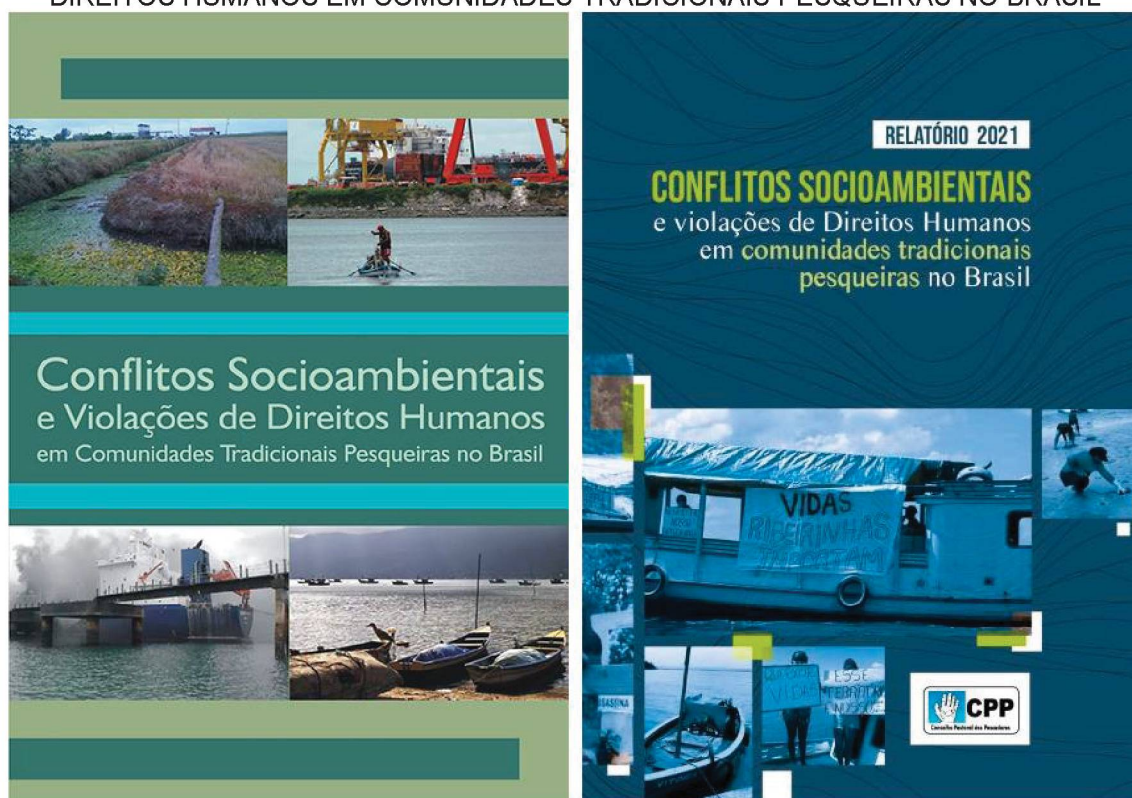
[...] as experiências narradas aqui recolocam no centro da crítica social as lutas por justiça ambiental, pela descolonização do território, do saber e do poder, e o descortinamento do imaginário moderno do “desenvolvimento” e do progresso a que estamos submetidos. [...] criar a partir da experiência subalterna as lógicas emancipatórias e mudar a narrativa que insiste nas separações, nos estigmas, nas hierarquias, no caminho único, na presunção natural. [...] São categorias/teorias/enunciados que nos convidam a pensar/girar o mundo subalterno, das vítimas, das experiências desde abaixo de resistência, de lugares contra-hegemônicos, sem terno e gravata, para lembrar Glauber Rocha, e possibilitam problematizar as novas hierarquias de poder, as formas de dominação, as mediações do mundo para além do

economicismo que o desenvolvimento consegue organizar. (BARCELOS, 2017, p. 267-268)

Com relação as experiências de pescadores e pescadoras artesanais e suas r-existências, é importante retomar a Teologia da Libertação, que Cruz (2017) considera como um dos primeiros passos para as narrativas descoloniais, mesmo antes da criação do termo colonialidade/descolonialidade, a Teologia da Libertação, que foi e é base para o CPP e para lutas dos pescadores e pescadoras artesanais que vieram a partir disso.

Atualmente uma forma de fortalecer as r-existências, por parte do CPP, tem sido a exposição da violação de direitos humanos, ambientais e territoriais que as comunidades pesqueiras vêm sofrendo historicamente e que culmina nos inúmeros casos de injustiça ambiental já mencionados aqui. Para isso, uma ferramenta que tem sido importante, apesar de não dar conta de todos os conflitos e suas complexidades, é o relatório de conflitos.

FIGURA 23 - CAPAS DOS RELATÓRIOS DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E VIOLAÇÕES EM DIREITOS HUMANOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS NO BRASIL



Fonte: Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).

No capítulo anterior, utilizamos como fio condutor para apresentar os conflitos a primeira edição do relatório, divulgada em 2016. Em comparação com a mais recente edição, publicada em 2021, é possível perceber um amadurecimento

estrutural da proposta de denúncia e exposição das injustiças. No que diz respeito a isso, pode-se destacar: uma descrição mais qualitativa dos conflitos, e dos contra-ataques/estratégias de resistências das comunidades, algo que não se pontuou na primeira edição. Além disso, houve uma preocupação em classificar os tipos de conflitos nas comunidades, o que expõem a diversidade de atores que impactam os territórios pesqueiros, como nos mostram os mapas do capítulo anterior.

Por outro lado, com relação aos dados do litoral de Pernambuco, recorte espacial desta pesquisa, imaginava-se que haveria uma ampliação significativa de comunidades denunciando a violação de direitos e território, no entanto, o que ocorreu foi uma supressão, sem explicações, das comunidades pesqueiras de Sirinhaém, que tiveram um protagonismo importante no primeiro relatório. O município de Rio Formoso passou a integrar o relatório, e, o Cabo de Santo Agostinho permaneceu e ampliou a análise no município de 6 comunidades a 11. Ainda assim, toda a área da Região Metropolitana do Recife e do Litoral Norte, trabalhadas no capítulo anterior, não foi mencionada no novo relatório, o que indica uma dificuldade do CPP em cobrir sua área de atuação.

No entanto, apesar das problemáticas apresentadas, os relatórios são ferramentas importantes por fazerem registro e revelarem dados acerca dos impactos e resistências. É um documento que ajuda a fortalecer o grito dos povos das águas.

Ainda com relação à segunda edição do relatório, chama a atenção um dado pontuado pelo CPP durante a descrição dos impactos socioeconômicos gerados pelos conflitos em Cabo de Santo Agostinho e Rio Formoso, no litoral Sul de Pernambuco, mas que não escapa da regra geral dos demais municípios presentes no relatório. O dado em questão faz referência a um conflito identitário classificado como: “ofensivas contra a cultura e traços tradicionais”. Torna-se fundamental ressaltar isto, visto que os Povos e Comunidades Tradicionais têm como uma de suas bases a questão da identidade (DIEGUES, 1994), logo, a resistência e r-existência atravessa essa questão identitária, visto que, essas identidades possibilitam aos grupos sociais, formas de organização, trabalho, relações com o outro e com o território que não são hegemônicas e/ou coloniais. Suas identidades marcam resistência e r-existências. No caso dos pescadores e pescadoras artesanais isso vem a partir das relações de trabalho, marcadas por parentesco e

compadrio (RAMALHO, 2017) e pela gestão que fazem do território pesqueiro, respeitando os defesos, os períodos e locais de desova e reprodução das espécies, por exemplo.

Além disso, outro fator importante para as comunidades pesqueiras resistirem é a defesa dos seus territórios, já que sua identidade está intimamente relacionada ao território. O CPP tem feito esforços junto às comunidades pesqueiras para assegurar os direitos territoriais dos pescadores artesanais através das RESEXs, dos TAUS, da luta pela regulamentação do território pesqueiro e de frequentes denúncias ao Ministério Público (MP) e a Secretária de Patrimônio da União (SPU). As mobilizações em torno dessas ferramentas tem sido importantes estratégias de resistência e r-existência, já que, o projeto ideal de regulamentação dos territórios pesqueiros não avançou como esperado e os conflitos continuam se fazendo presentes nos territórios.

Cruz (2011), vai mencionar que as identidades são construídas em meio a um campo de relações assimétricas de poder na sociedade e que são estas que mobilizam lutas políticas e sociais. Agrego a essa ideia também a questão das lutas territoriais, visto que, essa identidade, no caso dos pescadores, só é possível através do território pesqueiro vivido e concebido, o que os coloca no que Haesbaert (2013) denomina como “identidades-territoriais”,

Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção dessa identidade parte do ou transpassa o território. (HAESBAERT, 2013, p. 238)

No caso dos pescadores e pescadoras artesanais a reflexão vai mais além do que cita Haesbaert porque a identidade pesqueira é constituída do território pesqueiro no continente e no mar. A partir do autorreconhecimento dessa identidade os sujeitos e sujeitas da pesca artesanal passam a reivindicar o protagonismo nos seus territórios a fim de subverter as lógicas do desenvolvimento. Corroborando com isso,

[...] essas populações mobilizam estrategicamente e performativamente novos discursos identitários na busca pelo reconhecimento de sua cultura, memória, e territorialidade que historicamente foram marginalizadas, suprimidas, silenciadas e invisibilizadas e que agora começam tornar visível o que era invisível, em voz e o que foi silenciado, em presenças as ausências e, desse modo, iluminam a r-existência e o protagonismo dessas populações na construção da história e da geografia da região (CRUZ, 2006, p.43).

Nesse sentido, um exemplo de direitos na pesca artesanal impulsionados pelo fortalecimento da identidade pesqueiras nas duas últimas décadas é o projeto de regulamentação do território pesqueiro, bem como, no princípio do CPP foi a emissão de carteiras de pesca que distinguiram a profissão de pescador e pescadora e permitiram o acesso dos pescadores e pescadoras a direitos previdenciários. Sobre a diferença, é importante destacar que.

A luta pela afirmação da identidade enquanto forma de reconhecimento social da diferença significa lutar para manter visível a especificidade do grupo, ou, melhor dizendo, aquela que o grupo toma para si, para marcar projetos e interesses distintos, e “isso significa que sua definição - discursiva e lingüística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder” (SILVA, 2004:80). Essa perspectiva de entendimento da identidade aponta para uma relação entre o “cultural” e o “político”, estando essas duas dimensões imbricadas num laço constitutivo na construção das mesmas. (CRUZ, 2011, p. 158)

Diante disso é fundamental pontuar o que Cruz (2011) classifica como identidades hegemônicas e identidades subalternas, onde a hegemônica serve para a manutenção da estrutura de poder estabelecida, ou seja, colonial e moderna, e a subalterna é, dentro da sua enorme diversidade, tudo que não é hegemônico e onde estão alocados os pescadores e pescadoras artesanais. Sobre essa diferença,

A identidade não é uma essência, nem é naturalmente construída, ela é, sim, uma construção histórica e social. A identidade é relacional e contrastiva e seu significado social e cultural é determinado na e pela diferença. As identidades são construídas tanto pelas diferenças culturais e por sistemas simbólicos de classificação (diferença de natureza) quanto pela desigualdade e exclusão social (diferenças de grau), ou melhor, pelos dois processos concomitantemente. (CRUZ, 2006 p.65).

Os sistemas simbólicos de classificação mencionados por Cruz ligam a questão da identidade pesqueira ao que analisamos anteriormente sobre a raça e hierarquias. A questão político-identitária que diferencia o ser pescador/pescadora artesanal é um movimento de r-existência frente à colonialidade, visto que, o sistema-mundo trabalha diariamente para o seu desaparecimento, logo, a identidade se torna uma defesa cultural do grupo social em questão e está sob ataque constantemente, no caso das comunidades pesqueiras, esse ataque vem muitas vezes a partir de seus territórios.

Além da identidade, outra importante matriz de resistência e r-existência que foi se manifestando ao longo do trabalho foi o diálogo de saberes. Afinal, evidenciar os saberes e a forma de produzir esses saberes por parte das comunidades tradicionais, assim como dialogar com eles, é uma estratégia epistêmica e política

que nós, como academia, podemos realizar para contribuir com as resistências e buscar romper com o modo eurocêntrico de ciência. Por isso, nesse momento vamos nos dedicar a discorrer sobre as ferramentas de r-existência do CPP junto às comunidades pesqueiras e como a academia tem feito o diálogo com esses sujeitos e sujeitas.

Apesar das constantes e diversas ameaças que o território pesqueiro enfrenta e que ameaçam suas identidades e territórios, existe uma forte resistência e r-existência que mobiliza essas populações. No contexto de Pernambuco, em muitos casos a iniciativa para esse diálogo e mobilização vem do CPP, exemplos disso são as Assembleias Nacionais e Regionais do CPP que acontecem anualmente e que ajudaram a construir esse trabalho.

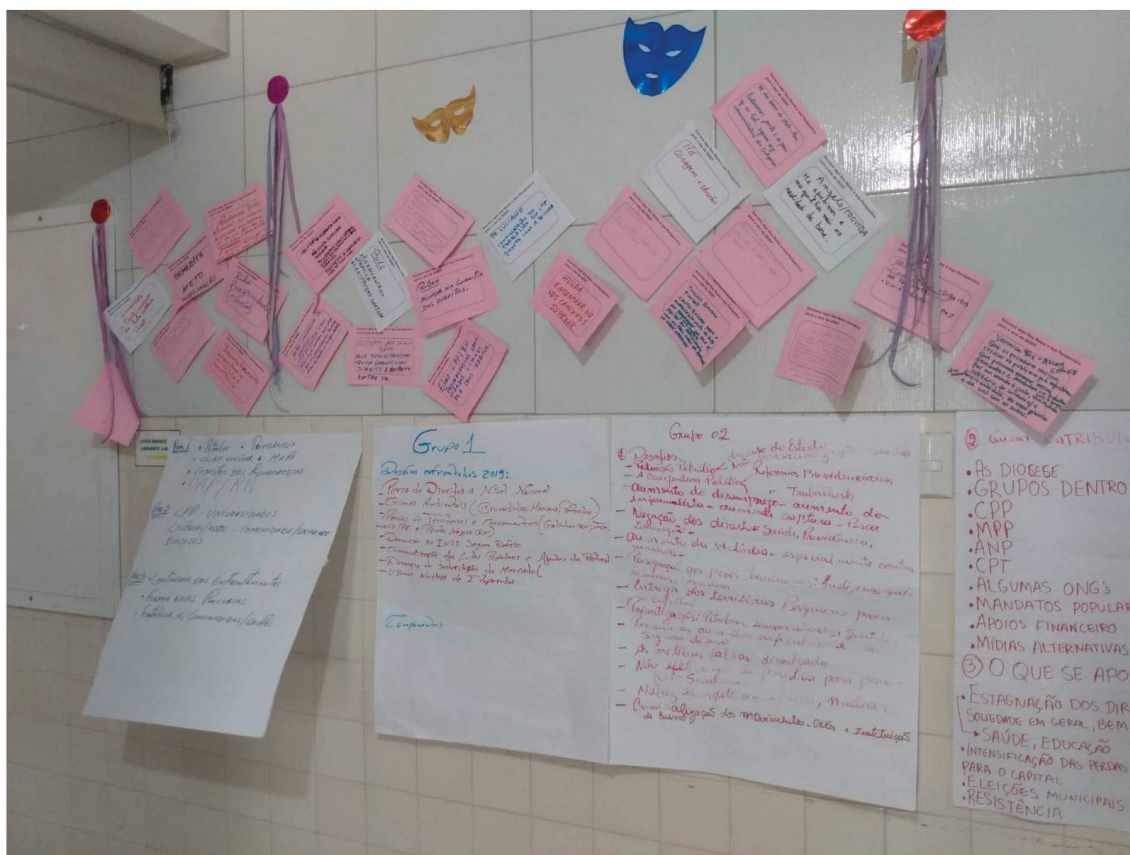
Como já mencionado, tive a oportunidade de estar presente na Assembleia CPP Regional Nordeste 02, em fevereiro de 2020, e, aprofundando no que foi essa reunião, é importante frisar que ela teve como pauta as r-existência, visto que, as comunidades pesqueiras do Nordeste ainda sofriam com os impactos do desastre-crime do petróleo. Além da questão da pauta da resistência, outra pauta que foi transversal ao encontro foi o conhecimento. O texto de Gabriel Milaré, professor e historiador pela UFRJ, que foi lido de forma coletiva durante o evento. O texto chama-se “O que é ser resistência na história” (ver anexo I) e o parágrafo final traz a seguinte reflexão:

Conhecimento é o instrumento mais nobre da resistência. Aquele que sustenta qualquer outro pilar. Enquanto você está sentado relendo uma matéria que você acredita não servir para nada, saiba que você está exercendo resistência. A ignorância é um dos pilares da dominação. (MILARÉ, Gabriel)

Diante disso, a programação do evento estruturou-se em três pilares: o poder, o saber e o espiritual, sendo a resistência transversal a todos. Com relação à dimensão do poder e espiritual a assembleia contou com uma análise de conjuntura intitulada de “Reflexão sócio/política/econômica e eclesial nacional” que uniu a academia, representada pelo Prof. Dr. Cristiano Ramalho e o CPP/Nacional representado pela secretária nacional, Omesita Barbosa. Ainda com relação ao poder, todos os presentes (pesquisadores e pesquisadoras, pescadores e pescadoras, agentes pastorais) foram divididos em grupos para construir um cenário do que foi o ano de 2019 para as comunidades pesqueiras, as perguntas norteadoras foram: Quais os principais desafios enfrentados em 2019? Quem

contribuiu nesses processos? O que se aponta para 2020? Ao fim da reflexão, o resultado foi compartilhado entre os grupos e exposto na sala da assembleia durante o evento (ver figura 24)

FIGURA 24 - CARTAZES EXPOSTOS COM OS RESULTADOS DAS REFLEXÕES EM GRUPO



Fonte: Joanna Amarante (2020).

Quanto à questão do saber, apesar de o processo todo ser formativo, acreditamos ser importante destacar três momentos, são eles: (1) conversa com pesquisadores da UFPE sobre as pesquisas relacionadas ao petróleo, isso porque na época a Universidade lançou um edital de financiamento para pesquisas de todas as áreas acerca dos impactos do desastre crimes nas praias e comunidades pesqueiras; (2) apresentação dos agentes pastorais, pescadores e pescadoras artesanais do Rio Grande do Norte e de Petrolina/PE acerca do impacto das matrizes energéticas no Nordeste, respectivamente acerca da questão eólica e nuclear que ameaçam as regiões mencionadas (ver figura 25); além do (3) diálogo em torno do seguinte questionamento: como somar o trabalho da pastoral com a pesquisa e academia no apoio às comunidades pesqueiras?

FIGURA 25 - APRESENTAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS DAS MATRIZES ENERGÉTICAS EM COMUNIDADES PESQUEIRAS



Fonte: Joanna Amarante (2020).

Durante o evento, o diálogo com a universidade se deu a partir de mesas redondas, com a presença de sujeitos e sujeitas da pesca artesanal, do CPP e da academia, reflexões em grupos (ver figura 25) e escuta ativa dos pesquisadores e pesquisadoras durante o evento. A troca de conhecimentos foi pautada em uma

análise de conjuntura com relação a pesca artesanal e nos desafios visto e enfrentados pelas comunidades no ano de 2019.

Ficou claro também que o CPP é um mediador do diálogo de saberes que ocorre entre os pesquisadores e pesquisadoras e as comunidades pesqueiras, visto que ajuda a direcionar alguns dos projetos e trabalhos da universidade a necessidade de luta dos pescadores e pescadoras, se utilizando desses espaços para estreitar laços e aproximar os acadêmicos e acadêmicas de debates mais urgentes. De forma consciente e clara, o CPP entende a importância de dialogar com a universidade a fim de fortalecer as lutas e criar uma ecologia de saberes baseado nisso.

Um importante fruto para avançar nessa ecologia é que alguns dos pesquisadores e pesquisadoras que já vinham a um tempo atuando de forma mais ativa no CPP passaram a ser convidados a integrar a secretaria da pastoral de forma voluntária nos próximos anos.

Frente a esse contexto apresentado, é fundamental ressaltar o papel das Assembleias como importantes ferramentas para produzir e compartilhar conhecimentos sobre a pesca artesanal que tensiona a lógica imposta pela colonialidade do saber, isso porque produz um diálogo de saberes, que, consideramos aqui como prática descolonial fundamental. Sobre esse diálogo, De Paula (2017), a partir de uma adaptação da leitura sociológica de Boaventura de Sousa Santos sob a ótica geográfica e voltada para a pesca artesanal brasileira, afirma:

Logo, não se trata de reproduzir a unicidade do conhecimento, no saber tradicional, mas de superar a situação de subalternidade destes. Neste sentido o diálogo deve ser consciente de o que está sendo aprendido, e o que é desaprendido, pois no interconhecimento se aprende com os outros sem esquecer os próprios saberes. Os conhecimentos científicos devem ser apropriados então numa perspectiva contra-hegemônica. (DE PAULA, 2017, p. 419)

Seguindo os caminhos apresentados por De Paula e materializados no CPP através das Assembleias, é importante destacar também outra prática proposta pela pastoral: O diálogo de marés. O programa em formato de lives no facebook criado durante a pandemia da COVID-19⁵⁴ foi fundamental para a continuidade da

⁵⁴ Para mais informações sobre o impacto da pandemia nos pescadores e pescadoras artesanais ver: CAVALCANTI, J.; WANDERLEY B. Os pescadores e pescadoras em tempos de COVID-19. Revista PEGADA, v. 21, n. 2. 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7778>

mobilização do próprio CPP durante o isolamento social e para não deixar de fomentar o diálogo com as comunidades pesqueiras, afinal, os ataques ao território pesqueiro não cessaram durante o período. As lives ampliaram o diálogo e as pautas da pastoral e das comunidades pesqueiras para uma diversidade de sujeitos e sujeitas que criou-se um ecossistema de saberes. Participaram das lives, agentes pastorais, pescadores e pescadoras artesanais, integrantes do MPP, funcionários de órgãos públicos, pesquisadores e pesquisadoras e entidades da Igreja Católica, sob os mais diversos temas dentro do âmbito da pesca artesanal.

Nesse sentido, o diálogo de saberes está no centro de algumas propostas de ação do CPP junto as comunidades tradicionais e tem se mostrado fundamentais por romper com uma monocultura que só válida o que é produzido na academia, o diálogo de saberes quebra uma dicotomia entre científico/tradicional, que como vimos, estrutura formas de opressão. Esse material produzido a partir do diálogo nas reuniões e lives são ferramentas importantes de registro de conhecimento e de mobilizações para abrir caminhos para outros possíveis.

3.3 ENTRE MONOCULTURAS E ECOLOGIAS: AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL E A RELAÇÃO CPP-COMUNIDADES PESQUEIRAS

Após trilhar um caminho desde os conflitos até as r-existências nas comunidades pesqueiras do litoral de Pernambuco, buscando expandir o presente através das mais diversas facetas (diálogo de saberes, identidades pesqueiras, distintos atores, CPP), torna-se fundamental para encaminhar esse trabalho vislumbrar o futuro a partir de um caminho que se mostrou possível ao longo da pesquisa.

Boaventura de Souza Santos (2006) ao propor as “epistemologias do sul”, nos aponta caminhos para um futuro mais justo. Sobre isso:

[...] hay muchos lenguajes para hablar de la dignidad humana, para hablar de un futuro mejor, de una sociedad más justa. Creemos que ese es el principio fundamental de la epistemología que les propongo y que llamo la Epistemología del Sur, que se basa en esta idea central: no hay justicia social global sin justicia cognitiva global; o sea, sin justicia entre los conocimientos. Por tanto hay que intentar una manera nueva de relacionar conocimientos [...] (SANTOS, 2006, p. 33)

Apesar de não falar diretamente sobre a realidade dos pescadores, é interessante entender essa epistemologia e como ela se aplica ao nosso contexto e nos ajuda a entender caminhos possíveis. Para isso, ele nomeia como ‘sociologia

das ausências' o processo de invisibilização consciente das diferenças não-hegemônicas pelo sistema-mundo com o objetivo de homogeneizar.

Para ele, o projeto hegemônico de mundo proposto pelo Norte gera ausências, ou seja, a existência e os saberes dos pescadores e pescadoras são colocados como invisíveis de forma proposital e consciente. Essa invisibilidade é produzida a partir do que o autor chama de "monoculturas" e são divididas em 5. A primeira delas é a monocultura do saber e do rigor, que estabelece o saber científico como o único válido, a segunda é a monocultura do tempo linear, que traz a ideia de que a história segue um único caminho rumo ao progresso e desenvolvimento. É com base nessa ideia de linearidade histórica que projetos como o de Suape são categorizados como de desenvolvimento e progresso e o trabalho das comunidades pesqueiras como primitivos.

A terceira monocultura é a naturalização das diferenças, onde as diferenças são hierarquizadas consequências de uma inferioridade natural. A quarta monocultura é a da escala dominante, onde o global é hegemônico e o local é inexistente, no caso das comunidades pesqueiras, os saberes que eles possuem é considerado local por estar muito agregado ao território, por isso também é invalidado. Por fim, a última monocultura proposta por Boaventura é a do produtivismo, onde tudo aquilo que não é produtivo ou não gera crescimento econômico mensurável, é ausente e invisível. A forma de trabalho dos pescadores e pescadoras artesanais é vendida como pouco produtiva apesar de representar mais da metade do pescado que chega à mesa de brasileiros e brasileiras, isso porque, não segue o padrão capitalista de produção.

Essas monoculturas nos ajudam a entender algumas situações que submetem os pescadores e pescadoras artesanais aos postos de ausentes, invisíveis e subalternos. Para contrapor elas, Boaventura propõe ecologias. A primeira delas é a dos saberes, onde o científico é um entre uma diversidade de saberes que são capazes de dialogar entre si. A segunda ecologia é a das temporalidades, onde o tempo linear e rumo ao progresso não é o único, há outros caminhos e outras temporalidades para se avançar por ele. Por exemplo, os pescadores e pescadoras artesanais possuem um tempo de trabalho articulado aos ciclos da natureza, às luas, aos ventos e às marés.

A terceira ecologia é a do reconhecimento, que destaca as diferenças sem hierarquizá-las, afinal, as diferenças são importantes facetas das identidades dos povos e comunidades tradicionais. A ecologia da transescala, quarta proposta por Boaventura, sugere a articulação entre escalas para uma melhor análise das realidades. Por fim, a ecologia das produtividades valoriza os diversos sistemas e formas de produzir.

A sociologia das ausências nos ajuda a entender, de maneira teórica a realidade já mencionada de subalternização consciente das comunidades pesqueiras, para pensar na compressão do futuro é necessário ir no tocante às sociologias das emergências é outra proposta elaborada por Boaventura e que ajuda a constituir as chamadas epistemologias do Sul, é através dela que podemos contemplar outros mundos possíveis e já existentes hoje. Os conflitos que vimos no capítulo anterior e as ferramentas que lutam contra as ausências apresentadas aqui são a semente de iniciativas que abrangem um mundo mais justo para pescadores e pescadoras artesanais, onde seu território de vida e trabalho é garantido.

La Sociología de las Emergencias produce experiencias posibles, que no están dadas porque no existen alternativas para ello, pero son posibles y ya existen como emergencia. No se trata de un futuro abstracto, es un futuro del cual tenemos pistas y señales; tenemos gente involucrada, dedicando su vida –muriendo muchas veces– por esas iniciativas. La Sociología de las Emergencias es la que nos permite abandonar esa idea de un futuro sin límites y reemplazarla por la de un futuro concreto, basado en estas emergencias: por ahí vamos construyendo el futuro. (SANTOS, 2006, p. 31)

Uma das iniciativas emergentes na pesca artesanal brasileira é o já mencionado projeto de regulamentação do território pesqueiro, que confere autonomia plena dos territórios pesqueiros aos pescadores e pescadoras artesanais, com a evolução mais lenta do que o previsto, essa possibilidade ficou cada mais distante e o CPP não o contempla como uma possibilidade concreta para um futuro próximo.

Através da experiência aproveitada e vivida da trajetória que o CPP vem fazendo junto aos pescadores e pescadoras artesanais desde o século passado a possibilidade de novos mundos se mostra e nos coloca diante de importantes mobilizações que permitiram a esse grupo social elaborar estratégias de resistência frente aos conflitos do presente. Até aqui nos debruçamos sobre elas, ao fazer uma análise dos relatórios de conflitos, dos TAUS, das RESEX, das lives e das reuniões e assembleias que formam uma parte importante das estratégias que fazem os

pescadores e pescadoras artesanais resistirem. Essas táticas nos possibilitam ferramentas que vão além do resistir, que permitem a esse grupo, r-existir. Nesse contexto de ressignificação da vida para as comunidades pesqueiras, as ecologias se mostraram fundamentais na busca por uma descolonialidade que possibilite o florescer de outros mundos.

Diante disso, as mulheres vão na linha de frente do florescer outros mundos através da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), fundada em 2006 com base na concretização de uma luta e de uma organização das mulheres pescadoras que data dos anos 70, quando as mulheres ocuparam a sede da SUDEPE e conquistaram o direito às carteiras de pesca para mulheres no Brasil.

Dessa forma, a ideia de articular as mulheres pescadoras passa a ser mobilizada de maneira mais direta no ano de 2005, quando as mulheres participaram de um encontro promovido pelo Governo Federal, em Brasília, porém, foi em 2006 na II Conferência da Pesca e Aquicultura realizada no Recife (PE) que a ANP foi fundada.

A ANP surgiu quando o governo federal convidou as mulheres pescadoras do Brasil a participarem de um Congresso em Brasília para fazer discussões sobre a realidade das mulheres da pesca. Nós fizemos diversas propostas e nenhuma saiu do papel, por isso, resolvemos fundar a ANP, para que nossas pautas se fortalecerem e fossem conquistadas. (Joana Mousinho⁵⁵ em uma entrevista à Pastoral dos Pescadores.⁵⁶)

Entre os anos de 1980 e começo dos anos 2000, há um grande vazio bibliográfico com relação a possíveis articulações femininas na pesca artesanal em Pernambuco, visto que, as pesquisas se voltaram para a questão da preservação e conservação dos territórios⁵⁷.

FIGURA 26 - SÍMBOLO E LEMA DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS PESCADORAS (ANP)

⁵⁵ Joana Mousinho é uma pescadora de Itapissuma e sujeita central na mobilização das mulheres pescadoras. Ela foi eleita, em 1989 a primeira presidente de colônia dos pescadores e é uma das fundadoras da ANP.

⁵⁶ Entrevista disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/noticia/articula%C3%A7%C3%A3o-nacional-das-pescadoras-contribui%C3%A7%C3%A3o-das-mulheres-para-luta-das-comunidades>

⁵⁷ Ver Diegues (1994).

Articulação Nacional das Pescadoras



Na luta e na pesca mulheres construindo direitos!

Fonte: Articulação Nacional das Pescadoras. Disponível em:
<http://articulacaopescadoras.blogspot.com/>

Essa articulação das mulheres é um importante instrumento de luta e resistência das pescadoras para fazer presente algumas das conquistas da categoria antes ausentes. Sobre isso,

Desde o apoio da Irmã Nilza que vemos que o avanço foi muito grande. Antes, a gente como mulher nem conseguia chegar numa colônia. Hoje, muitas de nós somos até presidentes de colônias. Antes, as mulheres não podiam se aposentar, a gente tinha que esperar o marido morrer pra ter acesso à sua aposentadoria. Só em 1993 é que as mulheres casadas passaram a ter direito a se aposentar. Não tínhamos direito ao salário maternidade, e hoje já temos. Só em ver o número de mulheres cadastradas nas colônias, as mulheres aposentadas e a união de grande parte das mulheres para defender os direitos, percebemos como são muitos os avanços. Com a ANP, conseguimos o contato com o Ministério da Saúde, com quem estamos debatendo as nossas doenças ocupacionais. Ainda podemos ver mulheres da pesca saindo para outros países para falar de nossas questões. A ANP ainda está inserida em outras articulações, como a Articulação de Trabalhadoras Rurais, o que esta dando uma visibilidade muito grande para nossa luta. (Joana Mousinho em entrevista ao CPP)

A pastoral dos pescadores, representada na época pela irmã Nilza, teve grande impacto na viabilização dessas lutas. Hoje, a Articulação já é um movimento consolidado e com pautas de luta e resistências muito claras, entre elas estão a saúde da mulher pescadora, os direitos pensionistas e previdenciários, políticas

públicas específicas para as mulheres, assim como a defesa dos territórios pesqueiros⁵⁸.

As pescadoras no seu processo de luta vêm se organizando, vêm resistindo, vêm levantando a bandeira para a garantia desse território e garantir sua visibilidade, estamos aqui e vamos continuar a estar, e esse é um processo de organização; o que a pastoral dos pescadores faz não é nada mais nada menos do que ajudar e contribuir... a gente diz que somos uma gota d'água dentro do oceano porque a força está em cada uma de vocês, a força está em cada dessas mulheres pescadoras que luta para garantir a sua vida, para garantir a vida do seu território e pra garantir a sua sustentação. (Laurineide, agente pastoral ao diálogo de maré.)

É nessa direção também que o lema marcado na bandeira da ANP “Na luta e na pesca mulheres construindo direitos” (ver figura 26) reafirma que a luta das mulheres é a pesca, mas também vai além dela. As mulheres pescadoras lutam e têm sua resistência pautada contra o machismo, o racismo ambiental e a desigualdade social, fortalecidos no sistema-mundo moderno/colonial, a live sobre as mulheres pescadoras organizada pelos diálogos de maré em 21/08/2020⁵⁹ abordou essas questões, assim como, alguns encontros da ANP que foram e são pautados nessas temáticas⁶⁰.

Com isso, pode-se dizer que as mulheres são as grandes impactadas pela ideia de desenvolvimento produzida pela colonialidade como já mencionado, pois, passam mais tempo nas comunidades⁶¹, pescando, cuidado das crianças e idosos, e, seu território pesqueiro é o mais próximo da costa. O caso do petróleo é um exemplo já mencionado de como essas diferenças se refletem na pesca e na venda dos produtos comercializados por mulheres. Nesse sentido, a seguinte fala expõe essa questão:

esse modelo ele é muito perverso, esse modelo ele não considera, ele exclui, ele assassina e ele tem feito isso com a mão de ferro nessas mulheres. Não tem como a gente conciliar um desenvolvimento que mata, a gente tem dito isso, esse desenvolvimento não nos serve, esse desenvolvimento que mata e que exclui não nos serve. (Eliete Paragassu, pescadora da Bahia, ao diálogo de maré.)

⁵⁸ Para mais sobre a ANP ver o documentário “Mulheres das águas” disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P62sFliw7K8> e ver o artigo “ Movimentos sociais na pesca artesanal: A articulação das mulheres pescadoras de Pernambuco” de Maria do Rosário Leitão presente na coletânea de CALLOU (2013).

⁵⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/cppnacional/videos/906813846476963/>

⁶⁰ Ver <http://articulacaopescadoras.blogspot.com/2014/08/anp-debate-superacao-do-machismo-como.html>

⁶¹ A pesca historicamente praticada pelas mulheres - nos mangues, estuários, mar de dentro - acontece próximo à casa, o que permite às mulheres estarem mais inseridas nas dinâmicas da comunidade, o contrário do que acontece, em muitos casos, com os homens que passam dias no mar de fora para realizar sua pesca.

As pescadoras são as grandes impactadas e violentadas, segundo o próprio depoimento destaca, porque vivenciam a comunidade e os territórios pesqueiros em todas as suas jornadas de trabalho, seja pescando nos mangues, seja comercializando seu pescado, seja cuidando da casa. Diferentemente dos homens, que, em muitos casos, passam dias em alto-mar sem saber o que está acontecendo em terra. Os casos apresentados no capítulo 2 dialogam com essa realidade na medida em que

Essa violência ela se apresenta de várias formas. Quando esses empreendimentos chegam no território, chega junto a violência física, a violência psicológica, a violência sexual [...] Dentro dessa violência, as mulheres precisam estar juntas, cada dia mais, porque essa violência acontece todos os dias... ela acontece quando a mulher vai pra pesca, ela acontece no manguezal, ela acontece dentro de casa. O processo que a Articulação das pescadoras fez junto com a UFBA e o CPP de trabalhar a saúde das pescadoras foi aterrorizante o que a gente via de violência com essas mulheres... dentro de casa, do próprio Estado. Laurineide, Agente pastoral do CPP NORDESTE 02, ao diálogo de maré

Um exemplo dessa dura realidade é a questão do Complexo de Suape, isso porque, segundo as comunidades impactadas, além do aumento da violência física (assaltos, mortes, etc.) houve também um crescimento no que diz respeito a violência e saúde sexual das mulheres, que inclusive gerou a série documental produzida pelo Diário de Pernambuco intitulada de “Os filhos de Suape”, em referência ao aumento na taxa de nascimentos durante a implantação do complexo.

Outro exemplo de que as mulheres são as grandes prejudicadas pelos impactos que atingem as comunidades pesqueiras é o caso do petróleo, onde os produtos comercializados pelas mulheres (crustáceos, caranguejos, etc.) tiveram uma queda de mais de 90% das vendas (RAMALHO, 2020) e não houve nenhuma política pública específica voltada a esse grupo.

Por outro lado, cresce cada vez mais o poder de mobilização e articulação das mulheres pescadoras, especialmente depois da criação da ANP. Sobre a importância disso, Laurineide destaca:

A gente precisa perder o medo, criar rodas de diálogos, a gente precisa lutar para garantir o território pesqueiro... quem é que está de frente à essa luta? Quem é que tá na linha de frente? Quem está de frente são as mulheres! Quem é que sofre mais violência? Discriminação? São as mulheres pescadoras, né? Mas muitas vezes isso é invisibilizado, na maioria das vezes isso é invisibilizado, então nos precisamos nos unir, lutar contra esse dragão que tá aí que é esse modelo de sociedade onde os homens brancos que mandam e querem que a gente obedeça, mas nós não vamos obedecer. (Laurineide, Agente pastoral do CPP NORDESTE 02, ao diálogo de maré)

As mulheres na pesca artesanal vêm construindo uma importante frente de luta com a maturidade de consciência que articula as problemáticas da pesca com a questão de gênero, fato que só vem sendo possível em decorrência de sua organização histórica.

Hoje, em Pernambuco, muitas colônias de pescadores são ocupadas por mulheres. No CPP, as mulheres também se colocam à frente de muitas atividades que permitem a esse grupo seguir pulsando diante de tantos ataques. Ao longo do texto, podemos observar que a presente pesquisa tem a maioria dos seus depoimentos sobre a realidade da pesca artesanal em Pernambuco feito por mulheres, a partir do olhar delas. Logo, elas estiveram presentes durante todo debate e análise realizados até aqui.

Nesse sentido, é preciso olhar para e a partir das mulheres. No caso da pesca artesanal, as pescadoras são invisibilizadas desde o âmbito das políticas públicas até, em muitos casos, na esfera das comunidades⁶². As mulheres estão duplamente vulneráveis como mulheres e como pescadoras. O sistema mundo moderno-colonial de gênero institui hierarquias através da relação binária homem/mulher, esse aspecto é apontado pelas pescadoras artesanais que veem suas vidas sendo decididas totalmente desapegada da realidade e sem representatividade

A gente vivencia uma violência cotidiana, diária, sob os nossos corpos em nome do desenvolvimento, em nome desse machismo porque quem tá no poder são os machos, eles que definem e eles que decidem nossas vidas, então a gente vai continuar enfrentando e eu tenho dito pra nossa sociedade: não há tempo pra gente ter medo, que a gente tá defendendo nosso lugar, nosso espaço sagrado, o direito a vida! E a gente vai continuar fazendo isso. (Eliete Paraguassu, pescadora da Bahia ao diálogo de maré.)

A partir disso, podemos enxergar a ideia da sociologia das emergências proposta por Boaventura, no caso da pesca artesanal em Pernambuco, através das mulheres. Isso porque, além de expandirem o presente, já que são elas, hoje, as principais vozes desse trabalho e no âmbito da pesca artesanal - seja como pescadora, seja como movimento social, seja como agente pastoral – elas apresentam uma proposta de futuro concreto que desafia a realidade imposta. A proposta de sociologia das emergências vai nesse sentido. Sobre ela,

⁶² “As mulheres ainda são definidas, por diversos pescadores, não como pescadoras, mas como coletoras ou marisqueiras, tendo em vista à noção, segundo a qual a verdadeira pesca deve ser feita no mar (local masculino) e não nas beiras do estuário (os mangues, local feminino). (RAMALHO, 2017, p. 41).”

[...] La Sociología de las Emergencias produce experiencias posibles, que no están dadas porque no existen alternativas para ello, pero son posibles y ya existen como emergencia. No se trata de un futuro abstracto, es un futuro del cual tenemos pistas y señales; tenemos gente involucrada, dedicando su vida –muriendo muchas veces– por esas iniciativas. La Sociología de las Emergencias es la que nos permite abandonar esa idea de un futuro sin límites y reemplazarla por la de un futuro concreto, basado en estas emergencias: por ahí vamos construyendo el futuro. (SANTOS, 2006, p. 31)

No caso da pesca artesanal em Pernambuco, o futuro já está acontecendo através das mulheres. Essa já busca subverter a lógica colonial através do feminino, do Sul, e dos ditos subalternos. Nesse futuro em construção as mulheres criam redes de apoio para cuidar das crianças, as mulheres inserem as crianças na atividade da pesca artesanal, renovando assim a tradição pesqueiras, as mulheres são reconhecidas como protagonistas de sua própria história e valorizadas como pescadoras através de políticas públicas e acesso aos direitos. Por isso, evidenciar essa construção e articulação nesse tópico se fez tão importante, o futuro emergente passa por elas para descolonizar a realidade apresentada.

Assim como passa por elas também grande parte da relação do CPP com as comunidades pesqueiras, isso porque, como já mencionamos, as mulheres vêm ocupando cada vez mais cargos de liderança nas comunidades sendo presidentes de colônia de pescadores, líderes nas associações, mas, principalmente, sendo voz ativa no diálogo com o CPP.

A relação dos pescadores e pescadoras artesanais com o CPP, que começou sendo construída através das mulheres de Itapissuma, se caracteriza por ser uma conexão horizontal de respeito mútuo, onde podemos enxergar a materialização da teoria de Boaventura sobre as ecologias, de forma mais evidente a partir do diálogo de saberes nas lives e assembleias mas também reconhecendo as diferenças sem inferiorizar, respeitando os tempos da pesca e dos pescadores e pescadoras e destacando a importância da sua produção para manutenção dos territórios.

A mediação que a pastoral exerce é rara porque foi e é construída com base na escuta ativa e na tomada de decisões de sujeitos e sujeitas que vivem o território. Essa relação, espacializada ao longo dos anos e produtora de novos espaços, foi e é fundamental para transformação da realidade dos pescadores e pescadoras artesanais. Sobre isso:

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos

constroem espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva [como foi o caso das assembleias, dos congressos, das lives], onde geram práticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços.” (Fernandes e Silva, 2005, p. 89)

O CPP ajuda, através de seus projetos, a construir esses espaços, bem como, ferramentas de luta e r-existência que, por muito tempo, não foi acessada e acessível para esse grupo social. E essa relação nos permite vislumbrar uma relação singular com base nas ecologias que possibilitam o florescer de um mundo diverso.

Mesmo não sendo uma interação sempre perfeita, o elo CPP-Pescadores fortalece as lutas das comunidades pesqueiras e a vertente progressista e libertadora da igreja em um mundo que cada vez mais oprime e subalterna grupos sociais e é um exemplo de primeiros passos rumo à descolonialidade.

CONSIDERAÇÕES PARA ABRIR CAMINHOS

Toda a trajetória que culminou nesta pesquisa foi um verdadeiro abre caminhos, como pesquisadora, como ser humano e como mulher. Desde a graduação o CPP sempre me intrigou, e essa foi a grande motivação para realização deste trabalho. Como era possível uma instituição com bases religiosas funcionar junto aos movimentos sociais da pesca em um mundo repleto de intolerância? Quem eram as pessoas por trás disso? Suas motivações, etc.

Ao me deparar com as portas do CPP Nordeste 02 abertas, em Olinda, pude perceber que as bases que movem aquela instituição também me moviam: libertação, resistência, fé e luta, visto que envolve e se envolvem diretamente com pautas como a colonialidade, o diálogo de saberes, os conflitos e as estratégias de existência. Ao mergulhar de cabeça na história da Pastoral entendi de onde e de quem vinha, ao longo dos 50 anos de história, a inspiração, apesar do cansaço, para mover as estruturas coloniais que cercam a pesca artesanal junto com as comunidades pesqueiras.

O CPP iniciou seus trabalhos na década de 1960 com objetivo de conferir autonomia aos pescadores e pescadoras artesanais que estavam sob a tutela da Marinha do Brasil, que ocupava as colônias de pescadores das regiões. No entanto, o trabalho da Pastoral não se limitou a isso e passou a atuar conforme as novas demandas iam surgindo, especialmente ligadas ao desenvolvimento.

Ao mesmo tempo em que a Pastoral começava a se relacionar com as comunidades pesqueiras, os pescadores e pescadoras passaram a conquistar sua autonomia e assumir locais de liderança nas comunidades, seja presidindo as colônias seja à frente de associações. Foi através dessa autonomia e organização que os sujeitos e sujeitas passaram a estabelecer uma relação com o CPP a fim de fortalecer suas lutas.

A modernidade atravessou os territórios pesqueiros em Pernambuco através da poluição, do turismo, dos grandes empreendimentos e da ideia de preservação que excluía os pescadores e pescadoras artesanais de seu território tradicional. Através de uma espiritualidade libertadora, latina e próxima aos sujeitos e sujeitas locais, a Pastoral se mobilizou contra esse leque diverso de atores apoiados na ideia de progresso sustentada pelos governos brasileiros e avançou na luta apesar dos ataques constantes.

Essa diversidade de atores e suas marcas históricas podem ser vistas ao longo da formação do território pesqueiro e litorâneo de Pernambuco. Nesse sentido, identificar os conflitos foi fundamental para entender a potência da luta e resistência que os pescadores e pescadoras artesanais junto à pastoral mobilizam, na maioria das vezes, sem o apoio de políticas públicas que defendam seus direitos, sejam eles trabalhistas, previdenciários e até humanos. Exemplo disso é o conflito travado no âmbito do direito pelas emissões de RGPs.

Além disso, o evento do derramamento de petróleo no Nordeste, que aconteceu durante o primeiro ano de escrita desse trabalho, atravessou a escrita de maneira significativa, afinal, mobilizou, na época, todas as esferas envolvidas com a pesca artesanal, e, apesar de sua magnitude ser inédita, ele se revelou semelhante aos outros conflitos e injustiças ambientais presentes no território pesqueiro de Pernambuco na medida em que expôs problemáticas crônicas como a ausência de políticas públicas, a fragilidade no que diz respeito à defesa dos territórios pesqueiros, dos comuns, e a dificuldade em se ouvir pescadores e pescadoras artesanais.

Por outro lado, também evidenciamos as r-existências que marcam o CPP e as comunidades pesqueiras frente aos conflitos. Para isso, utilizamos como óptica de mundo e de leitura, a questão da colonialidade, visto que, esta tem sido pauta importante no CPP e nos ajuda a entender a complexa realidade dos pescadores e pescadoras artesanais.

Com relação à colonialidade, destacamos a maneira como ela está presente de forma institucionalizada, em nossa sociedade, através da ideia de raça, desenvolvimento e saberes, que dão base para muitos dos ataques que incidem sobre o território pesqueiro, como é o caso de Suape, em Pernambuco. Além disso, a questão da luta contra a colonialidade também tem sido fundamental para r-existir.

Sobre a r-existência, nos dedicamos a analisar as estratégias utilizadas pelo CPP junto às comunidades pesqueiras a partir do diálogo de saberes e das identidades, para então, através de Boaventura de Souza Santos e de sua proposta de Epistemologias do Sul, analisar a relação CPP-Pescadores/pescadoras artesanais.

Nesse sentido, concluímos a partir dessa dissertação que essa relação rara vem sendo construída a base de respeito, diálogo e outros elementos que ajudam a formar uma ecologia de saberes prática e viva nos territórios.

Por outro lado, apesar de a escolha por não evidenciar essa questão durante o trabalho, visto que o objetivo era de analisar a espacialidade da relação CPP-Pescadores e pescadoras artesanais, torna-se interessante pontuar aqui algumas de suas limitações que foram observadas na regional do CPP Nordeste 02 e que abrem caminhos para que outros pesquisadores e pesquisadoras possam trabalhar e contribuir com essa instituição. São elas: a questão da desatualização e descentralização das mídias sociais (sites, instagram, blogs), visto que estas, nos dias atuais, são importantes ferramentas de denúncia e anúncios das problemáticas e resistências; a quantidade reduzida de pessoas para uma grande área de atuação, fato que dificulta um acompanhamento mais próximo e cria “vazios” de informações acerca do que está acontecendo nos territórios; e, uma dificuldade de atração de jovens para a função de agentes pastorais, voluntários ou não.

Com relação a pauta de gênero dentro do CPP Nordeste 02, importante agenda de pesquisa dentro das geografias da pesca artesanal, durante o trabalho de campo, pudemos observar que esta, atualmente, está cada vez mais presente e pulsante através do estreitamento de laços com a ANP e suas pautas⁶³, do número de mulheres atuando dentro do CPP como agentes pastorais e da participação das mulheres pescadoras em eventos e reuniões da Pastoral como assembleias, congressos, entre outros. Por outro lado, com relação às questões raciais, apesar da ênfase em ser anti racista, vimos poucas ações e debates direcionamentos a esse debate e suas repercussões no contexto da pesca artesanal.

Com relação à pesquisa, as limitações se deram em decorrência da pandemia da covid-19 que alterou de forma abrupta o planejamento da pesquisa e o desenrolar dos trabalhos de campo, mediante isso, direcionamos nossas escolhas para o que era possível diante do já realizado e das ferramentas que dispunhamos.

Além disso, a pesquisa em questão também encontrou dificuldades e limitações no que diz respeito ao fato de escrever sobre algo presente. A escrita desse trabalho é sobre algo que está em acontecendo, que está em constante processo, que está mudando, por isso, não se finda nas linhas que escrevo aqui. As

⁶³ Uma pauta recente foi a conquista da chamada “Lei das marisqueiras” (LEI Nº 13.902 DE 2019), outra ferramenta de reconhecimento do trabalho das mulheres na pesca artesanal.

notícias sobre o Petróleo e seus desdobramentos, assim como o desenrolar da pandemia e seus impactos nos territórios e na atuação do CPP são exemplos disso.

Contudo, o presente trabalho nos mostrou a potência de uma relação baseada nas ecologias frente a uma realidade de injustiças ambientais. Esse elo é a ponte para uma rede de diálogo de saberes que une os pescadores e pescadoras, pesquisadores e pesquisadoras, a Igreja e instituições públicas, e, que tem como peça fundamental as mulheres, isso porque elas fizeram a primeira articulação entre CPP e comunidades, bem como hoje, são voz ativa e maioria nos debates da Pastoral em Pernambuco. Essa potência faz com que os pescadores e pescadoras artesanais sigam criando estratégias para r-existir apesar da colonialidade e dos constantes ataques aos comuns que fazem parte da dinâmica do território pesqueiro, entendendo que a luta por um mundo com mais justiça e possibilidades passa por essa vertente.

A espacialidade da relação CPP-pescadores e pescadoras artesanais passa pela espacialidade dos conflitos, do enfrentamento à colonialidade mas também da construção de justiça através do diálogo de saberes e de articulações que conferem visibilidade a esses sujeitos e sujeitas que foram colocados em um lugar do invisível.

Por fim, como dito por Chico Science em uma de suas músicas: “Um passo à frente e você já não está mais no mesmo lugar”, acreditamos que esse trabalho deu importantes passos para visibilizar a história de luta e resistência do CPP junto aos pescadores e pescadoras artesanais, bem como, pode contribuir muito no avanço ao debate da questão da colonialidade dentro da Pastoral dos Pescadores. Além disso, o presente trabalho evidenciou nas práticas das mulheres no âmbito da pesca uma construção possível de um futuro mais justo para esses sujeitos e sujeitas historicamente subalternizados.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais** – O caso do movimento por justiça ambiental. Revista Estudos Avançados, Nº 24 (68), 2010.

ANDRADE, Adriane. **O movimento aprendizes de sabedoria (MASA):** tecendo territorialidades de cura na disputa por saberes comuns. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. 2019.

ANDRADE, Isabella Puente de. **“Filhos da lama e irmãos de leite dos caranguejos”:** as relações humanas com o manguezal no Recife (1930-1950). 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

ANDRADE, Manuel C. de. **Agricultura e capitalismo.** São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

ARMAZÉM DA MÚSICA BRASILEIRA. Chico Science & Nação Zumbi - Discografia. Disponível em: <http://armazemdamusicabrasileira.blogspot.com/2014/04/chico-science-nacao-zumbi.html>

ARRUDA, Emerson Alves. **Política pesqueira e os territórios dos pescadores artesanais de Bitupitá, Barroquinha, Ceará.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Bioquímica, Fortaleza, 2020.

BARBOSA, Aline Miranda. **Povos e comunidades tradicionais em luta pelo território: Interseções e tensões entre a questão agrária e a questão ambiental.** 170p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BARCELOS, Eduardo. **Povos e comunidades tradicionais, conflitos territoriais e lutas pela descolonização do saber, do poder e do território** In: Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico / organização Valter do Carmo Cruz, Denílson Araújo de Oliveira. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Letra Capital, 2017. p. 261-271.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base?** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1981.

BRIGHENTI, Agenor. **Medellín e a Teologia da Libertação:** muito mais que uma relação histórica. Revista Horizonte. Dossiê: Conferência de Medellín: 50 anos. v. 16, n. 50, 2018. p. 544-575

BURNEAU, C. Thomas. **Religião e Politização no Brasil:** Igreja e o regime autoritário. São Paulo: Loyola, 1979.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920-1983)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, 1986.

CÂMARA, Dom Hélder. **Revolução dentro da paz**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968.

Campanha nacional pela regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras. MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS. Disponível em: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/>.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores: Geografia e Movimentos Sociais**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 2005. p.2825-2837.

Carta aberta pela declaração de estado de emergência em saúde pública diante os perigos da exposição ao óleo de petróleo nas praias nordestinas e para o desenvolvimento de ações de vigilância popular e cuidado em saúde. FIOCRUZ. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/17CzEKRASggz_bkfiEhcMsgS6hptdrbfD/view?fbclid=IwAR3aht7U_7jG8anzTU_YGOEmzqOMw6JPrApZQIX0w0NrxPEwOsayGOwPd8Y

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur-Sur Clacso, 2005.

CEPENE: história. ICMBio. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepene/quem-somos/historia.html>. Acesso em: junho/2020.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. Carta do Congresso de 50 anos do Conselho Pastoral dos Pescadores. 2019.

_____. Bispos visitam comunidades pesqueiras atingidas pelo óleo e cobram ação do Estado. 2019.

_____. Comunidade de Pescadores e Pescadoras Artesanais (Rio Formoso, Tamandaré, Sirinhaém, Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira em Rio Formoso) lutam juntos com várias organizações sociais e ambientais em prol da criação da RESEXDO RIO FORMOSO. 2021.

_____. CPP lança carta em solidariedade às comunidades pesqueiras impactadas pelo óleo. Disponível em: <http://cppnacional.org.br/noticia/cpp-lan%C3%A7a-carta-em-solidariedade-%C3%A0s-comunidades-pesqueiras-impactadas-pelo-%C3%B3leo?fbclid=IwAR0eiBwwnAlvEzTNvQRA2t63TeCvmdkn5MxxVykyN7N8a0hGMhHBetB67go>

_____. Governo de Pernambuco não atende reivindicações de pescadores artesanais. Disponível em: <http://cppnacional.org.br/noticia/governo-de-pernambuco-n%C3%A3o-atende-reivindica%C3%A7%C3%B5es-de-pescadores->

[artesanais?fbclid=IwAR1WvGxQTY6laX15Q8j9Yn6Lg8NmJILNmnKZaa2UhJrhykyWl2NV-wp1y7Q](https://www.globo.com/brasil/noticias/peixes/peixes-arte/peixes-arte-denunciam-violacoes-de-direitos-a-pgr-pg1) Acesso em: abril/2020.

_____. Pescadores e pescadoras artesanais denunciam violações de direitos à PGR. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/noticia/pescadores-e-pescadoras-artesanais-denunciam-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-%C3%A0-pgr>

_____. Vitória na justiça permite aos pescadores artesanais acessarem o seguro-defeso com os protocolos de solicitação do RGP. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/noticia/vit%C3%B3ria-na-justi%C3%A7a-permite-aos-pescadores-e-pescadoras-artesanais-acessarem-o-seguro-defeso>

CONSOLE, Luciana. **Conselho Pastoral dos Pescadores celebra 50 anos e reforça compromisso com o povo**. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/27/conselho-pastoral-dos-pescadores-celebra-50-anos-e-reforca-compromisso-com-povo>

CRUZ, Valter do Carmo. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. 368p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

_____. **Geografia e pensamento descolonial**: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico / organização Valter do Carmo Cruz, Denílson Araújo de Oliveira. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Letra Capital, 2017. p. 15-36.

Danos do óleo no litoral do Nordeste vão durar décadas, dizem oceanógrafos. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desastre-ambiental-petroleo-praias/noticia/2019/10/21/danos-do-oleo-no-litoral-do-nordeste-va-durar-decadas-dizem-oceanografos.ghtml?fbclid=IwAR18jAey4QXLDT6ZDtIAbJ7rQWZsyf98jp89uyfFIXvWjIPqJ7JONmSKijM>

DE PAULA, Cristiano Quaresma de. **Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira**. 451p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Povos e mares**: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo, NUPAUB/USP. 1995.

DUMITH, Raquel de Carvalho. **Tensões territoriais na Reserva Extrativista de Canavieiras (BA)**: comunidades tradicionais enquanto movimento de re-existência à gestão estatal e sua racionalidade. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

ESCOBAR, Nathalia Avilar. **La naturalezavida se cuida y se defiende**: conflictos por neoextractivismo en el oriente del departamento de Antioquia, Colombia.

Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. 2017.

Fernandes, Bernardo Mançano e Silva, Anderson Antonio da. **Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra (2000-2004)**. In: Revista Reforma Agrária, 32 (1), ago./dez., 2005, pg. 85-105.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

Foto de menino coberto de óleo viraliza e traduz a tragédia do litoral nordestino. CARTA CAPITAL. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/foto-de-menino-coberto-de-oleo-viraliza-e-traduz-a-tragedia-do-litoral-nordestino/> Acesso em: 03/01/2020 às 18:31.

GUIMARÃES, Hélio Penna; AVEZUM, Álvaro. **O impacto da espiritualidade na saúde física**. Revisão de Literatura. Revista de Psiquiatria Clínica nº 34. São Paulo, 2007 p. 88-94.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**: perspectivas. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades Territoriais**. In: RODENDHAL, Z. CORRÊA, R. L. (Orgs.). Manifestações Culturais no Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999a.

HERCULANO, Selene. **Riscos e desigualdade social**: a temática da justiça ambiental e sua construção no Brasil. Indaiatuba: Encontro da ANPPAS, 2002.

História da Carcinicultura no Brasil. ABCC. Disponível em: <https://abccam.com.br/2011/02/historia-da-carcinicultura-no-brasil/> Acesso em: maio/2020.

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais**: saberes coloniais e eurocêtricos. n: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur-Sur Clacso, 2005.

LEAL, G. F. **Justiça ambiental, conflitos latentes e externalizados**: estudo de caso de pescadores artesanais do norte fluminense. Ambiente & sociedade, Campinas, v. 16, n. 4, p. 83–102, 2013.

LUCAS, Amada Fará de. **Da Lama ao Caos e Afrociberdélia**: memórias e narrativas da banda Nação Zumbi na construção do movimento Manguebeat. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2017.

LYRA, Tereza Maciel; BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos; ALBUQUERQUE, Maria do Socorro Veloso de. **Os desafios dos Polos de Desenvolvimento na perspectiva dos atores sociais locais de Goiana, Pernambuco**. Physis, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1117-1139, dez. 2015.

Manchas de óleo em praias do Nordeste; FOTOS. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/11/manchas-de-oleo-em-praias-do-nordeste-fotos.ghtml> Acesso em: 03/01/2020 às 10:29.

Manchas de Óleo - Litoral Brasileiro. IBAMA.. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo>. Acesso em: Abril/2020.

MARKMAN, Rejane Sá. **Música e Simbolização - Manguebeat**: Contracultura em versão Cabocla. Annablume. 2007.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo**: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p. 33-50

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Ação territorial de uma igreja radical**: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. Tese (doutorado) - Programa de Pós Graduação em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

Mulheres limpam sozinhas os mangues do qual dependem para sobreviver. GREENPEACE. Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/blog/mulheres-limpam-sozinhas-os-mangues-do-qual-dependem-para-sobreviver/?fbclid=IwAR3kBFDuqVJH9IHJJmQYimZEWKTyK32nbgMTFo2ItV5W59vmKd_m0rPN7L0. Acesso em: 03/01/2020 às 11:01.

MPF consegue ampliar na justiça auxílio a pescadores e marisqueiros afetados pelo derramamento de óleo em Pernambuco. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pe/sala-de-imprensa/noticias-pe/mpf-consegue-ampliar-na-justica-auxilio-a-pescadores-e-marisqueiros-afetados-pelo-derramamento-de-oleo-em-pernambuco?fbclid=IwAR10BVSJ4hzMOifNfxT0XC0QMZ1F7kLFT--QFWt508of_H-ySTGKtTOd4eM Acesso em: maio/2020.

NAVARRO, Mina. **Las luchas socioambientales en México como una expresión del antagonismo entre lo común y el despojo múltiple**. In: Movimientos socioambientales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, OSAL, ano XIII, nº 32, 2012, p. 149-171.

Óleo no Nordeste: município tem aumento de até 570% de toxina cancerígena ligada ao petróleo. O GLOBO. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/oleo/oleo-no-nordeste-municipio-tem-aumento-de-ate-570-de-toxina-cancerigena-ligada-petroleo-24297829>

PEDROSA, Beatriz Mesquita Jardim. **Pesca artesanal e áreas marinhas protegidas em Pernambuco** : uma abordagem multidimensional e institucional. Tese (doutorado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Recursos pesqueiros e Aquicultura, Recife, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Ecologia política na América latina**: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. Interthesis. vol.09 nº1. Florianópolis, SC. 2012. p. 16-50.

_____. **Apresentação da edição em português**. In: LANDER, Edgardo (org.) A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PREFEITURA DO RECIFE. **Caranguejos Com Cérebro (manifesto)**. Disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/chicoscience/textos_manifesto1.html
QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina n: A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **O colapso da pesca artesanal no litoral de Pernambuco**. Revista Coletiva - Diversidade Socioambiental; deve ser indicado o volume nº 11, Recife, p. 01 - 10.

_____. **Ah, esse povo do mar!**: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo, Editora Polis; Campinas, Ceres, 2006.

_____. **O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)**: A força de um mediador sociopolítico. In: Movimentos sociais na pesca / Angelo Brás Fernandes Callou (org.) – Recife : FASA, 2013. 285p.

_____. **Embarcações do encantamento**: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima. São Cristóvão, Editora UFS; Campinas: Ceres – UNICAMP, 2017.

_____. **Elos de pertencimento na pesca artesanal**. In: Populações litorâneas e ribeirinhas na América Latina: estudos interdisciplinares, v.2 / Organizado por: Wellington Castellucci Junior; Luiz Henrique dos Santos Blume. – Salvador: EDUNEB, 2017. pp. 27-51.

RAMALHO, Renan Vinícius Alves. **As fronteiras dos jardins da razão**: O Manguebeat e o espaço da regionalidade no Recife da década de 1990. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social**: encuentros en Buenos Aires. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

Santos, Renato Emerson dos. **Agendas & Agências**: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. 26 Niterói: Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2006.

Salles só formalizou plano 41 dias após manchas aparecerem no Nordeste. ESTADÃO. Disponível em: https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,salles-so-formalizou-plano-41-dias-apos-manchas-aparecerem-no-nordeste,70003059406?utm_source=estadao:whatsapp&utm_medium=link

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. **Portaria Nº 89, de 15 de abril de 2010.** Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/PORTARIA_SPU_89_2010_TAUS_comunidadestradicionais.pdf

SILVA, Luclécia Cristina Moraes da. **Pesca artesanal no Litoral Sul de PE** : dinâmicas identitárias e territoriais. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2014.

SILVA, Laurineide Barbosa da. **Conflitos socioambientais na praias de Gaibu** : a influência do turismo na apropriação do espaço e seus efeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2007.

SILVA, Suana Medeiros. **Território pesqueiro de uso comum : conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva Extrativista Acaú-Goiana/PB-PE.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2017.

SOARES, Claudete Gomes. **Teologia da Libertação no Brasil**: aspectos de uma crítica político-teológica à sociedade capitalista. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

SOLÁ PÉREZ, Mercedes. **Comunidade tradicional de pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagui-PR na disputa pela vida**: conflitos e resistências territoriais frente à implantação de políticas públicas de desenvolvimento. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. 2012.

_____. **R-existências dos camponeses/as do que hoje é SUAPE** : justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2016.

Tatuoca, uma ilha roubada. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nIKnu5VNPWU>. Acesso em: 15 de julho. 2020

TAMAYO-ACOSTA, Juan José. **Para comprender la Teología de la Liberación**. Navarra: Editorial Verbo Divino, 1990.

TELES, José. **Do frevo ao manguebeat**. Editora 34, 2000.

TORRES, Rafael Brasotti; GIANNELLA, Leticia de Carvalho. **Políticas públicas e conflitos socioambientais** : problematizando o seguro-defeso da pesca artesanal. Revista de Políticas Públicas. Maranhão, v. 24, n. 1, p. 170-189, 2020.

VATICANO. **Carta Encíclica Laudato Si' do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**. Disponível em:

http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

_____. **Constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo actual**.

Disponível

em:

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html